

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

STÉPHANIE DA SELVA GUIMARÃES

**EDUCAÇÃO SEXUAL E LETRAMENTO PARA INTERAÇÃO DE JOVENS  
BRASILEIROS COM CONTEÚDOS DIGITAIS EXPLÍCITOS:  
UM ESTUDO QUALITATIVO**

Porto Alegre  
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**EDUCAÇÃO SEXUAL E LETRAMENTO PARA INTERAÇÃO DE JOVENS  
BRASILEIROS COM CONTEÚDOS DIGITAIS EXPLÍCITOS:  
UM ESTUDO QUALITATIVO**

**STÉPHANIE DA SELVA GUIMARÃES**

**Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial para a obtenção  
do grau de Mestre em Psicologia.**

**Porto Alegre  
Outubro, 2023**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**EDUCAÇÃO SEXUAL E LETRAMENTO PARA INTERAÇÃO DE JOVENS  
BRASILEIROS COM CONTEÚDOS DIGITAIS EXPLÍCITOS:  
UM ESTUDO QUALITATIVO**

**STÉPHANIE DA SELVA GUIMARÃES**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa

Dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

**Porto Alegre  
Outubro, 2023**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**EDUCAÇÃO SEXUAL E LETRAMENTO PARA INTERAÇÃO DE JOVENS  
BRASILEIROS COM CONTEÚDOS DIGITAIS EXPLÍCITOS:  
UM ESTUDO QUALITATIVO**

**STÉPHANIE DA SELVA GUIMARÃES**

COMISSÃO EXAMINADORA:

PROF. DR. ADOLFO PIZZINATO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

PROF. DR. ELDER CERQUEIRA DOS SANTOS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

**Porto Alegre  
Outubro, 2023**

## Ficha Catalográfica

G963e Guimarães, Stéphanie da Selva

Educação Sexual e Letramento para Interação de Jovens Brasileiros com Conteúdos Digitais Explícitos : Um Estudo Qualitativo / Stéphanie da Selva Guimarães. – 2023.

116.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa.

1. Educação Sexual. 2. Pornografia. 3. Adolescência. 4. Feminismo.  
I. Costa, Angelo Brandelli. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação de mestrado à equipe do meu projeto, que me acompanhou ao longo da minha trajetória acadêmica *stricto sensu*, e com quem tive o prazer de compartilhar tantos bons momentos, dentro e fora da academia.

O incentivo, acolhimento e investimento de vocês nas minhas potencialidades como pesquisadora e docente, contribuíram significativamente para que eu me tornasse a acadêmica que sou hoje, e para que tornasse a buscar melhorar cada vez mais para ter mais conhecimento para passar para vocês.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a possibilidade de ter desenvolvido este projeto e de todas as lindas atividades e movimentos que surgiram dele.

Faço um agradecimento especial aos auxiliares de pesquisa que me acompanharam com tanto afinco, determinação, afeto e acolhimento, ao longo da construção deste estudo. Desta forma, agradeço com muito orgulho a *Camila Nicoli Ferreira, Ana Augusta Medeiros Sartori, Alice Touguinha Weidle, Milena Maioli Gelain, Gabriela Gonçalves da Silva Ferreira, Vitória da Silva Vieira, Francine Nunes, Douglas Matias, Annelise Riva e Henrique Porto*, vocês foram essenciais para que esta construção fosse feita sob distintos olhares e para que todos eles nos levassem a avaliar as potencialidades das vivências a partir da ótica do cuidado, do respeito, da liberdade e do carinho. Que nossos futuros trabalhos continuem expressando tanto, possibilitando novos debates acerca das sexualidades e que sigamos juntos neste lindo e desafiador percurso.

Expresso aqui também, todo meu agradecimento a todas as maravilhosas professoras e professores com quem tive o prazer de cruzar e ter discussões sobre o projeto, ter debates externos sobre as construções das pornografias, dos papéis de gênero, da educação sexual e principalmente, sobre a grande importância e potencialidade das liberdades sexuais, enquanto marcadores de lutas políticas diárias. Vocês foram imprescindíveis para que eu pudesse questionar verdades estabelecidas sobre tais fenômenos, e para que pudesse ter coragem de expressar neste estudo, e nos produtos que nasceram dele, toda a força e afeto que eu via, e que discutimos, nos movimentos de liberdades sexuais e nas dissidências sexuais e de gênero. Neste mesmo sentido, faço agradecimentos especiais ao *Professor Dr. Alexandre Anselmo Guilherme* e ao Psicólogo e mestre em Psicologia, *Felipe Oliveira*, que contribuíram com muito afeto e afinco em um dos estudos desta dissertação, colaborando com suas perspectivas sobre educação e melhores métodos de aprendizagem, e enriquecendo ainda mais este projeto.

Ademais, agradeço especialmente aos colegas e amigos *Tatiana Otto Stock, Gabriela Manfron Pelissari, Tiago Ribeiro e Ramiro Figueiredo Catelan* por todo apoio e pelas inúmeras trocas ao longo do mestrado, assim como pelos demais amigos e família que sempre se mostraram orgulhosos e interessados em compartilhar e acolher os desafios e felicidades deste percurso do mestrado e de início na docência. Obrigada por sempre estarem presente!

Por fim, agradeço a CAPES, que possibilitou a partir do fomento da bolsa PROEX, que este estudo fosse realizado e que todas estas experiências fossem vividas.

## RESUMO

Momentos de educação sexual e avaliações sobre interações de adolescentes com conteúdos digitais explícitos podem demonstrar-se atravessados por diversas interseccionalidades sociais. Os preconceitos, vinculados a tabus sociais, podem aliar-se a marcadores como o conservadorismo e o machismo, dificultando o acesso de adolescentes a informações abrangentes e sexo-positivas. Desta maneira, a seguinte dissertação estruturou-se em 3 estudos, sendo o primeiro um capítulo de livro que aborda diferentes nuances de debates em pornografia e suas ramificações para modelos em educação sexual; o segundo, torna-se um estudo empírico, de caráter qualitativo e interseccional, com vistas a avaliar possíveis divergências entre as necessidades de adolescentes em relação à momentos de educação sexual, e suas ofertas; por fim, o terceiro estudo, também de caráter qualitativo, busca conceder um modelo de características interventivas em educação sexual, para jovens, a partir de suas avaliações e de professores. Como resultados avaliaram-se distintos processos de vulnerabilizações dos adolescentes, que sinalizaram que momentos de educação sexual, poderiam abarcar tais tópicos, considerando-se assim, a presença de debates críticos em educação sexual em tais momentos, com vistas a contemplar historicidades, aspectos políticos e médicos que interrelacionam-se às práticas sexuais saudáveis.

**Palavras-Chave:** educação sexual; pornografia; adolescência; feminismo.

**Área conforme classificação CNPq:** 7.07.00.00-1 – Psicologia

**Subárea conforme classificação CNPq:** 7.07.05.00-3 - Psicologia Social

## **ABSTRACT**

Moments of sexual education and assessments of adolescents' interactions with explicit digital content can be seen to be permeated by various social intersectionalities. Prejudices, linked to social taboos, can combine with markers such as conservatism and machismo, making it difficult for teenagers to access comprehensive, sex-positive information. In this way, the following dissertation was structured into 3 studies, the first being a book chapter that addresses different nuances of debates in pornography and its ramifications for models in sexual education; the second becomes an empirical study, of a qualitative and intersectional, with a view to evaluating possible divergences between the needs of adolescents in relation to sexual education moments, and their offers; Finally, the third study, also of a qualitative nature, seeks to provide a model of interventional characteristics in sexual education for young people, based on their assessments and that of teachers. As results, different processes of vulnerability of adolescents were evaluated, which indicated that moments of sexual education could cover such topics, thus considering the presence of critical debates in sexual education in such moments, with a view to contemplating historicity's, political aspects and doctors that are related to healthy sexual practices.

**Keywords:** sexual education; pornography; adolescence; feminism.

**Área conforme classificação CNPq:** 7.07.00.00-1 - Psicologia

**Subárea conforme classificação CNPq:** 7.07.05.00-3 - Psicologia Social

## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA.....</b>	<b>05</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>06</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>07</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>08</b>
<b>RELAÇÃO DE TABELAS .....</b>	<b>10</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO... ..</b>	<b>11</b>
<b>2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 Seção Teórica: Capítulo de Livro.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 Seção Empírica: Artigo Científico 1.....</b>	<b>43</b>
<b>2.3 Seção Empírica: Artigo Científico 2 .....</b>	<b>68</b>
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>86</b>
<b>4. ANEXOS.....</b>	<b>89</b>
<b>Anexo A- Roteiro Qualitativo de Perguntas para Adolescentes.....</b>	<b>89</b>
<b>Anexo B- Roteiro Qualitativo de Perguntas para Professores.....</b>	<b>91</b>
<b>Anexo C- Termo de Assentimento (TALE).....</b>	<b>93</b>
<b>Anexo D- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....</b>	<b>94</b>

## RELAÇÃO DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Características de identificação dos participantes .....	<b>15</b>
<b>Tabela 2.</b> Características de identificação dos professores participantes.....	<b>19</b>
<b>Tabela 3.</b> Características de identificação dos adolescente participantes .....	<b>19</b>
<b>Tabela 4.</b> Características dos participantes: Artigo Empírico 2 .....	<b>72</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

### **Contexto de Pesquisa e Temática da Dissertação**

A seguinte dissertação foi desenvolvida à partir do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP/PUCRS), pertencente ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPG Psico/ PUCRS), e que se dedica a estudar temáticas múltiplas relacionadas a gêneros e sexualidades.

Buscou-se, a partir de tal produção, dar voz a vivência e as necessidades de adolescentes de diversos locais do Brasil, no que tange às suas sexualidades e a expressão das mesmas. Não obstante, e compreendendo que o fenômeno da sexualidade perpassa por diversos fenômenos sociais, procurou-se escutar a perspectiva de pais/ cuidadores, professores, profissionais da saúde, gestores da saúde e da educação, a fim de analisar e comparar suas perspectivas sobre tais fenômenos. Ao todo, foram entrevistados 41 indivíduos brasileiros, ao longo deste estudo, porém, na seguinte dissertação serão apresentados recortes dos achados dos grupos de adolescentes e de professores, que juntos somam 23 participantes. Tais recortes possuem a finalidade de apresentar de maneira um pouco mais abrangente as necessidades dos adolescentes e quais seriam as melhores intervenções em educação sexual e letramento para interação dos mesmos com pornografia, partindo tanto das perspectivas dos mesmos e dos professores.

Para tal, este estudo apresenta-se em 3 etapas, sendo a primeira teórica e as sequenciais empíricas. A primeira, representada por um capítulo de livro, visa apresentar de forma breve as principais linhas teóricas utilizadas para a compreensão de fenômenos relacionados a pornografia e a liberdade sexual, além de apresentar os preceitos teóricos que irão guiar a escrita e leitura fenomenológica dos próximos dois estudos. Doravante, o segundo estudo trata-se de um artigo qualitativo que aponta principalmente as percepções dos adolescentes sobre a oferta e as necessidades de momentos de educação sexual, além de destacar as concepções dos mesmos sobre acessos à pornografia e a possível inclusão de debates sobre as mesmas em momentos de educação sexual em instituições de ensino. A terceira, elucida a partir de um segundo estudo qualitativo, achados sobre melhores características interventivas em educação sexual e interação com pornografia, dando luz as necessidades dos adolescentes e de professores.

Sendo assim, a seguinte dissertação visa responder a seguinte pergunta de pesquisa: “quais as necessidades de adolescentes brasileiros em educação sexual e qual a importância para eles, e para professores, de abordar a interação com conteúdos digitais explícitos em

momentos de educação sexual na escola?”. Tais análises justificam-se tanto pela importância da educação sexual, como meio de disseminação de informações e orientações científicas voltadas à sexualidade geral de adolescentes, quanto, pelo crescente número de acessos a conteúdos pornográficos no Brasil (Baumel, Guerra, Garcia & Rosário, 2020), e dos crescentes casos de *revenge porn* entre adolescentes pós pandemia de COVID-19 (Lima, Bessa, Dutra, Ribeiro & Gomes, 2023).

## **Objetivos de Pesquisa**

### ***Objetivo Geral da Dissertação***

Investigar a percepção de adolescentes sobre a oferta e as necessidades percebidas por eles acerca da educação sexual e do letramento para interação dos mesmos com conteúdos digitais explícitos.

### **Seção Teórica: Capítulo de Livro- Estudo 1**

O seguinte estudo trata-se de um capítulo de livro que objetivou introduzir e apresentar de maneira breve os principais conceitos das linhas teóricas mais utilizadas atualmente para debates em pornografia. Desta forma, procurou-se contextualizar os conceitos gerais e as divergências das teorias contra pornografia, pró-pornografia e pós pornografia feminista e *queer*.

### **Seção Empírica: Artigo Científico- Estudo 2**

#### ***Objetivo Geral***

Conhecer a percepção de jovens em relação à educação sexual e ao letramento para interação com conteúdos digitais explícitos.

#### ***Objetivo Específico***

Os objetivos específicos deste estudo foram discutir sobre possíveis divergências entre as necessidades dos adolescentes e as ofertas de educação sexual em escolas brasileiras, apresentando brevemente características interventivas que facilitem momentos de educação sexual, especialmente em instituições de ensino.

### **Seção Empírica: Artigo Científico- Estudo 3**

#### ***Objetivo Geral***

Apresentar as avaliações de docentes e jovens sobre possíveis intervenções em educação sexual, que contemplem momentos de letramento para interações com conteúdos digitais explícitos.

## **Métodos das Pesquisas Empíricas**

### **Estudo 2**

#### *Delineamento e Procedimento de Pesquisa*

Realizou-se um estudo de caráter qualitativo, exploratório, transversal e por análise indutiva a partir da análise temática latente. Utilizou-se a compreensão de pesquisa exploratória de Selltiz et al. (1967), que define que o objetivo principal deste modelo é o aperfeiçoamento de ideias do pesquisador sobre a temática de estudo. Para tal, a elaboração das ideias, proporciona ao pesquisador a ampliação do desenvolvimento da familiaridade com os fenômenos da pesquisa, a fim de torná-lo mais explícita para construção de hipóteses e/ou suposições relacionadas à elas.

A estratégia de pesquisa adotada foi construcionista, baseada no modelo de Burr (1995), onde afirma-se que as experiências sociais são produzidas e reproduzidas a partir de determinados contextos socioculturais. Desta forma, compreende-se que as motivações do estudo não se centram em analisar as realidades individuais dos sujeitos, mas sim, de compreender e teorizar fenômenos socioculturais e estruturais que implicam nos objetos do seguinte estudo.

Optou-se por diminuir os vieses de leitura sobre os fenômenos, adotando-se a análise indutiva (Braun & Clarke, 2006), onde o referencial introdutório centra-se em relatar o percurso das temáticas a partir de questões históricas amplas, não estabelecendo categorias de análise a priori, e utilizando o conteúdo presente na introdução e na discussão do estudo, como meio de análise a posteriori às entrevistas.

Neste sentido, para realizar a análise das transcrições das entrevistas, recorreu-se ao modelo de análise temática latente, descrito por Braun & Clarke (2006), como forma de entender os fenômenos do estudo para além do conteúdo semântico existente nas falas dos participantes. Examinaram-se ideias, suposições, conceitualizações, e ideologias subjacentes dos discursos, procurando contextualizá-los bibliográfica e cientificamente.

As entrevistas foram semiestruturadas, individuais e online. Os encontros com adolescentes tiveram em média 31 minutos e com adultos 45 minutos de duração.

Os diálogos foram gravados, para fins de transcrições pós coletas e tais gravações somente foram realizadas após autorização dos participantes, e no caso de pessoas menores de idade, de seus responsáveis. Buscando manter o sigilo relativo à identidade dos participantes, os conteúdos gravados e transcritos foram identificados em sua guarda, por códigos que faziam

referência à qual grupo o participante pertencia e qual foi a ordem de contato dos mesmos com a pesquisadora. Os códigos por grupo foram dispostos da seguinte forma: 1- adolescentes; 2- pais/cuidadores; 3- professores; 4- trabalhadores da saúde; 5- gestores da saúde; 6- gestores da educação. Os códigos por ordem de contato eram dispostos na sequência por letras de “a” a “z”. Sendo assim, são exemplos das codificações finais: 1a, 2a, 3a, 4a, 5a e 6a.

Os áudios gravados e os materiais transcritos ficaram armazenados no repositório institucional da Universidade, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (2018), e se manterão neste por cerca de 5 anos, para fins de possível necessidade de consulta, sendo seu acesso restrito aos pesquisadores principais deste estudo. Após este período os conteúdos serão descartados de acordo com as indicações éticas cabíveis.

### *Considerações Éticas*

A seguinte pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e ao Conselho de Ética em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP- PUCRS), obtendo o seguinte número de autorização para realização do estudo: CAAE 56274022.6.0000.5336.

Após autorização do CEP-PUCRS, os partícipes que preenchiam os critérios descritos para a amostra, foram contatados a partir de e-mail e Whatsapp, para que assinalassem sua participação voluntária nos termos legais online. Participantes maiores de idade preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e indivíduos menores de idade, após a assinatura do TCLE por seus responsáveis, assinalaram consentir sua participação no estudo através da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Somente participaram deste estudo as pessoas que assinaram o TCLE e, e quando necessário, o TALE. Todas(os) participantes foram avisadas(os) que mesmo após a assinatura dos termos, poderiam desistir de participar da pesquisa a qualquer momento e sem ter nenhum prejuízo atrelado a sua desistência.

Foram respeitados todos os aspectos éticos cabíveis para pesquisas com seres humanos, seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde (CNS) na Resolução 466/2012 (Brasil, 2012); e na CNS 510/16 (Conselho Nacional de Saúde, 2016).

### *Participantes*

Os participantes foram recrutados a partir do formato metodológico por conveniência. Desta maneira, houve contato inicial da pesquisadora e dos auxiliares de pesquisa com determinados indivíduos, que possuíam a liberdade de indicar ou não outros participantes para responderem a pesquisa.

Foram entrevistados 18 jovens, com idades entre 15 a 19 anos, de diferentes identidades de gênero, sendo 8 participantes mulheres cisgênero; 6 homens cisgênero; 2 pessoas não binárias; 1 homem transgênero; e 1 pessoa que optou por não declarar sua identidade de gênero. Quanto às orientações sexuais dos participantes, 6 declararam ser heterossexuais; 5 bissexuais; 3 declararam não ter certeza sobre a sua orientação sexual; 2 lésbicas; 1 gay; e 1 pansexual.

Destes, 6 participantes declararam ser da região nordeste, 10 da região sul e 2 do sudeste do Brasil. 6 estudantes de instituições públicas das esferas federais, estaduais e/ou municipais; 6 de escolas privadas; e 6 de escolas ou colégios militares.

Para além das características supracitadas, explanam-se abaixo os dados completos dos participantes, que serão retomados ao longo da seguinte artigo:

**Tabela 1**

*Características de identificação dos participantes*

<b>ID<sup>1</sup></b>	<b>Região</b>	<b>Idade</b>	<b>Escola</b>	<b>Gênero Autodeclarado</b>	<b>Orientação Sexual</b>
1R	SUL	15	Privada	Pessoa Não-binária	Lésbica
1I	SUL	15	Privada	Homem Cisgênero	Heterossexual
1C	NE	16	Privada	Mulher Cisgênera	Pansexual
1Q	SUL	16	Privada	Pessoa Não-binária	Lésbica
1N	SUL	18	Privada	Mulher Cisgênera	Bissexual
1D	NE	19	Privada	Mulher Cisgênera	Não sabe
1V	SE	15	Pública	Mulher (ND) <sup>2</sup>	Bissexual
1W	NE	15	Pública	Homem Cisgênero	Heterossexual
1U	SUL	18	Pública	Homem Cisgênero	Heterossexual
1L	SUL	18	Pública	Homem Cisgênero	Gay
1T	SUL	18	Pública	Homem Cisgênero	Heterossexual
1G	SUL	19	Pública	Homem Cisgênero	Bissexual
1Y	SUL	15	Militar	Mulher Cisgênera	Bissexual
1P	NE	15	Militar	Mulher Cisgênera	Heterossexual
1S	NE	15	Militar	Homem Transsexual	Não tem certeza
1K	SUL	17	Militar	Mulher Cisgênera	Bissexual
1O	NE	18	Militar	Mulher Cisgênera	Não Tem Certeza
1X	SUL	19	Militar	Mulher Cisgênera	Heterossexual

<sup>1</sup> ID refere-se ao código de identificação dos participantes

## *Instrumentos*

Realizaram-se entrevistas semi estruturadas formadas por 3 blocos de perguntas. Para garantir a compreensão dos questionamentos, o roteiro de perguntas das entrevistas foi testado com 2 pessoas de cada grupo de participantes. As perguntas iniciais que não foram compreendidas de maneira adequada ao que se propunham, tiveram a linguagem adaptada. Após adaptação do roteiro, deu-se início às entrevistas. Todos os dados coletados ao longo das entrevistas, foram utilizados para as análises do projeto.

Desta forma, os 3 blocos formaram um roteiro de perguntas que seguia a respectiva ordem:

1. *Identificação da amostra:* Esta etapa inicial dos questionamentos, é formada por perguntas que facilitem a análise posterior dos dados coletados, e que não expõe a identidade de cada participante do estudo.

*Perguntas específicas:* Esta etapa é formada por questões específicas do estudo, que procuram explorar de forma qualitativa importantes avaliações encontradas na literatura. Inclui-se nesta etapa, questões avaliativas sobre desfechos negativos ou não, ocorridos a após interações com conteúdos digitais explícitos por jovens, e quais seriam as melhores abordagens para letramento para interação com conteúdos pornográficos.

- *Identidade de gênero e orientação sexual:* Para este conjunto de perguntas, utilizaram-se o método de duas perguntas de Brown & Herman (2020), considerado padrão ouro (Carvalho & Carrara, 2013) para contemplar todas as autoidentificações das/dos participantes em relação ao gênero e a sexualidade, incluindo termos culturalmente específicos, e sem causar prejuízos aos dados coletados. O método de duas perguntas (Brown & Herman, 2020), para identidades de gênero, é formado por uma primeira pergunta direcionada ao conhecimento sobre o “sexo designado ao nascimento”, e uma segunda pergunta referente à identidade de gênero ao qual a/o participante se auto identifica. São elas, respectivamente: “Como você foi designada(o) ao nascimento, nos seus registros civis?”, tendo como possibilidades de respostas: feminino, masculino, e prefiro não declarar; e “Quais das seguintes, descreve a forma como você se identifica hoje?”, abrindo possibilidade para as seguintes respostas: mulher, homem, mulher trans, mulher transexual ou mulher transgênero; homem trans, homem transexual ou homem transgênero, queer, não-binário, gênero fluído, e outro- qual?

Utilizando-se do mesmo método para minorias sexuais, foram realizadas perguntas análogas relacionadas à orientação sexual, seguindo o modelo Sexual Minority Assessment Research Team– SMART (Hatzenbuehler, 2009), que é composto de orientações sexuais não-heterossexuais de homens ou mulheres cisgênero, operacionalizadas nas dimensões de identificação, comportamento e atração sexual. Declaram-se abaixo as perguntas que formam

as dimensões de tal modelo:

1. dimensão de identificação sexual: “Qual das seguintes alternativas descrevem a forma que você se auto identifica em relação à sua orientação sexual hoje” Possui as seguintes opções de resposta: “heterossexual; gay ou lésbica (homossexual); bissexual; outro – qual?; e não tenho certeza/não sei”.
2. dimensão de comportamento sexual: “No último ano, com quem você fez sexo?” As respostas consistem em “somente com homens; somente com mulheres; homens e mulheres; e “eu não fiz sexo”.
3. dimensão de atração sexual: “Qual das seguintes opções descreve melhor sua atração sexual?” As respostas consistem em: “só se sente atraída(o) por mulheres; majoritariamente atraída(o) por mulheres; igualmente atraída(o) por mulheres e homens; majoritariamente atraída(o) por homens; atraída(o) apenas por homens; não tem certeza/não sabe”.

### *Procedimentos de Coleta de Dados*

Para este recorte de pesquisa, utilizou-se o método de conveniência para recrutamento dos participantes, e realizaram-se entrevistas individuais e online, a partir da plataforma do Google Meet institucional.

Foram entrevistados 18 jovens, divididos da seguinte forma: 6 estudantes de escolas públicas (federais, estaduais e municipais); 6 estudantes de redes privadas de ensino; e 6 discentes de escolas ou colégios militares.

Todos os termos de Assentimento (TALE) e de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), feitos no formato digital através da plataforma Forms do Google<sup>3</sup>, foram preenchidos pelos participantes e seus responsáveis legais. As cópias dos termos preenchidos, foram encaminhadas via e-mail automático do Google Forms, para o endereço eletrônico de preenchimento obrigatório, dos participantes.

Após assinatura do TCLE e do TALE, as/os participantes foram contatados por Whatsapp, para a marcação da entrevista.

O acesso à sala de entrevista, deu-se a partir de link encaminhado via Whatsapp, sendo a entrada de participantes autorizada pela pesquisadora principal, que conduziu as entrevistas.

Este estudo realizou-se a partir de uma equipe composta por: 1 pesquisadora principal e 12 auxiliares de pesquisa. Todas as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora principal e autora deste estudo, e acompanhadas por 1 auxiliar de pesquisa, que atuou como pesquisador(a) observador(a).

Os áudios das entrevistas foram capturados por gravadores próprios dos celulares das(os) pesquisadoras(es) observadoras(es).

A fim de preservar o sigilo dos participantes, cada transcrição recebeu um código sinalizando a posição em que foi realizado o contato com o adolescente. Todos os relatos foram descritos conforme a fala dos participantes. Após as transcrições iniciais, todas as escritas foram revisadas por um auxiliar de pesquisa diferente daquela(e) que transcreveu o conteúdo.

Todos os áudios, transcrições, tabelas de contato, dados e identificação dos participantes mantêm-se sob resguardo do pesquisador responsável e da pesquisadora principal, em uma base de dados própria, a fim de garantir o sigilo e a fidedignidade das informações e dados das/os participantes do estudo.

### *Procedimentos de Análise de Dados*

Empregaram-se, de maneira geral na dissertação, o método de análise temática latente, seguindo as 6 etapas do modelo de Braun & Clarke (2006), e o método de análise indutiva de Burr (1995), para analisar os fenômenos relativos à seguinte pesquisa exploratória.

A extração dos dados foi realizada a partir das transcrições completas, sendo as mesmas unidas às observações das pesquisadoras, com a intenção de conter possíveis vieses de desejabilidade social. Com a mesma intenção executaram-se encontros entre as pesquisadoras para debater sobre cada etapa da análise de dados.

Os resultados encontrados apresentaram-se a partir de codificação por frases na etapa de resultados. Os mesmos são entrelaçados aos referenciais teóricos, visando responder a pergunta de pesquisa, na discussão deste artigo.

## **Estudo 3**

### *Delineamento*

O seguinte estudo possui caráter qualitativo, exploratório, transversal e construcionista. Adotaram-se pesquisas bibliográficas breves anteriormente a realização das entrevistas, a fim de diminuir o viés nas perguntas, e a posteriori as análises, foram realizadas pesquisas mais robustas que visaram a explanação mais profunda dos fenômenos encontrados nas narrativas.

As análises finais basearam-se na literatura final apresentada na introdução e na discussão do estudo.

### *Participantes*

O seguinte estudo converte-se em um recorte de pesquisa que utiliza os dados de 18 participantes jovens, com médias de idade de 16,72 anos, apresentando o mais novo 15 anos e o mais velho, 19 anos. Para além destes, participaram 5 professores brasileiros, com médias de idade de 46,6 anos, possuindo o mais novo 34 anos e o mais velho 60 anos. Tais participantes

declararam distintas orientações sexuais e identidades de gênero, assim como, narraram residir e/ou estudar nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Suas vinculações escolares se davam por instituições públicas (federais, estaduais ou municipais), privadas (com e sem cunho religioso), e por escolas ou colégios militares. Desta maneira, apresentam-se abaixo, de maneira detalhada, as características dos seguintes participantes:

**Tabela 2**

*Características de identificação dos professores participantes*

ID <sup>4</sup>	Região	Idade	Escola	Gênero Autodeclarado	Orientação Sexual
3A	SUL	60	Pública e Privada	F (ND) <sup>5</sup>	Heterossexual
3C	SUL	36	Pública e Privada	F (ND)	Heterossexual
3D	SUL	53	Pública	F (ND)	Heterossexual
3J	SUL	34	Pública e Militar	F (ND)	Heterossexual
3K	SE	50	Privada	M (ND)	Gay

**Tabela 3**

*Características de identificação dos jovens participantes*

ID	Região	Idade	Escola	Gênero Autodeclarado	Orientação Sexual
1R	SUL	15	Privada	Pessoa Não-binária	Lésbica
1I	SUL	15	Privada	Homem Cisgênero	Heterossexual
1C	NE	16	Privada	Mulher Cisgênera	Pansexual
1Q	SUL	16	Privada	Pessoa Não-binária	Lésbica
1N	SUL	18	Privada	Mulher Cisgênera	Bissexual
1D	NE	19	Privada	Mulher Cisgênera	Não sabe
1V	SE	15	Pública	Mulher (ND)	Bissexual
1W	NE	15	Pública	Homem Cisgênero	Heterossexual
1U	SUL	18	Pública	Homem Cisgênero	Heterossexual
1L	SUL	18	Pública	Homem Cisgênero	Gay

1T	SUL	18	Pública	Homem Cisgênero	Heterossexual
1G	SUL	19	Pública	Homem Cisgênero	Bissexual
1Y	SUL	15	Militar	Mulher Cisgênera	Bissexual
1P	NE	15	Militar	Mulher Cisgênera	Heterossexual
1S	NE	15	Militar	Homem Transsexual	Não tem certeza
1K	SUL	17	Militar	Mulher Cisgênera	Bissexual
1O	NE	18	Militar	Mulher Cisgênera	Não Tem Certeza
1X	SUL	19	Militar	Mulher Cisgênera	Heterossexual

### *Instrumentos*

Utilizou-se para este recorte de pesquisa um roteiro de 19 perguntas próprias direcionadas à jovens. O mesmo possuía caráter semiestruturado, sendo constituído por 3 blocos de perguntas apontadas consecutivamente como: Identificação dos participantes; Perguntas específicas para jovens; Identidade de gênero e orientação sexual- formado pelo método de duas perguntas (Brown & Herman, 2020) e pelo método Minority Assessment Research Team – SMART (Hatzenbuehler, 2009).

### *Procedimentos de Coleta de Dados e Considerações Éticas*

Posteriormente à concordância, via assinatura dos termos digitais de Assentimento (TALE) e de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizados a partir da plataforma Google Forms, os participantes foram convocados por *Whatsapp* a participar das entrevistas.

Os encontros *online* ocorreram pela plataforma Google Meet, com tempo médio de 31 minutos de duração, sendo guiados por 1 pesquisadora principal, sendo esta a autora desta dissertação e 1 pesquisadora observadora.

Os conteúdos gravados via áudio foram transcritos para análises posteriores, e unidos às observações das pesquisadoras.

### *Procedimento de Análise de Dados*

Empregaram-se o método de análise temática latente, seguindo as 6 etapas do modelo de Braun & Clarke (2006), e o método de análise indutiva de Burr (1995), para analisar os fenômenos relativos à seguinte pesquisa exploratória.

A extração dos dados foi realizada a partir das transcrições completas, sendo as mesmas unidas às observações das pesquisadoras, com a intenção de conter possíveis vieses de desejabilidade social. Com a mesma intenção, executaram-se encontros entre as pesquisadoras para debater sobre cada etapa da análise de dados.

---

<sup>2</sup> ND- Participante preferiu não declarar ser pertencente à comunidade T (transsexuais, travestis ou pessoas não-binárias) ou cisgênera

<sup>3</sup> Os modelos de tais documentos encontram-se dispostos nos anexos da seguinte dissertação

<sup>4</sup>ID refere-se ao código de identificação dos participantes

<sup>5</sup> ND (Não declarado): Participante preferiu não declarar ser pertencente à comunidade T (transsexuais, travestis ou pessoas não-binárias) ou cisgênera

## Referências

- Baumel, C. P. C., Guerra, V. M., Garcia, A. & Rosário, A. G. (2020). Consumo de Pornografia e Relacionamento Amoroso: uma Revisão Sistemática do Período 2006-2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130103>
- Brasil. (2012). Diretrizes do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Resolução 466/2012. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Brasil. (2016). Diretrizes do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Resolução 510/16. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Brasil. (2018). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm)
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). DOI: [10.1191/1478088706qp063oa](https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa)
- Brown, T. N. T., & Herman, J. (2020). Exploring International Priorities and Best Practices for the Collection of Data about Gender Minorities: A Focus on South America. Los Angeles, CA: The Williams Institute. <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/publications/gender-minority-data-south-am/>. Acesso em 28/07/2021.
- Burr, V. (1995) *An introduction to Social Constructionism*. London: Routledge.
- Carvalho, M., & Carrara, S. (2013). Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Rio de Janeiro*, (14) 319–351 p. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015>.
- Hatzenbuehler, M. L. (2009). How does sexual minority stigma "get under the skin"? A psychological mediation framework. *Psychological Bulletin*, 2009,(135)707–730.

Lima, D. F. N., Bessa, P. C. A. D, Dutra, P. H., Ribeiro, R. V. Q., & Gomes, T. F. (2023). Dos crimes na internet: revenge porn.

<http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/micfer/article/view/8336>

PVPP. (2021). Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais.

Recuperado de: <https://pvpp.co/>

Selltiz et al. (1967). Research methods in social relations. São Paulo: Herder, EDUSP, 1967.

## 2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

### 2.1 Seção Teórica

#### Breves debates sobre pornografia:

#### feminismos pró-censura, pró-pornografia e discursos pós-modernos feministas e *queer*<sup>6</sup>

Stéphanie da Selva Guimarães  
Angelo Brandelli Costa

#### Resumo:

Embora não exista um consenso sobre a melhor nomenclatura para referir-se a conteúdos relativos à sexo ou a nudez explícita, o termo “pornografia” torna-se um dos mais utilizados. Os vieses de análise social sobre a pornografia são diversos e perpassam debates relacionados à: controle e subjugação da mulher; violência contra minorias sexuais e de gênero; manutenção de estereótipos de gênero e papéis sexuais normativos; arte como meio de subversão ao patriarcado e ao modelo cisheteronormativo; e pornografia enquanto método de educação sexual. Desta maneira, o seguinte capítulo objetiva dissertar sobre diferentes modelos teóricos que se debruçam a analisar discursos sobre as pornografias, adentrando de forma sucinta aos fatos históricos que levaram ao surgimento e a manutenção das seguintes linhas de debate: feminismo pró-censura, feminismo pró-pornografia, discursos feministas pós-modernos e *queer*. Por fim, destaca-se a existência de pornografias diversas, que não necessariamente se vinculam à debates relativos à pornografia *mainstream*, mas que são formadas por engajamentos político-sociais, artísticos e de dissidências, que possuem importantes papéis políticos e de educação sexual, ao passo que abrem portas para a construção de scripts sexuais que não se vinculem à papéis de dominação e à violências, mas sim, a debates sobre liberdade sexual e saúde.

#### Introdução

---

<sup>6</sup> Capítulo Submetido e Aceito Para Publicação

Pornografia é uma das nomenclaturas utilizadas para referir-se a conteúdos relativos à sexo ou a nudez explícita (Lopes, 2013) e que contenham a intenção de produzir prazer em determinado sujeito, a partir da demonstração pública de atos compreendidos como do campo privado (Preciado, 2008). Não há consenso na literatura sobre sua nomenclatura, sendo possível encontrar descrições sobre estes conteúdos a partir de diversos nomes, como por exemplo “conteúdos adultos”, “conteúdos sexualmente explícitos” ou somente “conteúdos explícitos” (Miotto, 2012; Pinto, Nogueira & Oliveira, 2010). Teoricamente, os campos de debates acadêmicos sobre pornografia são complexos, controversos, escassos, majoritariamente datados e podem ser pautados a partir de distintos olhares (Martinez, 2005).

Os vieses de análise social sobre a pornografia são diversos (Azevedo, 2022) mesmo em um universo escasso de conteúdos, e perpassam debates relacionados à: controle e subjugação da mulher (Millett, 1969); violência contra minorias sexuais e de gênero; manutenção de estereótipos de gênero e papéis sexuais normativos; arte como meio de subversão ao patriarcado e ao modelo cisheteronormativo (Freitas, Leites & Silva, 2016), em que grande parte dos conteúdos pornográficos são baseados (Jojima, 2022); e pornografia como meio de impulsionar a liberdade sexual igualitária entre gêneros e racialidades (Mikkola, 2017).

A importância dos debates sobre as áreas da pornografia, segundo algumas concepções sociais e clínicas psicológicas, refere-se a perspectiva de que os conteúdos pornográficos, podem ser compreendidos como partes importantes na formação dos scripts sexuais (Silva, 2020) onde tendências positivas e negativas advindas do uso destes conteúdos poderiam pautar a forma como os sujeitos interagem entre si e na sociedade (Silva, 2020).

Nos últimos anos, alguns estudos de distintas áreas vem se debruçado a compreender os diversos aspectos positivos e negativos relacionados ao consumo destes conteúdos (Baumel, Guerra, Garcia & Rosário, 2020), que por vezes apontam a pornografia como um meio de educação sexual, e de formação de scripts sexuais mais diversos, e por outras vezes, apontam a pornografia como um meio de propagação e manutenção da violência de gênero e de exploração sexual (Baumel et al., 2020; Hoagland & Grubbs, 2021).

Desta maneira, observando-se a existência de poucos estudos sobre pornografia, da desatualização dos mesmos, em relação à acessos a mídias digitais (Baltar, 2019), e considerando que a maior parte destes materiais destina-se a debates conservadores que discorrem sobre a pornografia como um único conjunto de materiais que fazem a manutenção de violências de gênero, propõe-se neste capítulo, uma breve explanação sobre os distintos

formatos de pornografia existentes. Para tal, considera-se abordar a pornografia como um elemento político-social, interseccional, que compõe um papel importante de retratar e manter determinados papéis sociais, e atitudes frente à eles, tanto nas práticas sexuais, quanto fora delas (Ramos, 2015). Partindo desta perspectiva, utilizou-se a exposição breve de alguns dos principais formatos, historicidades e movimentos sociais vinculados às discussões sobre conteúdos pornográficos.

Declara-se assim, que existem outros modelos além dos citados neste capítulo, mas que dadas as suas importâncias ao longo da construção dos debates acadêmicos sobre pornografia, destacaram-se aqui os seguintes modelos teóricos: feminista pró-censura, feminista pró-pornografia, modelos pós-modernos feministas e *queer*.

### ***1.1 Pornografia Mainstream***

Com o advento da internet, o consumo de informações se tornou mais rápido e facilitado. Este avanço culminou na promoção interacional com conteúdos pornográficos, e favoreceu a disseminação do que se nomeia como pornografia *mainstream*, convencional ou tradicional (Fernandes & Jr, 2020). Este tipo de pornografia pode ser compreendida como àquela direcionada ao grande público, e não à grupos específicos, como é o caso da pornografia feminista pró-sexo ou pós-modernista (Portugal, 2022). Atualmente as principais plataformas de acesso a estes conteúdos são o *Pornhub*, *Xvideos* e *Redtube*. Estas bases midiáticas são as detentoras do maior número de acessos à pornografia *mainstream* e fazem parte de uma das indústrias mais lucrativas do mundo (Alves & Perez, 2021), que utiliza como ferramenta audiovisual para manter o público, o que Eaton (2017) chama de “gosto erótico coletivo”.

O gosto erótico coletivo, pode ser compreendido como àquilo que se vincula às normas sociais de gênero, e declara que determinados conteúdos sejam suficientemente satisfatórios para àqueles que os consomem, sendo este o guia das produções *mainstream*. Esta indústria compreende que existe um roteiro ideal para que estes conteúdos sigam sendo consumidos em larga escala, e para que mantenham-se lucrativos. Este roteiro baseia-se na apresentação de formas de dominação por parte dos homens, para que estes sejam compreendidos como viris, e de submissão por parte das mulheres, para que estas sejam consideradas atraentes ao grande

público, tendo como grande marco destas produções o *cumshot*<sup>7</sup> (Eaton, 2017). Com esta mesma finalidade, adota-se pela indústria *mainstream*, um roteiro de performance sexual chamado de modelo heteronormativo<sup>8</sup>, que visa a manutenção das performances de gêneros em boa parte dos conteúdos, e pauta-se no que compreende-se socialmente como “papéis femininos” ou “papéis masculinos”. Desta forma, mesmo em produções não heterossexuais, há presença de figuras que dominam e que se submetem, sendo as mesmas ligadas às performances de gênero dos atores e atrizes participantes das produções (D’Abreu, 2013). Outro marcador importante destas produções é a preservação do prazer do homem que performa heterossexualidade. Azevedo (2022), discorre que a figura deste homem é vista nestes cenários como a principal a ter prazer ao longo das produções, e desta forma, outros tipos de performances são avaliados a partir de um campo de fetiche, apresentando-se com menor valia perante a quem produz e por grande parte de quem consome estes materiais.

Cabe ressaltar que embora o formato *mainstream* seja o mais consumido e lucrativo cenário da indústria pornográfica do mundo, este não é o único modelo de pornografia presente no mercado do sexo audiovisual. Distintos formatos de vídeos pornográficos podem ser encontrados na internet atualmente. Alguns destes, basearam-se em movimentos sociais, políticos e artísticos, que culminaram no aparecimento de tipos específicos de pornografias, que embora ainda nichados, têm por perspectiva abraçar causas e movimentos sociais que estavam ocorrendo no período em que foram desenvolvidos (Ramos, 2015). Ramos (2015), ainda reitera que tais conteúdos possuem até os dias atuais, algumas destas características como essencialidade e que as motivações para cada formato de produção, ainda encontram-se distintas, perpassando desde perspectivas motivadas por pautas capitalistas, até como forma de desafiar as normas de gênero (Oosterhoff et al., 2017). Desta forma, as próximas subseções têm por finalidade apresentar modelos de pornografia distintas da *mainstream* e que visam abarcar dissidências sexuais e de gênero de maneira mais benéfica em seus conteúdos.

## **1.2 Feminismo pró-censura**

---

<sup>7</sup> Designa-se *Cumshot* ou *Moneyshot* a cena final de gozo masculino dos filmes pornográficos, sendo a mesma considerada o ápice das produções. De maneira geral, as produções pornográficas se organizam em torno desta cena, que é considerada a demonstração de poder de um homem que dirige seu gozo ao corpo de outra pessoa (Baltar & Sarmet, 2021).

<sup>8</sup> Padrão de relação sexual onde um indivíduo é visto como submisso, frágil e/ou vulnerável, em detrimento de outro que adota uma performance de virilidade, formada por características que remetem a poder, força e dominação.

O feminismo pró-censura é uma linha de debate conhecida por seus pilares calcados no feminismo radical (Pinto & Oliveira, 2010; Cornell, 2000). Esta linha de discurso, também é referenciada na literatura como feminismo anti-pornografia, contra-pornografia, pró-censura, modelo conservador (Alves & Fernandes, 2020), ou feminismo de segunda geração (Fernandes, 2019).

Ressalta-se que utiliza-se neste capítulo, a noção de conservadorismo de Teitelbaum (2020), para referir-se a partes do seguinte debate. Baseia-se para tal, em narrativas literárias pró-sexo que compreem que as pautas levantadas pelo mesmo são vinculadas a algumas pautas da direita conservadora americana do período em que o mesmo foi chancelado socialmente. Salienta-se porém, que embora a direita conservadora tenha abraçado majoritariamente os preceitos de tal linha teórica, outros grupos políticos também concordavam com as seguintes posições (Alves & Fernandes, 2019). Desta forma, destaca-se que quando referimo-nos neste trabalho a conservadorismo, utilizaremos a compreensão de Teitelbaum (2020), que destaca que conservador é tudo aquilo que se opõe aos conceitos de modernização, baseando-se em preceitos religiosos, políticos e colonialistas, que não compactuam com determinadas crenças relacionadas à inovação humana e a uma maior liberdade, mas mobilizando a produção industrial e de consumo de bens. Sendo assim, torna-se importante trazer à luz alguns aspectos históricos que formaram o modelo pró-censura e que pautam até os dias atuais, as lutas e narrativas da seguinte vertente.

O modelo anti-pornografia foi o primeiro dos movimentos que questionaram a forma como as mulheres eram retratadas na pornografia<sup>9</sup> (Sartor, 2022). Seu nascimento se deu em meados dos anos 70 nos Estados Unidos da América (EUA), a partir de movimentos diversos. Dentre eles, pontuam-se os movimentos sociais e jurídicos que efervesciam no cenário americano e que eram amplamente influenciados por reorganizações sociais pós-guerra, lutas raciais, debates sobre os direitos humanos e das mulheres, assim como, modificações no cenário industrial. Este último, culminou na exigência de novas formas de produção e trabalho, que acabaram por impactar diversas realidades, incluindo os cenários audiovisuais, que neste momento modificaram os cenários da pornografia, que passava do formato majoritariamente impresso, para conteúdos mais vinculados a indústria cinematográfica (Tarrant, 2016). Para tal, tornou-se uma estratégia de venda destes conteúdos que eram direcionados aos homens, a criação de modelos de símbolos sexuais femininos (Tarrant, 2016). Tais medidas impactaram

---

<sup>9</sup> Traduzido livremente do italiano.

negativamente a vida de diversas mulheres, sendo este impacto observado até os dias atuais, visto a irrealidade dos padrões de performatividade de gênero impostos e a objetificação dos corpos femininos nos seguintes conteúdos, virando está uma das principais pautas do movimento pró-censura (Silva, 2020; Koller, 2015).

Desta forma, para avaliar a construção dos movimentos sobre pornografia a partir deste ponto, deve-se levar em conta que, tanto o discurso contra-pornografia, como os que o sucedem, são altamente impactados por discursos e lutas políticas dos territórios onde os mesmos constituem-se, não sendo possível dissociar o que é visto em larga escala nas produções audiovisuais, dos aspectos sociopolíticos que motivam a construção de determinados conteúdos (Ruiz, 2015).

Destaca-se, que os aspectos enraizados historicamente como motivação inicial do movimento contra-pornografia; que basearam-se principalmente nas necessidades de mulheres americanas, brancas, casadas, e de classe média, que culminaram por iniciar movimentos contra a liberação da reprodução de filmes pornográficos nos cinemas de alguns estados do país, por sentirem suas vidas sexuais e conjugais afetadas pela falta de métodos contraceptivos (Martínez, 2005; Sartor, 2022) e pelos padrões estéticos retratados nos conteúdos de revistas e filmes pornográficos (Tarrant, 2016)- ainda mostra-se presente nos discursos atuais contra-pornografia, embora alguns pontos deste debate tenham sido modificados e adaptados aos territórios onde estes discursos chegaram ao longo dos anos. Ainda assim, observa-se que a base do discurso contra-pornografia continua contendo mensagens morais baseadas em valores religiosos, pró-família, e elitistas que tendem a classificar performatividades, identidades e papéis de gênero, além de conter narrativas cisheteronormativas sobre o que seriam formas consideradas “corretas” de vivenciar as relações e as práticas sexuais (Pinto, Nogueira & Oliveira, 2010), o que torna por sua vez, a aumentar as lacunas de preconceito contra movimentos sociais de dissidências sexuais e de gênero que podem, por sua vez, não serem contempladas nestes modelos de discursos conservadores, tanto dentro da indústria pornográfica, quanto fora dela (Sartor, 2022).

Ativistas atuais deste modelo, compreendem que a existência ou interação de sujeitos com conteúdos pornográficos não deve acontecer, visto a possibilidade do caráter perpetrador que os conteúdos pornográficos teriam em casos de violências de gênero, especialmente quando estas violências são dirigidas à mulheres. Desta forma, comumente encontram-se neste discurso ideias baseadas em um moralismo de gênero, que Baltar (2021) define como um

discurso de classe que avalia qualquer expressão de sexualização do feminino como subjugação ao poder patriarcal. Desta forma, estes conteúdos tendem a visualizar os homens, como predatórios e dominadores, a partir de performances de virilidade<sup>10</sup>, enquanto as mulheres possuem papéis frágeis e submissos, o que segundo este discurso, tornaria por reproduzir e fazer a manutenção de formatos de relações patriarcais. Tais colocações se sustentam majoritariamente pelas performances dos filmes pornográficos *mainstream*, que baseiam-se principalmente em modelos de relações sexuais de poder e dominação. Desta forma, a seguinte avaliação considera que tais conteúdos relacionais estariam dispostos em todos os materiais e em todas as plataformas de vídeo, desconsiderando a existência de outros modelos de pornografia e do papel da mesma como método de educação sexual informal, principalmente no início da vida sexual e na manutenção da mesma (Figueiró, 2010; Fernandes, 2019).

### ***1.3 Feminismo Pró-Pornografia***

Na brecha do discurso pró-censura, nasce a vertente pró-pornografia, também referenciada na literatura pelas nomenclaturas sexo-positivo, feminismo pró-sexo, sexo-radical ou feminismo sexualmente liberal.

O nascimento desta vertente baseia-se principalmente no clima de terror instaurado entre as feministas pró-censura em meados dos anos 80 (Martínez, 2005). Dado embate, que ocorreu entre as participantes do movimento por divergências de pensamento sobre liberdade sexual e pornografia, tendo como contraponto ao discurso pró-censura, a vivência de trabalhadoras sexuais e artistas que se juntavam ao movimento.

Torna-se importante ressaltar, que naquele momento já considerava-se a existência de subgrupos dentro do movimento feminista pornográfico, que até aquela ocasião era reconhecido publicamente como um movimento homogêneo feminista, mas que já apresentava fissuras no debate antipornografia. Tais divergências, tornaram posteriormente, a dar luz aos movimentos liberais ou socialistas pornográficos (Martínez, 2005).

As particularidades de olhares dentro do movimento culminaram em distintas reivindicações acerca do que seria a liberação sexual para as mulheres. Algumas importantes róis que levaram ao embate, giravam em torno do discurso das integrantes pró-censura que

---

<sup>10</sup> A virilidade segundo Cruz (2023), pode ser compreendida como um conjunto de atitudes e características que hierarquizam e constituem corpos como desejáveis ou à margem da sociedade.

condenavam algumas das práticas defendidas por integrantes lésbicas e da indústria do sexo, que mais tarde formariam a vertente pró-sexo, baseada nestes preceitos anteriormente combatidos.

Faziam parte das reivindicações das integrantes lésbicas e da indústria do sexo, os movimentos em prol do reconhecimento e despatologização do sadomasoquismo, das interações com pornografia (Martínez, 2005) e da não condenação das práticas sexuais penetrativas. As seguintes reivindicações tornavam a acalorar o debate entre as participantes visto que até aquele momento, era defendido pelas atuantes pró-censura que as práticas sexuais verdadeiramente feministas eram o que atualmente denomina-se *gouinage*<sup>11</sup> (Catelan & Guimarães, 2023). Utilizando-se desta perspectiva, o gozo feminino não precisava de participação de outrem, visto a eficiência da autoestimulação clitoriana (Martinez, 2005).

A partir disso, parte importante do movimento de cisão entre as correntes feministas ocorreu em 1982 durante a conferência “The scholar and The Feminist”, que foi criada para que fossem debatidos por estudiosas e políticas feministas, temáticas relativas à prazeres e perigos sexuais (Martinez, 2005). Neste evento, ativistas do feminismo radical que se denominavam antipornografia, culminaram por boicotar o evento e acusaram as participantes contrárias às pautas conservadoras, de serem “desviantes sexuais”<sup>12</sup> e de promoverem discursos patriarcais antifeministas. A difamação das integrantes pró-pornografia ocasionou em um grande confronto entre as participantes gerais, que defenderam que as condutas conservadoras teriam sido sexofóbicas e promotoras de pânico sexual (Martinez, 2005). Desta forma, ocorreu a cisão entre as visões feministas acerca da pornografia, compreendidas até aquele momento como um movimento único, e que partia-se nos movimentos antipornografia- que obteve um grande apoio midiático por conter pautas pró-família (Gregori, 2016), suscitando na maior força do movimento em publicações e discursos até os dias atuais- e no movimento pró- pornografia, que pautou-se na inclusão de práticas e de grupos dissidentes dentro das correntes de discussão e de produção sexual (Martinez, 2005).

Sendo assim, o modelo pró-sexo foi formado principalmente por mulheres que trabalhavam na produção dos filmes pornográficos, sendo uma das diretoras destes filmes, uma das principais autoras desta linha de pensamento. Nesta perspectiva, não nega-se a existência

---

<sup>11</sup> *Gouinage* é um termo francês utilizado para classificar relações sexuais sem penetração. O termo é comumente utilizado entre integrantes da comunidade LGBTQIAP+, mas estende-se também a relações sexuais heterossexuais (Catelan & Guimarães, 2023a).

<sup>12</sup> Traduzido livremente do castelhano.

das violências nos conteúdos pornográficos *mainstream*, mas visa-se principalmente a liberdade sexual das mulheres e a busca pelo gozo, tanto das necessidades internas atendidas, quanto pela possibilidade de geração orgásmica (Silva, 2023). Origina-se a partir disto, a visão de que a pornografia pode ser percebida como uma ferramenta de auxílio na busca da liberdade sexual e do prazer das mulheres, assim como, outros artifícios como brinquedos eróticos e outros objetos sexuais (Attwood, 2005). Para Anne Sprinkle, uma das principais autoras que encabeçou o movimento pró-sexo, a pornografia, poderia ser vista como um lugar de reivindicação e transgressão ao patriarcado (Otero, 2012). Este discurso torna-se o centro do entendimento desta linha, que defende uma pornografia feita por mulheres e para mulheres (Sartor, 2022). Seus principais apelos partem das próprias vivências das participantes da indústria pornográfica (atrizes, diretoras e artistas em geral), que culminam por tomar a frente das produções, como forma de subversão à pornografia feita por homens e para homens, como é o caso da pornografia tradicional, assim como fazem parte deste movimento às mulheres lésbicas (Alves & Fernandes, 2020; Sartor, 2022).

Sendo assim, parte-se da compreensão de que os elementos utilizados nas cenas devem ser direcionados para as necessidades femininas, não objetificando as mulheres, e não pautando-se em papéis de gênero impostos socialmente. Eaton (2017), caracteriza critérios positivos e negativos para que uma pornografia seja considerada feminista, defendendo que as características positivas, ou seja, as que devem estar presentes nestas produções são as seguintes: a mulher deve ter iniciativa ou conduzir a relação sexual; deve-se abarcar em grande parte da produção o prazer feminino dando ênfase na estimulação clitoriana e no sexo oral; pode-se ter porventura, a presença de homens bissexuais ou submissos, com tanto que a mulher esteja em papel central de controle; e deve-se preocupar com a representação de diversos tipos de corpos femininos, indo contra a representação estética de “padrão de mulher” (Eaton, 2017; Alves & Fernandes, 2020)

#### ***1.4 Discursos Pós-Modernos Feministas e Queer***

Os modelos pós-modernos são formados por alguns tipos de conteúdos. Neste trabalho, destacam-se principalmente dois gêneros dos debates em pornografia pós-moderna: a

feminista pós-moderna, e a pornografia *queer*, ou como também é chamada, *Testo Junkie*<sup>13</sup> (Azevedo, 2022).

Quando comparadas aos modelos pró-censura e pró-pornografia estas duas perspectivas mostram-se mais complexas, à termos de análises sobre os valores, normas, diversidades sexuais e sociais. Os conteúdos contidos nestes debates, possuem características específicas que visam o destaque das pautas política-estéticas e coletivas, que tornam-se marcadores importantes de luta destes modelos, como a arte feminista dos anos 70 e as performances contemporâneas relacionadas principalmente, às dissidências de corpos, gêneros e sexualidades, que tomam neste modelo, papel central (Baltar & Sarmet, 2021). Aliam-se a estas róis, como recurso para intervir politicamente contra os discursos narrativos dominantes sobre pornografia, e para contruir um novo imaginário social sobre este universo, diversos nichos e categorias de pornôs, que interseccionadas ou não, direcionam-se ao público com intuito de dirimir determinadas mensagens militantes (Vasques, 2023).

Partindo destas características, torna-se importante destacar que o nascimento dos debates pós-modernos se deu em meados dos anos 1980, a partir de lutas sociais de algumas participantes do movimento pró-sexo. As pautas destas lutas eram marcadas em grande parte pela vivência de mulheres artistas, poetisas, trabalhadoras do sexo, diretoras e atrizes do universo pornográfico, que intencionavam a promoção da liberdade sexual e o rompimento com a perspectiva vigente de feminismo até aquele momento. Desta forma, seus discursos iam na contramão da abordagem da mulher enquanto objeto de submissão, principalmente quando se tratava do retrato midiático de relações sexuais com homens, e partiam da compreensão da mulher enquanto sujeito detentor de poder e de prazeres sexuais (Jojima, 2022).

Desta forma, por ser uma vertente principalmente criada por mulheres artistas, seus conteúdos possuem grande apelo artístico e estético, sendo os mesmos baseados no movimento artístico pós-moderno que ocorria em meados do século XX (Baltar & Sarmet, 2021), e que influi na nomeação do seguinte movimento. Atrélavam-se à estas, pautas políticas dos locais por onde as mensagens e os conteúdos da pós-pornografia chegavam. Sobresairam-se neste percurso formativo e interseccional, o papel essencial dos movimentos pós-pornográficos da Espanha, Itália e da América Latina, na busca por ressignificar corpos e sexualidades dentro do

---

<sup>13</sup> Termo em italiano.

universo pornográfico e erótico *mainstream* (Sarmet, 2014), assim como na busca pela alusão de diferentes performatividades partidas das dissidências sexuais e de gênero (Jojima, 2022).

Por tal historicidade, a pós-pornografia busca abarcar a produção de diversos tipos de prazeres, tirando o foco do prazer sexual advindo de um modelo de relação heteronormativo, que replicava-se não somente em relações heterossexuais mas também pautavam a pornografia lésbica e gay produzida na época (Freitas & Leites, 2016). Desta forma, a produção pós-pornografica procurou quebrar o ideal de masculino dominador e da compreensão da mulher como objeto de prazer do homem, buscando ampliar o formato de produções e debates sobre pornografia, quando comparadas aos debates feministas pró-censura e pró-sexo, existentes até aquele momento. Seus conteúdos tendem a utilizar cores, luzes e objetos em tons pastéis e que emitem mensagens eróticas e sexuais, sem necessariamente demonstrar genitais ou gemidos, característicos da pornografia *mainstream*, sendo esta uma das principais marcas da pornografia pós-moderna, mas mantém o caráter pornográfico ao demonstrar cenas de práticas sexuais.

Esse conjunto de pornografias foi nomeado e tomou força a partir de Annie Sprinkle (Sarmet & Baltar, 2021), uma artista, ex trabalhadora do sexo, atriz pornô, diretora renomada da pornografia pós-moderna e mulher LGBTQIAP+. Sua trajetória de vida pessoal, a levou a desenvolver uma vertente de produções diversas que fazem parte deste modelo de conteúdos, na busca pela liberdade sexual, pelo prazer feminino e pela igualdade das representações das dissidências sexuais e de gêneros nas produções pornográficas, a partir do desenvolvimento de conteúdos explícitos baseados em artes (Sprinkle, 1998).

Embora possa-se traçar semelhanças entre as pornografias pós-modernas, cabe aqui destacar as divergências entre as duas principais linhas destacadas anteriormente. O feminismo pós-moderno é uma vertente nascida em meados dos anos 90, baseada em um cenário político neoliberal, que trouxe novas reivindicações de mercado de trabalho para as mulheres (Hollanda, 2013). Sua compreensão é baseada em fenômenos artísticos, na arquitetura, filosofia e na economia, assim como, seu discurso pós-pornô norteia-se a partir do feminismo pró-sexo, do movimento *queer* e da cultura *punk* anticapitalista (Lage & Nascimento, 2014; Milano, 2014). Esta perspectiva tende a desafiar a ideia de que há uma base unitária de experiências vividas por todas as mulheres, não sendo possível classificar as mesmas em uma categoria única de “mulher” e nem classificá-las em um único tipo de sofrimento de violência de gênero<sup>14</sup> (Lage & Nascimento, 2014). Sua esfera audiovisual não possui como principal motivação o auto

---

<sup>14</sup> sendo aqui referenciado como ser submissa aos homens

prazer sexual, como ocorre em outros tipos de produções pornográficas, mas sim, insere-se como ato político por igualdade de gênero nas artes, no pornô e nas lutas LGBTQIAP+. Incentiva-se, a partir deste formato de produção e de discurso, o que Cruz (2007) descreve como, uma análise da existência de diversos pontos de vista dentro do feminismo, sendo plausível que se abarque dentro do pós-pornô ideias contraditórias e conflituosas dentro de um mesmo discurso. Estas contradições de preleção são vistas a partir da ótica da inexistência de uma noção unitária de verdade, ou seja, para esta vertente não existem fatores hegemônicos que delineiem compreensões sobre gêneros, violências e modos de subjetivação (Nicholson apud Cruz, 2007). O manifesto pós-pornô modernista, realizado pelas principais ativistas deste nicho, Anne Sprinkle e Verônica Vera, no início deste movimento, traduz alguns dos principais olhares desta vertente:

“Manifesto pós-pornô modernista

Que seja do conhecimento de todos ao ler estas palavras, ou ao testemunharem estes eventos, que uma nova tomada de consciência surgiu sobre a terra. Nós do Pós-Pornográfico Modernista encaramos o desafio da Era do Látex através do reconhecimento deste momento em nossa evolução sexual pessoal e na evolução sexual do planeta.

Nós compreendemos nossa genitais como parte sem separação dos nossos espíritos.

Nós utilizamos palavras explicitamente sexuais, imagens, performances para comunicar ideias e emoções.

Nós denunciemos censura sexual como antiarte e desumana.

Nós nos fortalecemos através desta atitude de otimismo sexual. E com este amor pelos nossos seres sexuais nós nos divertimos, curamos o mundo e o suportamos.

Veronica Vera

Junho de 1989 ” (Sprinkle & Vera, 2017).

Lage & Nascimento (2014), que citam o manifesto em seu trabalho, destacam pontos importantes acerca da compreensão dele: a posição da vanguarda pós-modernista e sua posição pró-sexo, adotada após os embates com as feministas radicais, que ainda se mostrava muito presente quando o mesmo foi escrito; e a importante inserção de um elemento textual que se tornaria mais tarde, um marco para o movimento: a borracha. Para as autoras a inclusão deste elemento no manifesto, se põe significativo visto a grande popularidade dos artefatos sexuais

nas cenas, e demarcam dentre eles, a principal presença do dildo, que tornaria-se a partir dos escritos de Preciado (2004), um símbolo da pós-pornografia *queer*.

A pornografia *queer* segundo Azevedo (2022), pode ser avaliada como um local seguro para vivenciar prazeres entre pessoas *queer* e outros sujeitos dissidentes. A autora retrata que nestes conteúdos visuais existe um papel político-estético, como marcado de forma geral na pós-pornografia, que coloca em destaque diferentes performatividades estéticas e de gênero. Desta forma, Forestiere (2020), sinaliza que na pornografia *queer*, distintas formas, tipos de corpos e prazeres são retratados com maior abrangência, quando comparados a pornografia *mainstream*.

Neste nicho de conteúdos, que desenvolveram-se também a partir de Annie Sprinkle, avalia-se o intuito não somente político nas produções, mas também o papel do pornô na educação sexual, sendo possível observar conteúdos mais amplos, baseados nos preceitos desta vertente. Desta forma, parte dos conteúdos disponíveis nas plataformas de acesso à pornografia pós-moderna, carregam o preceito de educar sexualmente a partir de um formato de pornografia mais diversa, e que não aborda necessariamente os estímulos auditivos e visuais da pornografia *mainstream*, sendo considerada mais próxima dos atos sexuais reais (Baltar & Sarmet, 2015).

Além da educação sexual baseada nos conteúdos *queer*, também fazem parte do modelo pós-moderno, outros formatos de educação sexual, como aqueles direcionados ao campo escolar. Para Jones (2011), o modelo de educação sexual pós-moderno pode ser compreendido como aquele que, assim como citado por Baltar & Sarmet (2015), questiona os regimes de verdade, a ordem social e a cultura. Sendo assim, para Jones (2011), o principal aspecto desta análise é trabalhar as diversidades sociais sem se basear em um modelo original, pautando-se na multiplicidade social, na reflexividade, no poder questionador sobre as realidades sociais dominantes e no atravessamento das mesmas em distintas realidades e classes sociais.

### ***1.5 Pornografia ou Pornografias?***

Como demonstrado, de forma breve no seguinte capítulo, inúmeros modelos de pornografia tornam-se existentes. Suas finalidades e mensagens, tornam-se múltiplas, não se atendo somente ao desígnio da auto estimulação, como avaliado em senso comum, mas podendo conter também caráter político-social artístico.

Suas distribuições também tornam-se distintas e direcionadas a nichos populacionais. Alguns destes, mantêm ampla abrangência, como no caso da pornografia *mainstream*, que torna-se o modelo de pornografia mais acessado e conhecido no mundo, ou direcionado a públicos específicos, como no caso da pró e da pós-pornografia.

Avalia-se assim, que retratar a pornografia como modelo único de conteúdos explícitos, que contém singular direcionamento apenas à auto-estimulação ou atrelando-a a sentimentos e atitudes negativas, torna-se um equívoco e uma forma simplista de classificar tal gênero de conteúdos. Tal destoamento desconsidera importantes movimentos e lutas advindas das dissidências sexuais e de gênero, que pautam-se majoritariamente no respeito, na inclusão e na liberdade sexual para as mulheres. Desta forma, à existência de pornografias mais atuais como no caso da pró-sexo e pós-moderna, que contém análises mais complexas acerca dos conteúdos difundidos, também torna-se aliada na busca e garantia por maior liberdade sexual para determinados grupos sociais. Não descarta-se assim, o papel da pornografia *mainstream* em casos de violência de gênero, mas sim, considera-se que existam formatos mais positivos e reais destes conteúdos, e que estes poderiam auxiliar na formação de scripts sexuais mais saudáveis.

Por fim, conclui-se que nomear este conjunto de conteúdos como “pornografias” torna-se mais assertivo, pois inclui distintas realidades, vivências e lutas. Porém, argui-se, que para um possível papel positivo da pornografia, torna-se importante letrar sobre a existência de outros modelos de pornografia, para além da *mainstream*. Tal exercício, tende a tornar-se mais eficiente, segundo à literatura, caso as produções audiovisuais demonstrem práticas sexuais mais próximas das realidades, incluindo diversos tipos de corpos e populações, fazendo-se assim presentes enquanto instrumento de educação sexual.

Outros pontos que tornam-se importantes ferramentas de educação sexual em tais conteúdos, torna-se o modo em que os mesmos são feitos. Baseando-se na perspectiva de formatos de educação sexual que incluam a pornografia enquanto ferramenta para ampliação de scripts sexuais, avalia-se como importante que estas produções sejam realizadas e que passem mensagens sem violências, principalmente no que tange às dissidências sexuais e de gênero, a fim de não reiterar regimes de poder e submissão já diagnosticados na vida cotidiana e em análises bibliográficas diversas, como às descritas e combatidas a partir de discursos feministas pró-sexo e *queer*.

## Referências

- Alves, G. S., & Fernandes, L. R. (2020). Produção audiovisual de pornografia feminista: apontamentos a partir do filme *skin* (2009). Estudos de Gênero e feminismos na sociedade contemporânea: diálogos interdisciplinares. Diotto, N., Souto, R. B., Goularte, R. F., Araújo, L. G. N., & Brutti, T. A. (Orgs.). Cruz Alta: Ilustração, 23-38. DOI: <http://dx.doi.org/10.46550/978-65-88362-20-4>
- Alves, D. F. C., & Perez, D. K. (2021). Nos bastidores da indústria pornográfica: reflexos da pornografia e a importância da educação sexual. Recuperado de: <https://www.periodicos.aprb.org/index.php/rpt/article/view/7>
- Attwood. (2005). What do people do with porn? Qualitative research into the consumption, use, and experience of pornography and other sexually explicit media. *Sexuality and Culture*, 9(2), 65–86. <https://doi.org/10.1007/s12119-005-1008-7>
- Azevedo, E. A. A. (2022). Bem me *queer*, mal me *queer*: pornografia e educação sexual na perspectiva de mulheres LGBT. Recuperado de: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/141521/2/564464.pdf>
- Baltar, M., & Sarmet, É. (2015). La fulminante: deboche, excesso e gênero no pós-pornô da América Latina. 17(30), 109-124.
- Baltar, M. (2018). E pornô, tem pornô? A Panorama of Brazilian Porn. Milão: Mimesis International, 2018.
- Baltar, M. (2019). Pornografia sf [substantivo feminino]: coisa de mulher, para mulher. Pornography sf: from women, to women. Compós, 2019.
- Baltar, M. (2021). O corpo, o gozo e a pesquisa. Feminino Manifesto. Cesari, P., Maxnuck, A. (Orgs.). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2021, 31-49.
- Baltar, M., & Sarmet, É. (2015). La fulminante: deboche, excesso e gênero no pós-pornô da América Latina. 17(30), 109–124.
- Baltar, M., & Sarmet, É. (2021). Redes de deboche e excesso. Práticas performáticas no pós-pornô da América Latina. DOI: <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i1.27574>

- Baumel, C. P. C., Guerra, V. M., Garcia, A. & Rosário, A. G. (2020). Consumo de Pornografia e Relacionamento Amoroso: uma Revisão Sistemática do Período 2006-2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130103>
- Catelan, R. F. & Guimarães, S. S. (2023). Conceitos básicos em gênero e sexualidade. Manual de gênero e sexualidade na psicoterapia: fundamentos teóricos e intervenções clínicas. (Orgs) Catelan, R. F., & Sardinha, A. Novo Hamburgo : Sinopsys Editora, 2023.
- Cornell, D. (2000). *Feminism and pornography*. Oxford University Press.
- Cruz, L. A. (2007). Crítica epistemológica do feminismo. Notas da III Jornada Internacional de Políticas Públicas. Recuperado de: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/57ef1026f04c70177699LINDALVA%20ALVES\\_CRUZ.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/57ef1026f04c70177699LINDALVA%20ALVES_CRUZ.pdf)
- Cruz, M. S. (2023). Corpo, virilidade e desejo: agenciamentos enunciativos em duas cenas de prostituição masculina brasileira. *Caminhos em Linguística Aplicada*, 28(2)45-64. Recuperado de: <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/caminhoslinguistica/article/view/3606/2146>
- D'Abreu, L. C. F. (2013). Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 592-601. Recuperado de <http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3658/2274>.
- Eaton, A., W. (2017). *Feminist Pornography. Beyond speech: Pornography and analytic feminist philosophy*. Mikkola, M. (Org.). New York: Oxford University Press, 137- 156, 2017.
- Fernandes, G. F. (2019). A construção das memórias íntimas de uma personagem feminina em *Fanny Hill Memoirs of a Woman of Pleasure*, de John Cleland, e na peça *TheLife and Times of Fanny Hill*, de April de Angelis: aproximações e distanciamentos. Dissertação (Mestrado).
- Fernandes, L. R., Jr, E. V.(2020). Ressignificações da sexualidade na produção de pornografias feministas. Recuperado de: <https://periodicos.ufes.br/poscom/article/view/32561>
- Figueiró, M. N. D. (2010). *Educação sexual: Retomando uma proposta, um desafio*. Londrina: Eduel.

- Forestiere, A. (2020). Girl-on-Girl Action : How the Anti- Pornography Movement Ignores the Unique Violence Queer Women Experience as a Result of “ Lesbian Porn .” LGBTQ Policy Journal, June, 0–35.
- Freitas, S. & Leites, A. R. (2016). Da pornografia à pós-pornografia: práticas contrassexuais no audiovisual. Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recuperado de: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0471-1.pdf>
- Freitas, S., Leites, B., Silva, A. R. (2016). Pós-pornografia e as Ressignificações do Sexo no Audiovisual. Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recuperado de: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1889-1.pdf>
- Gagnon, J. H. (2006). Uma interpretação do desejo. Rio de Janeiro: Garamond.
- Gagnon, J. H. & Simon, W. (2005). *Sexual conduct: the social sources of human sexuality*. Aldine Transaction Publishers (2).
- Godoi, A. M. L. (2022). Representações de estudantes de pedagogia sobre sexualidade: Construindo *scripts* sexuais. Recuperado de: [https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/65510/GODOI\\_AML\\_-\\_REPRESENTA%c3%87%c3%95ES-DOS-ESTUDANTES-DE-PEDAGOGIA-SOBRE-SEXUALIDADE%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/65510/GODOI_AML_-_REPRESENTA%c3%87%c3%95ES-DOS-ESTUDANTES-DE-PEDAGOGIA-SOBRE-SEXUALIDADE%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Gregori, M. F. (2016). Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade. Editora Companhia das Letras.
- Hoagland, K. C. & Grubbs, J. B. (2021). Pornography Use and Holistic Sexual Functioning: a Systematic Review of Recent Research. *Curr Addict Rep* 8, 408–421 (2021). <https://doi.org/10.1007/s40429-021-00378-4>
- Hollanda, H. B. (2013). Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: Uma primeira abordagem. Recuperado de: <https://searchworks.stanford.edu/view/2027979>
- Jojima, T. (2022). Rasgando o papel: artistas mulheres e o Movimento de Arte Pornô. Dossiê poder, mulheres e feminismos nas artes, 28(44) jul-dez, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37235/ae.n44.17>

- Jones, T. M. (2011). Saving rhetorical children: sexuality education discourses from conservative to post-modern, *Sex Education*, 11(4), 369-387. DOI: <https://doi.org/10.1080/14681811.2011.595229>
- Koller, V. (2015). The subversive potential of queer pornography. *Journal of Language and Sexuality*, 4(2), 254–271. Doi: <https://doi.org/10.1075/jls.4.2.04kol>
- Lage, F. C., & Nascimento, G. A. F. (2014). O Feminismo pós-moderno, a equidade de gênero e a condição de agente da mulher. Recuperado de: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=dbe2ec22cee2bf46>
- Lopes, A. S. S. P. (2013). Consumo de pornografia na internet, avaliação das atitudes face à sexualidade e crenças sobre a violência sexual. Tese (Mestrado em Psicologia). Universidade Autônoma de Lisboa: Lisboa, 125p.
- Louro, G. L. (2008). Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2014). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martinez, M. J. R. (2005). El feminismo “pro-sexo” o anti-censura: Una lectura sexológica. *Anuario de Sexología A.E.P.S. Anuario de Sexología*, 2005, (9), 7-37. ISSN:1137–0963
- Mikkola, M. (2017). Beyond speech: Pornography and analytic feminist philosophy. Mikkola, M. (Org.). New York: Oxford University Press, 137- 156, 2017.
- Milano, L. (2014). Usina Posporno: disidencia sexual, arte y autogestión en la pospornografía. 1a ed. ed.Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Título, 2014.
- Millett, K. (1969). *Sexual Politics*. New York: Doubleday, 1969.
- Miotto, L. (2012). O que há de errado com a pornografia? Fundamento: Revista de Pesquisa em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (4)109-123, 2012, jan–jun.
- Morrison, T. G. & Tallack, D. (2005). Lesbian and bisexual women’s interpretations of lesbian and ersatz lesbian pornography. *Sex Cult*, 9(2), 3-30. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12119-005-1005-x>
- Nicholson, L. (1990). *Feminism/postmodernism*. Nova York/Londres: Routledge.

- Oliveira, R. M. (2017). TESTO JUNKIE: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/download/10952/6504>
- Oosterhoff, P., Müller, C., & Shephard, K. (2017). Introduction: Sex Education in the Digital Era. *IDS Bulletin*, 48(1), 1–6. DOI: <https://doi.org/10.19088/1968-2017.102>
- Otero, R. (2012). Annie Sprinkle: feminismo postmoderno porno. [https://www.andainamulleres.gal/artigresul\\_imp.php?tiduo=ANNIE+SPRINKLE%3A+FEMINISMO+PORNO+POSTMODERNO&Submit32262=intro](https://www.andainamulleres.gal/artigresul_imp.php?tiduo=ANNIE+SPRINKLE%3A+FEMINISMO+PORNO+POSTMODERNO&Submit32262=intro)
- Pinto, P., Nogueira, M. C., & Oliveira, J. M. (2010). Debates feministas sobre pornografia heteronormativa: estéticas e ideologias da sexualização. *Psicol. Reflex. Crit.* 23 (2) 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200020>
- Preciado, B. (2004). Género y performance. *Zehar: Revista de Arteleku-ko aldizkaria* (Donostia), 54 (2004), La repolitización del espacio sexual.
- Preciado, B. (2008). *Pharmaco pornographic Politics: Towards a New Gender Ecology*. *Parallax*, 14 (1)105-117.
- Portugal, M. B. (2022). A representação da mulher na pornografia mainstream. <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/65237/Vers%c3%a3o%20final%20TCC%20enviar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Ramos, M. E. (2015). Pornografia, resistência e feminismos- estratégias políticas feministas de produções audiovisuais pornográficas. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Ruiz, M. R. (2015). O pós-pornô: por uma pornografia como ferramenta das lutas feministas. [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conages/2015/TRABALHO\\_EV046\\_MD1\\_S\\_A3\\_ID205\\_23022015164751.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conages/2015/TRABALHO_EV046_MD1_S_A3_ID205_23022015164751.pdf)
- Sarmet, E.(2014). Pós-pornôdissidência sexual e a situação cuir-latino-americana: pontos de partida para o debate. *Periódicus*, (1)258-276.

- Sarmet, E. R. & Baltar, M. (2021). Redes de deboche e excesso: Práticas performáticas no pós-pornô da América Latina. Dossiê Feminismos vitais, 24 (1), 2021. DOI: <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i1.27574>
- Sartor, A. (2022). Ruollo della donna nella pornografia femminista: superamento del concetto di oggettivazione sessuale. [https://thesis.unipd.it/retrieve/0bdb6697-8e9c-4b5d-9c7c-1f4b82e5fc4f/Aurora\\_Sartor.pdf](https://thesis.unipd.it/retrieve/0bdb6697-8e9c-4b5d-9c7c-1f4b82e5fc4f/Aurora_Sartor.pdf)
- Silva, B. B. B. (2020). Olhar desviante: Os cinemas pornôs e o desenvolvimento da pós-pornografia como linguagem alternativa. XIII Encontro estadual de história: história e mídias: narrativas em disputa, 13, 2020, Pernambuco. [https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602124150\\_ARQUIVO\\_67ef571fc61594d5031215ab31a970f4.pdf](https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602124150_ARQUIVO_67ef571fc61594d5031215ab31a970f4.pdf)
- Silva, M. B. (2023). Do Feminismo Radical ao Feminismo Pró-Sexo: Como a Pornografia é Vista? Primeiros Estudos: Revista de Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 10(2)102-123. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-2423.v10i2pe00102205>
- Sprinkle, A. (1998). *Post-porn modernist: my 25 years as a multimedia whore*. San Francisco: Cleis Press, 1998.
- Sprinkle, A., & Vera, V. (2017). O Manifesto Pós-Ponrogáfico Modernista (Estados Unidos, 1989). eRevista Performatus, Inhumas, 5 (17), 1-2, jan. 2017. [http://performatus.net/wp-content/uploads/2017/01/O-Manifesto-Pos-Pornografico-Modernista\\_Performatus.pdf](http://performatus.net/wp-content/uploads/2017/01/O-Manifesto-Pos-Pornografico-Modernista_Performatus.pdf)
- Tarrant, S. (2016). *The pornography industry: What everyone needs to know*. Oxford University Press.
- Teitelbaum, B. R. (2020). *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Editora Unicamp, 2020.
- Vasques, V. M. (2023). Teoria e Carne: investigações sobre a pós-pornografia no cenário audiovisual brasileiro. [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-24022023-122022/publico/2023\\_VeraMilhomeVasques\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-24022023-122022/publico/2023_VeraMilhomeVasques_VCorr.pdf)

## 2.2 Seção Empírica

### Letramento para Conteúdos Digitais Explícitos em Momentos de Educação Sexual

Stéphanie da Selva Guimarães  
Angelo Brandelli Costa

**Resumo:** Apesar do avanço e facilidade de acesso a materiais digitais sexuais por jovens, momentos de educação sexual que abrangem interações com conteúdos digitais explícitos, mostram-se escassos na literatura científica. Neste sentido, este trabalho objetivou conhecer a oferta e as possíveis necessidades de letramento para momentos de educação sexual em escolas. Realizou-se um estudo qualitativo, exploratório, e transversal, com 18 jovens das 5 regiões do Brasil, com distintos gêneros e orientações sexuais. Os resultados demonstraram diversas carências conteudistas e metodológicas. Suscitaram-se maiores necessidades de autonomia dos jovens; atualizações temáticas; inclusão da interação com conteúdos digitais explícitos, e a manutenção de conteúdos médico-sanitários.

**Palavras-Chave:** Adolescência; educação sexual; pornografia; conteúdos digitais.

**Abstract:** Despite the advancement and ease of access to sexual digital materials by young people, moments of sexual education that include interactions with explicit digital content are scarce in scientific literature. In this sense, this work aimed to understand the supply and possible literacy needs for sexual education in schools. A qualitative, exploratory, and cross-sectional study was carried out with 18 young people from 5 regions of Brazil, with different genders and sexual orientations. The results demonstrated several content and methodological shortcomings. Greater needs for autonomy were raised among young people; thematic updates; inclusion of interaction with explicit digital content, and maintenance of medical and health content.

**Keywords:** Adolescence; sex education; pornography; digital content.

### Introdução

Conteúdos digitais explícitos referem-se a materiais diversos de cunho pornográfico que podem apresentar-se a partir de diversos formatos de pornografias, como a *mainstream*, pró-sexo, feminista pós-moderna, *queer*, caseira, entre outras (Guimarães & Costa, *prelo*). Estes conteúdos desenvolvem-se de maneiras distintas, desde a forma de gravar os conteúdos, até as mensagens finais passadas aos espectadores (Guimarães & Costa, *prelo*).

Atualmente, a pornografia em formato *mainstream*, torna-se a mais acessada no mundo. Segundo o site *PornHub*, uma das principais plataformas de disseminação de conteúdos digitais explícitos *mainstream*, o acesso à pornografia *mainstream* pode ser influenciado pela cultura pop e outros eventos que assolam o mundo a cada ano (Pornhub, 2022). O seguinte site disponibiliza através da página *Pornhub Insights*, estatísticas que demonstram os acessos de maiores de 18 anos, a ele no Brasil e no mundo a cada ano. Acessos anônimos, como torna-se o caso da maioria das visualizações, não são contabilizadas (Pornhub, 2022).

Em 2022 o Brasil ganhou destaque entre todos os países, ocupando o 10º lugar no ranking dos que mais acessam o site (Pornhub, 2022). As categorias mais acessadas no país foram respectivamente: transgêneros, brasileiras, lésbicas, anal e ménage, referenciando também o crescimento de acessos na categoria “gay”, observando-se que a mesma obteve 13 vezes mais acessos quando comparado ao ano de 2021; “gemidos masculinos”, com 431% de aumento quando comparado ao ano anterior; e observações de que visitantes brasileiros possuem 86% mais chances de ver vídeos de indivíduos transgêneros, quando comparados ao restante da população mundial (Pornhub, 2022). Estes dados tornam-se muito relevantes socialmente, quando comparados aos excessos de vulnerabilidades psicossociais à que dissidências sexuais e de gênero são expostas cotidianamente, e levantam as indagações das multicausalidades envolvidas nos acessos à estes conteúdos, como as mesmas podem impactar na criação de *scripts* sexuais e nas práticas sexuais iniciais de jovens que os acessam. Avalia-se neste ponto, que o acesso aos conteúdos digitais explícitos *mainstream* no Brasil são muito presentes, e que embora o *Pornhub* forneça somente dados de sujeitos a partir de 18 anos, jovens também podem ter acesso a estes conteúdos, visto a facilidade de visualizações anônimas no site.

Um estudo realizado no Canadá com 2.846 jovens (52,5% meninas; 47,5% meninos), constatou que dois terços destes, já fizeram uso de conteúdos digitais explícitos. 52,2% dos jovens relataram fazer cerca de uma vez por semana ou mais, nos últimos 3 meses, indicando que o uso destes conteúdos pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento sexual (Bóthe, Vaillancourt-Morel, Girouard, Štulhofer, Dion & Bergeron, 2020). Outro estudo realizado na Espanha com 494 estudantes universitários, observou-se que 63% dos meninos e 30% das meninas já haviam visto estes conteúdos no formato *online* durante a adolescência (Alves, & Firmo, 2020). Segundo os pesquisadores, estes contatos apresentavam-se como involuntários ou consentidos, tanto em participantes do gênero feminino quanto masculino, e havia uma gama diversa de temas acessados (Alves, & Firmo, 2020; Gonzalez- Ortega & Orgaz-Baz, 2013), assim como constatado nos acessos ao *pornhub* no Brasil.

O formato de ensino predominante em ações de educação sexual no Brasil, pode ser equiparado ao modelo nomeado por Jones (2011), como modelo conservador. Segundo a autora, compreende-se tal modelo como hierárquico, onde o professor detém o saber e o aluno possui um papel de passividade em relação ao ensino, que tende por visar a manutenção do status quo (Jones, 2011). Para além destes, há presença de visões cisheteronormativa acerca da educação sexual, visando o olhar procriativo, onde diversidades sexuais e de gênero podem ser invisibilizadas, patologizadas, demonizadas, e declaradas como falácias ou equívocos, a partir de palestras e histórias fantasiosas, que podem conter fadas e cegonhas (Jones, 2011). Em contrapartida a este formato, a literatura também demonstra a existência, no cenário brasileiro, de ensinamentos liberais em educação sexual (Jones, 2007, 2009), onde abrangem-se o incentivo à escuta das necessidades dos alunos, a partir de momentos de roda de conversa ou atividades mais dinâmicas, em que o professor torna-se visto enquanto facilitador no processo de aprendizagem e não como o detentor do saber.

Quando se trata da perspectiva pós-moderna, incluem-se diversas análises acerca das sexualidades, gêneros e das orientações sexuais, sendo está a visão mais moderna acerca da educação sexual (Jones, 2009). Nesta, discentes são levados a autorreflexão, no sentido de desconstruir e reconstruir os saberes, questionando-se sobre pautas relacionadas a verdades sociais hegemônicas (Jones, 2009), aguardando então, que os alunos reconheçam e se apropriem das suas próprias posições sobre os assuntos (Morton e Zavarzadeh 1991). Incluem-se neste formato, as perspectivas de ensino pós-estruturalistas, pós-identitárias feministas, educações multiculturais, educações da diversidade e abordagens baseadas na teoria Queer (Jones, 2011).

Embora este modelo não seja um dos mais utilizados no Brasil, torna-se importante citá-lo como um formato de ensino que suscita novos espaços para debates sobre pautas atuais em sexualidade, incluindo debates sobre interações com conteúdos digitais explícitos por jovens. Destaca-se, que o mesmo pode ser utilizado como formato de ensino a partir de discussões livres em escolas, que podem ser compreendidas como espaços importantes de informação e de intervenções sobre assuntos socialmente observados enquanto problemas morais, ou que não devem ser falados nestas instituições (Silva, Costa & Müller, 2018).

Neste sentido, a maior abrangência de conteúdos abordados em momentos de educação sexual, que fujam unicamente dos médico-sanitários, comumente abordados nas aulas de ciências e garantidos pela Base Nacional Comum Curricular [BNCC] podem tornar-se auxiliares não somente no controle de ISTS, de natalidade e na identificação dos diferentes tipos de violências à que crianças e adolescentes podem estar expostos (Guimarães & Dias, 2021), mas também possibilitar a criação de *scripts* sexuais positivos, garantindo legislativamente os direitos sexuais e reprodutivos. A relevância de abordagem de letramento

para interação de jovens com conteúdos digitais explícitos calca-se assim, na facilidade de interação e de disseminação de materiais explícitos, que podem ser acessados via plataformas digitais, por smartphones, tablets e outros eletrônicos (Groves, Gillespie, Royce & Lever, 2011; Popovic, 2011) para consumo de indivíduos de diferentes idades e sem necessariamente controle, informação, e debate sobre o que se observa, e torna a constituir a formação de *scripts* sexuais. Para Gagnon (2006), a teoria construcionista dos *scripts* sexuais, define que os roteiros sexuais são compostos por concepções básicas que interrelacionam-se a sexualidade, sendo elas: os elementos históricos, culturais, verbais e não verbais (Godoi, 2022), que conceituam e elaboram comportamentos sociais e esquemas cognitivos como forma de auxiliar na maneira de agir em determinadas situações (Godoi, 2022). Os *scripts* sexuais são apontados também como norteadores para nomeação de atos, sensações, estados corporais e cenários, baseados em sistemas simbólicos, culturais, interações sociais e fantasias intrapsíquicas que formam diretrizes de conduta para interações sociais (Gagnon, 2006). Sendo assim, comportamentos aprendidos a partir de conteúdos digitais explícitos, podem se fazer presentes, de forma direta ou indireta, positiva ou negativa, nas práticas sexuais dos indivíduos que as consomem, ou de pessoas que se relacionam com sujeitos que fazem uso destes estímulos (Gagnon & Simon, 2005).

Em um estudo sobre as relações de gênero e a indústria pornográfica (Silva, Junior & Parente, 2019), observou que a educação sexual torna-se grande aliada para questionamentos sobre interações com conteúdos digitais explícitos. Neste ressaltam-se que a educação sexual informal, realizada por meio de “amigos”, era a que mais se apresentava. Depois desta, o “material erótico” teria a maior relevância entre os participantes do estudo, encontrando-se muito semelhante as respostas sobre buscar conhecimento com “colegas de escola” e “profissionais da escola” sobre novas informações para iniciação sexual. Na segunda parte do estudo, os mesmos sujeitos relataram sentir maiores dificuldades relacionadas às práticas sexuais, visto a projeção de expectativas e idealizações fora da realidade, especialmente na fase de iniciação da vida sexual, onde sinalizavam-se poucos questionamentos sobre as performances pornográficas visualizadas (Silva, Junior & Parente, 2019).

Desta maneira, este estudo propõe-se a investigar se há necessidades de inserção de pautas relativas, não somente a questões de saúde reprodutiva, mas também de abordar tópicos como consentimento, identidade e violência de gênero, orientação sexual, práticas sexuais saudáveis, prazer, utilização e compartilhamento de conteúdos digitais explícitos para jovens, com vistas a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, instrumentalização sobre condutas médico-sanitaristas e desenvolvimento de *scripts* sexuais positivos.

## **Método**

### *Delineamento e Considerações Éticas*

Realizou-se um estudo de caráter qualitativo, exploratório e transversal (Braun & Clarke, 2006). Analisaram-se vivências e necessidades de jovens em educação sexual e letramento para interação com conteúdos digitais explícitos.

Todos os participantes e seus responsáveis legais preencheram os termos digitais de Assentimento (TALE) e de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participar deste estudo.

As entrevistas tiveram caráter semiestruturado, individual e *online*. Os diálogos dos encontros foram gravados para fins de transcrições pós coletas, de acordo com a autorização e ciência dos participantes e de seus responsáveis.

Os conteúdos coletados permanecerão armazenados no repositório institucional, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (2018), por cerca de 5 anos, para fins de possíveis necessidades de consulta. Após este prazo os conteúdos serão descartados de acordo com as indicações éticas cabíveis.

### *Participantes*

Os participantes foram recrutados a partir do formato metodológico por conveniência. Desta maneira, houve contato inicial da pesquisadora e dos auxiliares de pesquisa com determinados indivíduos, que possuíam a liberdade de indicar ou não outros participantes para responderem a pesquisa.

### *Características de identificação dos participantes*

Para o seguinte recorte de pesquisa, utilizaram-se os achados de 18 participantes jovens, com idades que variavam de 15 a 19 anos, discentes do nível médio de ensino, e que possuíam as seguintes características:

6 discentes de escolas públicas (federais, estaduais e/ou municipais); 6 de escolas privadas (com e sem cunho religioso); e 6 de escolas ou colégios militares. Neste âmbito, as instituições militares e públicas compuseram grupos distintos de análises, devido a narrativas e achados bibliográficos que indicavam maiores inclinações conservadoras em um destes grupos, o que culminava em distintos manejos dos profissionais destas instituições com os alunos.

Quanto as identificações de gênero, 8 autodeclararam-se mulheres cisgêneras; 6 homens cisgêneros; 2 não-binárias; 1 homem transgênero; e 1 mulher que preferiu não declarar cis ou transgêneridade.

Quanto a orientações sexuais, 6 indivíduos autodeclararam-se heterossexuais; 5 bissexuais; 3 não tem certeza; 2 lésbicas; 1 panssexual; e 1 gay.

Correspondente ao local de residência, 11 indivíduos declararam-se da região Sul, 6 do

Nordeste e 1 do Sudeste do Brasil.

### ***Instrumentos***

Utilizou-se roteiro de perguntas semiestruturadas e abertas, sendo o mesmo composto por 3 blocos de questionamentos, conforme descrito abaixo:

- *Identificação da amostra:* Idade, local de moradia e tipo de escola ao qual esta vinculado.
- *Perguntas específicas:* 19 perguntas direcionadas à conhecer experiências e avaliações sobre educação sexual e letramento para interação de jovens com conteúdos digitais explícitos.
- *Identidade de gênero e orientação sexual:* Bloco formado pelo método de duas perguntas de Brown & Herman (2020), onde eram contemplados questionamentos de autoidentificação relacionados aos gêneros, as práticas sexuais e atrações sexuais dos participantes. Compunha o mesmo conjunto o método Minority Assessment Research Team – SMART (Hatzenbuehler, 2009), que aborda perguntas análogas relacionadas à orientações sexuais sendo estas as seguintes perguntas:
  1. dimensão de identificação sexual: “Qual das seguintes alternativas descreve a forma que você se auto identifica em relação à sua orientação sexual hoje?” Possuindo as seguintes opções de resposta: heterossexual; gay ou lésbica (homossexual); bissexual; outro – qual? e não tenho certeza/não sei;
  2. dimensão de comportamento sexual: “No último ano, com quem você fez sexo?” As respostas consistem em “somente com homens; somente com mulheres; homens e mulheres; e eu não fiz sexo;
  3. dimensão de atração sexual: “Qual das seguintes opções descreve melhor sua atração sexual?” As respostas consistem em: só se sente atraída(o) por mulheres; majoritariamente atraída(o) por mulheres; igualmente atraída(o) por mulheres e homens; majoritariamente atraída(o) por homens; atraída(o) apenas por homens; não tem certeza/não sabe.

### ***Procedimentos de Coleta de Dados***

Realizaram-se entrevistas individuais online, a partir da plataforma do Google Meet, com cerca de 31 minutos de duração, onde participavam a pesquisadora principal e 1 pesquisadora observadora. Os áudios das entrevistas foram capturados por gravadores próprios dos celulares das pesquisadoras observadoras. As transcrições dos conteúdos foram compostas pela descrição das gravações e pelas observações das pesquisadoras.

### ***Procedimentos de Análise de Dados***

O seguinte estudo foi analisado a partir de vieses feministas pró-sexo e pró-pornografia, por parte das pesquisadoras.

Utilizou-se o método de análise temática latente (Braun & Clarke, 2006) e indutiva (Burr, 1995), para o seguinte estudo exploratório, seguindo as 6 etapas descritas pelo modelo de Braun & Clarke (2006).

A extração dos dados foi realizada considerando a entrevista completa somada à observação das pesquisadoras observadoras, a fim de diminuir erros sistemáticos de interpretação dos dados coletados deste a etapa piloto até a final. Tal procedimento torna-se classificado enquanto um dos cuidados possíveis para diminuição do viés de desejabilidade social, destacado por Galdas (2017) como um erro sistemático que provocar distorções nos resultados do estudo e que pode ocorrer em qualquer etapa da pesquisa (Gerhard, 2008).

## **Resultados e Discussão**

A partir das entrevistas, analisaram-se que assuntos relacionados à educação sexual, não suscitavam demonstrações de desconfortos nas falas e expressões de grande parte dos participantes. Em contrapartida, demonstraram-se por grande parte dos indivíduos, desconforto, vergonha ou medo ao dissertar sobre interações com conteúdos digitais explícitos, sendo por significativas vezes questionado se os pais ou cuidadores, teriam acesso à opiniões e experiências sobre tais práticas. Indivíduos bissexuais, verbalizaram não somente estes anseios mas também, por vezes, medos de que os pais soubessem sobre suas orientações sexuais. As pesquisadoras envolvidas nas observações, também avaliaram que tais situações apresentavam-se em maior grau, em famílias descritas como conservadoras, religiosas e/ou militares por parte dos jovens.

A partir das análises geraram-se 25 temas e 48 subtemas. A escolha pela apresentação dos temas e subtemas demonstrados, deu-se pela conexão de tais fenômenos entre si e em relação a pergunta de pesquisa. Foram excluídos deste artigo, temas e subtemas que abordassem fenômenos sociais mais amplos que pudessem diminuir a ênfase das necessidades dos jovens nos resultados. Desta forma, questões relacionadas a estruturas políticas, educacionais e familiares, que foram citadas nas entrevistas, tornar-se-ão abordadas em outros artigos. Para este estudo, apresentar-se-ão, os resultados de 5 temas e 3 subtemas que respondem a pergunta de pesquisa, sendo os mesmos compilados nos blocos apresentados a seguir.

Não obteve-se saturação nas respostas encontradas e destacadas neste conteúdo.

### ***Acesso à momentos de educação sexual na escola e seus conteúdos***

Grande parte dos participantes, representados por 11 jovens, tiveram acesso a ao menos um momento, compreendido por eles como educação sexual na escola. 7 jovens relataram não

terem desfrutado ou reconhecido momentos de educação sexual nas instituições de ensino. O principal fator apontado para dificuldade de acesso aos seguintes momentos, foi o conservadorismo do corpo docente e da gestão institucional, que proibiam ou dificultavam debates sobre temáticas relativas ao sexo.

Os formatos dos encontros mostraram-se principalmente, como aulas esporádicas, palestras, ou dentro de disciplinas de ciências humanas, corroborando com os achados de Silva (2016), que discorrem sobre esporadicidade dos seguintes momentos. Neste aspecto, destacaram-se a disciplina de ciências, do ensino básico, como principal promotora destes momentos que, majoritariamente, ocorriam no 8º ano. No ensino básico e médio, disciplinas como filosofia, sociologia, também demonstraram destaque. Especificamente no ensino médio, projeto e qualidade de vida (PQV), disciplina pertencente à grade do novo ensino médio, também foi citada como abarcante destes debates. Destacaram-se que enquanto a disciplina de ciências é compreendida como um momento de educação sexual por tratar de organicidades, as disciplinas de filosofia, sociologia e PQV, demonstraram maior filiação com discussões acerca de compreensões e desconstruções individuais e sociais sobre gênero e sexualidade, não obtendo o mesmo espaço de reconhecimento enquanto educação sexual.

As temáticas mais abarcadas nestes momentos de ensino, sinalizavam sobre reprodução humana, tendo como foco o reconhecimento de genitais femininos e masculinos, emudaças corporais devido à puberdade; métodos contraceptivos, com finalidade de evitação de gravidez na adolescência; e utilização de preservativos como forma de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), corroborando com os conteúdos mais vistos em modelos de educação sexual, citados por Fonner et. al (2012).

Somente um participante narrou falas dos professores, sobre a importância das práticas sexuais positivas ao longo da vida, o que torna-se contrário as análises de Saito & Leal (2000) e Ribeiro & Monteiro (2019), que avaliaram que também torna-se o papel da escola ensinar, em momentos de educação sexual, não somente informações sobre sexo, mas também atitudes, valores e comportamentos que contribuam com o desenvolvimento da cidadania, do respeito, do autocuidado e do cuidado com o outro, incluindo o aprendizado sobre as dissidências sexuais e de gênero, em tais encontros.

### ***Percepção sobre sexo e momentos de educação sexual na escola***

Embora grande parte dos jovens avaliassem de forma positiva momentos de educação sexual, relataram-se incômodos sobre tais ocasiões, e também narrativas referentes à escola ser um dos únicos locais, que ao longo da vida destes sujeitos, contemplaram tais ensinamentos sobre sexualidade, conforme a seguinte narrativa: “eu achei bem desconfortável na época, mas hoje eu percebi que foi muito importante, sim, porque... se eu não tivesse tido aquela aula, eu

não teriatido mais nenhuma outra aula sobre, então não teria tido noção nenhuma disso... o que eu aprendi depois disso foi pesquisa, tiktok [...]”<sup>2</sup> (1x).

Dentre os principais motivos de desconfortos em sala de aula, destacaram-se o formato de abordagem dos conteúdos e a metodologia hierarquizada de ensino, como dificultadores no processo de aprendizagem. O seguinte formato de ensino descrito pelos participantes, converge com os preceitos descritos por Jones (2011) como modelo conservador de educação sexual.

Neste sentido, a culpabilização fomentada pelo modelo de ensino conservador aos discentes, tornou a demonstrar nas narrativas dos jovens sentimentos de vergonha ou constrangimento na abordagem de temáticas relativas ao sexo na escola. Tal análise torna-se vista pela fala da seguinte participante: “acho que poderia ter sido abordado de uma forma mais didática, sem esteriótipos [...] poderiater sido de uma forma [...]não muito difícil de se entender. Uma coisa mais mais simples, de uma forma bem...bem interativa com os alunos para não ficar algo... constrangedor.[...] eu acho que eu preferia muito mais pesquisar pra entender do que chegar em outra pessoa e falar, justamente por ter vergonha em falar sobre essas coisas e.... tudo mais” (1L). Nestes casos, onde dissertavam-se sobre menor apoio e acolhimento para resolução de dúvidas, ou pela apresentação de sentimentos negativos vinculados ao sexo e às práticas sexuais, as principais fontes de conhecimento sobre sexualidade, atravessavam-se pela utilização de mídias digitais como maneira de não exposição aos colegas e a sentimentos negativos como vergonha, culpa e medo, no ambiente de ensino e fora dele. Como principais referências de informação, citaram-se respectivamente o Tik Tok e o Google.

Realçaram-se como facilitadores no processo de aprendizagem e na tirada de dúvidas, a importância da vinculação com os professores, citando-se principalmente o papel dos docentes de ciências. A alusão aos mesmos, corrobora com a perspectiva de Coelho & Campos (2015), que discorrem que, por muitas vezes tais profissionais são os únicos avaliados como aptos à abordagem de temáticas sexuais em ambientes escolares, tanto por alunos, quanto por outros docentes, por conta das abordagens biologicistas em suas formações, e pela abertura para pensar e questionar os ambientes sociais. Bandeira & Velozo (2019), destacam ainda, que docentes de ciências contribuem com a educação sexual, nestes momentos de sala de aula, a partir das trocas abertas e do incentivo à desnaturalização e da desconstrução dos tabus sociais voltados à sexualidade e aos papéis de gênero, tanto nos âmbitos formais, quanto informais de ensino, promovendo não somente o conhecimento técnico, como também a socialização dos indivíduos (Silva et. al, 2015). Tais aberturas tendem a colaborar nos processos singulares de afetividade entre professor-aluno, auxiliando na maximização da aprendizagem dos educando a partir do afeto, da vinculação, e ampliando suas redes de apoio e pertencimento nos ambientes escolares

---

<sup>2</sup> [...] refere-se à momentos suprimidos das narrativas, por uso de palavras ou gírias repetidas, ou por excesso de informações que poderiam expor o participante.

(Almeida, Bittencourt & Torres, 2017; Guimarães, 2019).

A abertura para o diálogo e a intimidade com tais docentes, segundo as narrativas das entrevistas, tornava-se importante instrumento para que os jovens pudessem exibir maior abertura para inquiri-los em momentos de dúvidas, dentro e fora de sala de aula, ou para procurá-los para acolhimentos em futuras situações relacionadas à sexualidade e saúde.

Em narrativas onde os alunos não se sentiam acolhidos no ambiente escolar para verbalizar sobre sexualidade, avaliaram-se mais percepções negativas sobre o sexo. Tais análises dos adolescentes, reiteravam o julgamento e a manutenção do *status* do sexo enquanto tabu social, prática que não deve ser abordada e que deve ser mantida em sigilo, e aliando-se a percepção de sexo enquanto gerador de enfermidades, corroborando com as citações de Bandeira & Velozo (2019) e Silva et. al. (2015), sobre a importância da vinculação com os professores ao longo do processo de aprendizagem sobre sexualidade, para que demonstrem-se avaliações mais positivas e descontruam-se avaliações vinculadas à tabus sociais.

Destaca-se que tais dificuldades também demonstravam-se relacionadas a outras posturas e estruturas conservadoras em ambientes de ensino. Não somente os professores, mas também as diretorias das instituições, em algumas situações eram analisadas como mais fechadas e/ ou conservadoras. Neste passo, jovens que não possuíam lugar de escuta e troca nas escolas, que declaravam não ter espaço com os cuidadores principais ou com amigos, que possuíam menos de um local de suporte para debates sobre sexualidade e trocas sobre percepções de práticas sexuais, demonstravam-se menos flexíveis e mais críticos negativamente sobre tais situações, avaliando maiores desfechos patológicos e prejudiciais sobre o sexo. Em contraponto, a abertura em ambientes escolares e na família, para diálogos sobre sexualidade, mostraram-se como grandes aliados para o desenvolvimento de perspectivas positivas e de saúde sobre práticas sexuais, assim como, para questionar normas sociais cisheteronormativas.

### ***Conteúdos Digitais Explícitos***

A avaliação dos jovens sobre a terminologia “conteúdos digitais explícitos”, apontou que estes a entendiam como sinônimo de pornografia *online mainstream*, caseira (Guimarães & Costa, prelo)<sup>3</sup>, ou como conteúdos violentos, considerados errados e que não devem ser mostrados na internet. Após tal avaliação, explanou-se aos indivíduos a compreensão utilizada no seguinte estudo, a fim de obter dados alinhados em relação aos objetos investigados. Não obtiveram-se dados abrangentes sobre o acesso a conteúdos de plataformas digitais pornográficas no período atual de vida dos sujeitos, porém, destacaram-se papéis importantes da pornografia *mainstream*, no que diz respeito aos primeiros contatos com a sexualidade,

---

<sup>3</sup> Pornografia caseira refere-se a conteúdos realizados pelos próprios indivíduos.

relatando-se que os mesmos ocorriam entre 9 e 16 anos de idade. Tais ações decorriam da curiosidade sobre os conteúdos pornográficos e por avaliações que dirimiam sentimentos negativos vinculados ao sexo e suas práticas. A seguinte curiosidade torna-se compreendida pela Organização Mundial da Saúde (2006), como um aspecto relacionado à sexualidade em geral, sendo ele central para o ser humano ao longo da vida e englobando o sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Desta maneira, a organização avalia que a sexualidade torna-se vivida e expressada a partir pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos vivenciados também a partir da curiosidade e pelos contatos iniciais com produtores de *scripts* sexuais (Baumel, Silva, Guerra, Garcia, & Trindade, 2019). Grande parte dos jovens que declararam ter interação com estes conteúdos na iniciação sexual, relataram posteriormente ao primeiro contato, sentimentos de depressão, culpa, vergonha, estranheza, susto, choque e prazer, havendo relatos de rechaço ou de longos períodos, classificados por alguns anos, até a próxima interação com conteúdos da mesma natureza.

Das primeiras interações às atuais, narraram-se contemplações de gifs sexuais, fotos e vídeos, principalmente via fóruns de jogos *online*, *discord*, *WhatsApp* e *Twitter*, com maior prevalência de consumo de conteúdos caseiros e de compartilhamentos não autorizados. Destacaram-se acerca dos conteúdos enviados em grupos, que havia preponderância de imagens de meninas adolescentes, que relacionavam-se majoritariamente com meninos que compartilhavam tais conteúdos, em formato de *revenge porn*. Á estes casos, apresentaram-se maiores desfechos negativos para as meninas, à termos escolares, culminando em casos de estigmatização, violência externalizada, evasão escolar, desvinculação dos pares e da rede de apoio.

### ***Violências de gênero: violências não verbais, abuso sexual e revenge porn***

Neste subtema, que alia-se à temática de “conteúdos digitais explícitos”, destacaram-se relatos de violência dentro de ambientes de ensino. Como forma de não expor ou estigmatizar participantes, profissionais e às instituições aos quais estão vinculados, suprimiram-se nesta descrição, dados que pudessem destacar os locais citados.

Dentro da experiência dos jovens, apontaram-se aspectos relacionados a desigualdade estrutural de poder entre homens e mulheres. Em termos institucionais, sobressaíram-se narrativas de não lugar de mulheres e meninas nas escolas, sendo este exemplificado em muitas falas, a partir de diferenças de tratamentos e de oportunidades dentro das escolas. O seguinte fenômeno de desigualdade de gênero, torna-se elucidado por Bourdieu (2012), que ressalta que há reforço de instituições sociais, como a exemplo das escolas e das famílias, para legitimação e invisibilidade das diversas formas de violências de gênero, e em especial, das violências contra

mulheres (Stock, Silva, Guimarães, & Costa, 2023).

Neste passo, em narrativas subsequentes, jovens ressaltaram que houve o desenvolvimento de estruturas de tentativa de resistência e de fortalecimento a situações de assédio moral, sexual e de menosprezo das capacidades femininas por parte de homens e meninos pertencentes às suas instituições escolares. Relataram-se criações e articulações de grupos de apoio, principalmente formados por meninas, em modelos presenciais ou *online*, onde visavam-se a evitação de situações de abuso sexual por parte de professores e alunos de algumas instituições. Para além destas necessidades, tornavam-se matérias dos grupos, o acolhimento a adolescentes que já haviam sofrido, principalmente, abusos sexuais, e elucidavam-se técnicas para evitar outros tipos de violências, partindo ou não destes indivíduos. Tais movimentações grupais resultavam, segundo participantes, na ampliação do reconhecimento dos diversos tipos de violências de gênero, assim como, aumentavam o senso de pertença nos grupos, sendo estes fatores reconhecidos bibliograficamente como fatores de proteção à violências de gênero, e ao aumento de senso de pertença, que por sua vez, contribui para menores desfechos negativos e disruptivos entre adolescentes (Guimarães & Tomasi, 2019).

Neste aspecto, narraram-se que as instituições de ensino com maiores casos de assédio ou abuso sexual com penetração, não compactuavam com momentos de educação sexual, sendo classificado tais atos como machismo institucional, por alguns dos adolescentes. Muitas instituições onde estes casos foram relatados, marcavam através de atitudes e símbolos, como as vestimentas, quais seriam os papéis de gênero que deveriam ser desempenhados pelos alunos, dentro e fora dos ambientes de ensino. Em casos em que narravam-se que tais papéis não eram cumpridos ou que a instituição avaliasse que a situação ocorrida poderia causar danos à imagem institucional, houve relatos de desfechos negativos como evasão escolar e perda de contato com amigos, colegas e familiares. Uma destas situações pode ser avaliada de forma breve a partir do seguinte relato: “[...] no colégio (informação suprimida), se você engravidar você tem que ir embora. Ou seja, ir embora e você pode voltar depois, mas é muito difícil que a pessoa volte. [...] teve um caso que um superior engravidou uma aluna. [...] isso me impactou. [...] É, é bizarro né, porque acontece não só com esse supervisor; professores também... tanto que a gente evitava alguns professores, [...] porque eles eram famosos por levar alunas pra casa, dar carona pras alunas... e aí a gente já ficava com um pouco de alerta né. Tanto que teve... [...] no ano da pandemia, [...] no twitter, uma página pras alunas denunciarem esses professores ou esses superiores. [...]. E foram diversas treads falando sobre. [...] Era mais de 30, mais de 40, mais de.... Muito mais. Tanto que criou-se uma página, né, pra isso.” (1X).

Tais relatos compactuam com a perspectiva dos jovens sobre a existência de machismo institucional. A violência institucional pode ser compreendida de maneira polissêmica e multicausal segundo Bandeira (2009). Sua aplicação constitui-se pela utilização de estereótipos

de gênero no cotidiano de instituições, tanto públicas, quanto privadas, e pode ser representada por diversas atitudes que colocam mulheres hierarquicamente abaixo de homens, no âmbito de negar-lhes o resguardo de direitos fundamentais (Amell, 2023). Sendo assim, dos aspectos citados, avalia-se que os seguintes personificam esses tipos de violências, a partir das narrativas de inexistência ou diminuição do local de escuta das vítimas de violências machistas, a minimização de seus relatos, obstaculização das denúncias, bloqueio e/ou dificuldade da representatividade feminina na vivência cotidiana (Amell, 2023).

Ainda no âmbito das violências de gênero, que ocorrem dentro das instituições escolares pesquisadas, uma das principais violências destacadas ao longo deste estudo, agora à nível de relações de poder entre colegas, caracterizam-se como *revenge porn*.

*Revenge Porn* ou pornografia de vingança, caracteriza-se pela distribuição não autorizada de conteúdos pornográficos, sendo por muitas vezes realizados por ex-cônjuges, como forma de vingar-se de outrem (Fernando, Teeraphan, Brkhuizen, & Agusalim, 2023). Como principais vítimas de tais crimes digitais, estão as mulheres, destacando-se que após a pandemia de COVID-19, avaliaram-se aumentos destes casos também entre meninas jovens (Jiménez, 2021). Indo ao encontro da seguinte citação, avaliaram-se nas entrevistas, que as trocas de conteúdos próprios de nudez, tornavam-se as principais fontes de contato com pornografia entre os jovens. Embora as participantes mulheres não tenham relatado vazamentos de conteúdos próprios, quando questionadas, muitas tinham conhecimento de situações de *revenge porn* de pessoas conhecidas ou de colegas de colégio, corroborando com os achados de Jiménez (2021).

Em casos de conteúdos compartilhados e vazados, avaliaram-se que majoritariamente tais conteúdos eram direcionados a meninos com quem as adolescentes possuíam alguma vinculação amorosa, afetiva e sexual, sendo estes, majoritariamente colegas de escola ou sala de aula. As principais formas de exposição de vingança, tornavam-se publicar tais conteúdos em grupos de *Whatsapp* das turmas, escolas, ou em grupos de amigos, que poderiam. Outro meio de disseminação de tais conteúdos foram os fóruns de jogos *online*.

Sobre os casos de *revenge porn*, torna-se a elencar a necessidade da abordagem de tais temáticas em momentos de educação sexual, visto que a mesma pode ser classificada juridicamente enquanto violência de gênero e crime cibernético, havendo caráter criminal nas atitudes de divulgação de imagens íntimas não autorizadas de terceiros, e sendo tais ações, passíveis de punição legal assegurada pela Lei 13.718 de 2018 (Presidência da República, 2018). Para além destas, a divulgação de conteúdos pornográficos de menores de 18 anos, classifica-se enquanto crime de ciberpedofilia, assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 241, sendo passível de punição legal com reclusão, devido aos grandes danos que podem causar na vida dos sujeitos expostos na internet (Brasília, 2021; Arantes, 2022; Santos, 2022).

Quando questionadas se as escolas souberam destes vazamentos e de suas implicações dentro dos ambientes institucionais, as respostas foram majoritariamente afirmativas. Quanto ao questionamento de intervenções escolares nas seguintes ocasiões, parte dos jovens avaliaram que houve dificuldade ou inexistência de manejo institucional com as famílias das alunas expostas. Em situações em que as instituições intervenham diretamente com as turmas, explanando de maneira direta a ocorrência, avaliaram-se desfechos positivos, que em grande parte não finalizaram em evasões escolares, perdas de vínculo ou estigmatização da menina perante a colegas de turma ou da instituição em geral.

### *Sentimentos relacionados ao sexo e suas diferentes práticas*

#### *Vergonha*

Quando se adentra sobre abertura dos jovens para dialogar sobre sexo, educação sexual e pornografia, um dos pontos majoritariamente levantados foi o sentimento de vergonha.

Jovens com maior apoio familiar e espaço para debater e para tirar dúvidas sobre sexo, especialmente com os pais, possuíam maior facilidade em lidar com momentos de educação sexual na escola, apresentavam menor tabu sobre sexualidade e destacavam a inexistência ou quase nenhuma vergonha, quando impelidos à momentos de debates em sala de aula, quando comparados àqueles que avaliavam não ter liberdade para falar com os pais ou com um dos cuidadores sobre o assunto. Neste sentido, Gonçalves, Faleiro & Malafaia (2013), discorrem que dificuldades de pais/cuidadores em ofertar educação sexual informal emancipatória aos filhos, podem alavancar avaliações negativas sobre sexualidade, suas práticas e diálogos sobre a temática.

Dos cuidadores mais apontados com dificuldades para abarcar e acolher as dúvidas sobre a sexualidade dos filhos, destacou-se o papel dos pais. Seus discursos foram vinculados às dificuldades de lidar com o crescimento dos filhos, especialmente quando tratam-se de filhas mulheres com agruras relacionadas às práticas sexuais, e com o controle como forma de preservação da família, dos papéis familiares e de gênero. Para Costa, Missiatto & Martines (2021), as dificuldades de diálogos com os pais, sustentam-se em discursos patriarcais e machistas que podem estar relacionadas às criações sociais tradicionais, onde discursos entre pais e filhos sustentam-se em papéis de gênero e dificultam pautas sobre orientações sexuais, identidades de gênero e práticas sexuais enquanto atos saudáveis.

Em contrapartida, mas também corroborando com a citação de Costa, Missiatto & Martines (2021), relataram-se ao longo da pesquisa, presenças de figuras próximas femininas, especialmente mães e irmãs, como pessoas de confiança para suprirem dúvidas e acolherem anseios sobre práticas sexuais. Poucos jovens relataram não ter apoio de alguém. Nos três casos onde não havia apoio, a internet e os amigos foram apontados como principais meios de

informação sobre práticas sexuais, não sendo salientada a observância de excesso de informações por estes canais, mas expondo-se dificuldades de diálogo e excesso de vergonha sobre pautas relativas à sexualidade.

Quando questionados sobre o início das interações com conteúdos digitais explícitos, destacaram-se idades entre a infância e o início da adolescência, para os primeiros contatos. Os conteúdos mais acessados foram vídeos e fotos vistos no interior de suas casas. Após o primeiro contato, relataram-se sentimentos de vergonha e culpa pelo contato com tais materiais. Foram expostos como motivos de tais emoções, principalmente dois fatores: as regras paternas e o julgamento social sobre a objetificação das mulheres em conteúdos explícitos.

### ***Diversidade Sexual e de Gênero***

Em momentos de educação sexual que ofertavam espaços de debate sobre orientação sexual, foram observadas duas principais narrativas: 1) análises sobre orientação sexual como instrumento de acolhimento e engajamento nos debates acerca da educação sexual; 2) orientação sexual como fator de piada e constrangimento entre alunos de distintas idades. Jovens pertencentes a comunidade LGBTQIAP+, ou com discursos com menos traços conservadores, relataram que ter espaços para debater sobre a sua orientação sexual ou para compreender a de outrem, tornavam-se interessantes ferramentas no âmbito da educação sexual, pois fazia com que tivessem espaços de acolhimento que poderiam não ter com os pais. Compreende-se parte desta avaliação pela seguinte fala: “[...] na educação sexual também no sentido de respeitar as pessoas que são diferentes de ti, que tem uma orientação sexual diferente. [...] Como a informação, também as aulas servem, pra informar os alunos sobre essas dúvidas, então a gente sempre teve a oportunidade de perguntar se tinha dúvida de alguma coisa.”(1Q).

Quanto da existência de piadas pejorativas, muitos jovens de idades distintas, relataram a existência de tais situações em sala de aula, o que por vezes era visto como desrespeitoso e ofensivo, mas também pôs-se a ser analisado pelos mesmos, pela ótica do humor enquanto mecanismo de defesa à abordagem de temas tabus, como visto à seguir: “existe muita discriminação [...] na escola então [...], muitos dos meus colegas acabavam, levando na brincadeira esse tipo de aula e... sendo desrespeitosos em alguns assuntos, quando falava [...] sobre sexo ou orientação sexual, meus colegas faziam – principalmente os meninos -, faziam piada sobre esse tipo de coisa [...]” (1Q).

Outro participante disserta sobre a temática, apresentando a seguinte opinião: “Eu acho que os dois. Porque não adianta, né? ter um conhecimento técnico e não ter um senso de acolher, né?! a pessoa lá que tá tirando a dúvida, que tá conversando comigo, algo íntimo. [...]Ele fala sobre muitas coisas, sabe? A gente fala, é... das dificuldades que o jovem[...], é, discriminação, e, o apoio, né? A pessoas LGBTQIA+, né? A gente foca mais sobre acolher, apoiar essas

peças, né? Não olhar pra elas com o olhar de diferença. [...] É, digamos que sim, né? Até mesmo um preparo também pra tirar da gente um preconceito, né? E começar a olhar pra pessoas, assim, com amor, né?” (1w).

### ***Intervenções em educação sexual e letramento para interação de adolescentes com conteúdos digitais explícitos***

Alinhados aos dados citados anteriormente, os jovens citaram quais seriam os formatos ideais de educação sexual e letramento para interação com conteúdos digitais explícitos, no que consiste na motivação e engajamento dos mesmos e de seus colegas, em cuidados em saúde. Desta forma, características emocionais, como necessidades de afeto para vinculação e aprendizagem, foram citadas, além de características objetivas para a formação destes encontros.

Para as características estruturais de organização de sala de aula, a ocorrência de momentos em forma de roda, com um formato de ensino não hierarquizado, foi a mais citada.

A nível de periodicidade, destacaram-se que aulas contínuas semanais, em disciplinas específicas para tal discussão, seriam ideais para aumentar a atenção dos jovens aos conteúdos. Elencaram-se que frequências semanais em aulas pertencentes a grade curricular, também seriam satisfatórias, caso os conteúdos abordados fossem mais amplos. Somente 2 participantes citaram que manter o padrão esporádico de palestras ou ações seria ideal.

Formatos de ensino não hierarquizados e com o protagonismo dos adolescentes obtiveram maior relevância para os participantes. Nestes, os professores ou outros profissionais teriam papéis de mediação para tirar dúvidas que outros jovens da turma não pudessem responder, corroborando com os modelos interventivos crítico ou pós-moderno de Jones (2011).

Com a perspectiva de diminuir brincadeiras e piadas entre colegas, muitos participantes sinalizaram necessidades das turmas serem divididas entre meninas e meninos. Para a Secretaria de Estado de Educação do Paraná (2010), formatos de ensino em educação sexual, em que as turmas são divididas por gêneros, tornam-se não aconselhadas, visto o caráter sinalizador e reiterador de papéis de gênero na sociedade, que podem levar a construções desiguais de saberes e reiterar casos de violências de gênero. Desta forma, embora o ideal para jovens fosse manter os grupos separados para diminuir sentimentos de vergonha ou outros desconfortos, torna-se mais adequada a vivência de grupos de distintos gêneros que construam de maneira conjunta e crítica suas análises sobre sexualidades e sociedade.

Em relação aos conteúdos, mantiveram-se como necessárias as pautas médico-sanitárias e de controle de natalidade, mas aliaram-se à elas momentos para sanar dúvidas sobre práticas sexuais e prazer; ensinamentos relativos a gênero, orientação sexual, práticas sexuais não heteronormativas e cuidados em saúde sexual para dissidências sexuais e de gênero;

interações com conteúdos digitais explícitos; compartilhamento de “nudes” próprios ou sem consentimento de outrem; reconhecimento de consentimentos e respeito aos limites físicos ou digitais do corpo do outro; além de, saúde mental enquanto garantidora de avaliações saudáveis sobre o uso e interação com conteúdos digitais explícitos caseiros, com práticas sexuais e com respeito à dissidências.

### **Considerações Finais**

O seguinte estudo objetivou conhecer a percepção de jovens sobre momentos em educação sexual e a investigar se existiriam necessidades de ampliação da abrangência de conteúdos médico-higienistas, adicionando momentos de letramento para interações com conteúdos digitais explícitos.

A partir dos resultados, considera-se que grande parte dos jovens já tiveram acesso à conteúdos digitais explícitos. Os principais achados demonstram contrariedade as pesquisas do Canadá e da Espanha anteriormente citadas, ressaltando a não utilização frequente de conteúdos *mainstream* por jovens brasileiros. Porém, avalia-se que grande parte dos jovens investigados tendem a ter relações com conteúdos caseiros (Guimarães & Costa, *prelo*), e que não os classificam diretamente enquanto pornografia, mas avaliam a necessidade de trabalhar sobre tais interações em momentos de educação sexual com letramento.

Á termos de educação sexual, analisa-se que os jovens tiveram acesso a ao menos um momento de educação sexual em instituições de ensino. Participantes que relataram não ter acesso a esses momentos em instituições escolares, ou até mesmo com a família, demonstraram maiores traços conservadores nestes locais e avaliações negativas sobre sexo e conteúdos digitais explícitos. Puderam ser observadas características conservadoras em todas as narrativas, mesmo que os participantes não se compreendessem como tal. Tais análises levantam a perspectiva de que as instituições de ensino, e suas posições sobre a abordagem de sexualidade, tomam grande importância na construção do entendimento sobre a seguinte área, não somente a partir dos conteúdos abordados em sala de aula, mas a partir também da análise do comportamento dos pares, dos professores e de gestores da instituição que possuem, segundo os relatos, papéis que corroboram com o senso de comunidade e de pertença dos alunos. Desta forma, salienta-se a importância do senso de comunidade e de pertença para jovens, visto a potencialidade deste diminuir a evasão escolar, comportamentos disruptivos e negativos ao longo do desenvolvimento (Guimarães & Tomasi, 2019).

No âmbito do ensino em educação sexual, observaram-se que, a maior oferta destes momentos se deu no formato metodológico que Jones (2011) descreve como conservador, tendo estes achados, consonância com o cenário político-social brasileiro do momento das coletas, assim como com a maior parte dos formatos de ensino disponibilizados e documentados

bibliograficamente. Avalia-se neste aspecto, que muitas das necessidades dos jovens, são contrárias a estes formatos metodológicos, o que tende a dificultar a vinculação, abertura e aprendizagem das temáticas.

Afeto e identificação, mostraram-se como instrumentos essenciais para a vinculação com famílias e professores, sendo estes pontos chave para que sintam-se acolhidos para compartilhar suas dúvidas em momentos de educação sexual e para buscar respaldo em situações negativas de saúde sexual e reprodutiva.

Quanto ao formato de ensino, suscitaram-se que características vinculadas ao formato de ensino pós-moderno ou crítico (Jones, 2011) como ideais para o aprendizado. Como particularidades destes, salientaram-se discussões sobre contextos sociais, dissidências, e letramento para interações com conteúdos digitais explícitos, onde os mesmos tivessem maior protagonismo no próprio ensino.

Além destas características, suscitaram-se a afetividade como componente crucial no aprendizado em educação sexual e para sanar dúvidas sobre interações com conteúdos digitais explícitos. Desta forma, os achados corroboram com a perspectiva de Rodrigues e Poletto (2023), que discorrem sobre a importância da afetividade no ambiente escolar, e em especial com professores, para que os educandos desenvolvam conhecimentos e identidades educacionais positivas. Sendo assim, como citado ao longo das entrevistas, avalia-se que o papel afetivo do professor ou guia destes momentos de educação sexual, perpassaria pela via da garantia do protagonismo dos jovens em seu processo educativo e pela segurança de um espaço seguro e sem julgamentos para que expusessem suas dúvidas e anseios. Neste passo, o padrão de ensino médico-sanitarista mais destacado como utilizado nas escolas, torna-se contrário às necessidades dos alunos, quando direciona ou resume a educação sexual a resultados negativos das práticas sexuais. Tal achado não descaracteriza a importância das temáticas também referenciadas pelos alunos como essenciais, mas elucida a necessidade de ampliação das abordagens para que sejam mais próximas ou consonantes à abrangência sexo-positivo (Guimarães & Costa, *prelo*), vistos que estas, incluem os direitos à participação dos alunos e as suas vivências, unindo-as a debates sobre produção, interações e compartilhamentos de conteúdos digitais explícitos por jovens.

A apresentação das temáticas tidas como necessidades em tais momentos, também sugere a existência cotidiana de vulnerabilidades baseadas em modelos que visam à manutenção do *status quo*. Avaliações sobre a falta de empregabilidade de temáticas relacionadas a dissidências sexuais e de gênero, e abordagem de conteúdos digitais explícitos, sustenta-se nas experiências cotidianas dos próprios jovens, dentro e fora do cenário educacional. Observa-se assim, que a existência de entraves para abordagem de determinados conteúdos, diz respeito a manutenção do modelo neoliberal, que calca-se também em preceitos conservadores e machistas, com vistas a manter aquilo que auxilia no processo de ganho do Estado, sendo a escola um local

sintoma de tal análise.

Desta forma, espera-se que este estudo auxilie na compreensão de alguns dos fatores sociais que influenciam a oferta de momentos de educação sexual em instituições de ensino, mas sugerem-se novos estudos ampliados que dissertem sobre a efetividade dos momentos de intervenção em educação sexual com letramento para interação de jovens com conteúdos digitais explícitos.

## Referências

- Abreu, T. F. (2018). O sangue dos LGBT'S nos uniformes escolares: A LGBTfobia institucionalizada e a sua relação com o mal-estar discente. Pelotas: Instituto Federal Sul-Rio-Grandense.  
[http://biblioteca.ifsul.edu.br/pergamum/anexos\\_sql\\_hom81/000040/00004017.pdf](http://biblioteca.ifsul.edu.br/pergamum/anexos_sql_hom81/000040/00004017.pdf)
- Alves, A. L. R. C., & Firmo, H. M. de S. (2020). Uma análise acerca do consumo de pornografia por adolescentes e os efeitos no desenvolvimento de sua sexualidade. *SEMPESq-Semana De Pesquisa Da Unit - Alagoas*, (8).[https://eventos.set.edu.br/al\\_sempesq/article/view/13922](https://eventos.set.edu.br/al_sempesq/article/view/13922)
- Amell, R. C. (2023). Definición de las violencias machistas. *Psicosomática y Psiquiatría*, (2023), 24. <https://doi.org/10.34810/PsicosomPsiquiatrnum2408>
- Arantes, V. M. (2022). A divulgação e armazenamento de conteúdos íntimos de crianças e adolescentes na internet. São Paulo: Universidade São Judas.  
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/30152/1/TCC%20DIREITO%20DIGITAL%20-%20VITORIA%20MARTES%20ARANTES%20%281%29.pdf>
- Araujo, J. S. (2020). Exposição Pornográfica por Vingança (Revenge Porn): a tipificação penal perante o direito digital. UniEvangélica. Anápolis: 3-18.  
<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/16831/1/Monografia-%20JULIA%20SILVA%20ARAUJO.pdf>
- Bandeira, L. (2009). Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000200004>
- Bandeira, A., & Velozo, E. L. (2019). Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências. *Revista Ciências e Educação*. Bauru: 25(4), 1019-1033.  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132019000401019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132019000401019&lng=en&nrm=iso)
- Baumel, C. P. C., Guerra, V. M., Garcia, A., & Rosário, A. G. (2020). Consumo de Pornografia e Relacionamento Amoroso: uma Revisão Sistemática do Período 2006-2015. <https://doi.org/10.36298/gerais2020130103>
- Baumel, C. P. C., Silva, P. O. M., Guerra, V. M., Garcia, A., & Trindade, Z. A. (2019). Atitude de Jovens frente à Pornografia e suas Consequências. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240111>
- Borges, M. T. & Tilio, R. (2018). Consumo de pornografia midiática e masculinidade. *Periódicus*, 10(1) 402-426 p. ISSN: 2358-0844.

- Bóthe, B., Vaillancourt-Morel, M. P., Girouard, A. B. A., Štulhofer, A., Dion, J., & Bergeron, S. (2020). A Large-Scale Comparison of Canadian Sexual/ Gender Minority and Heterosexual, Cisgender Adolescents' Pornography Use Characteristics. <https://doi.org/10.1016/j.jsxm.2020.02.009>
- Brasil. (2007). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07\\_0400\\_M.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf)
- Brasil. (2009). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais.
- Brasil. (2012). Conselho Nacional de Saúde [CNS]. Resolução 466/2012. [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)
- Brasil. (2016). Conselho Nacional de Saúde [CNS]. Resolução 510/16. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Brasil. (2018). Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)
- Brasil. (2022). Ministério da Educação. Novo Ensino Médio. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>
- Brasília. (2021). Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. Secretaria nacional dos direitos da criança e do adolescente. Conselho Nacional dos direitos da criança e do adolescente. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Art. 241. [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021\\_Digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf)
- Brown, T. N. T., Herman, J. (2020). Exploring International Priorities and Best Practices for the Collection of Data about Gender Minorities: A Focus on South America. Los Angeles, CA: The Williams Institute. <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/publications/gender-minority-data-south-am/>. Acesso em 28/07/2021.
- Bourdieu, P. (2012). A Dominação Masculina. Bertrand Brasil, 11.
- Bueno, R. C. P & Ribeiro, P. R. M. (2018). A história da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.41>
- Coelho, L. J., & Campos, L. M. L. (2015). Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos. Bauru: Ciência & Educação (Bauru), 21 (4), outubro-dezembro. <https://doi.org/10.1590/1516-731320150040007>

- Carvalho, M., Carrara, S. (2013). Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*: Rio de Janeiro, (14) 319–351 p. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015>.
- Costa, A. C. A., Missiatto, L. A. F., & Martines, E. A. L. M. (2021). Diálogo sobre sexualidade na comunicação entre pais e filhos adolescentes. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 32(2), 24-34. <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.978>
- FEBRASGO. (2017). *Sexualidade na adolescente*. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Série Orientações e Recomendações FEBRASGO, 2(3)2017. ISSN 2525-6416
- Feitosa, L. C. (2005) *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume; Fapesp.
- Fernando, Z. J., Teeraphan, P., Barkhuizen, J., & Agusalim, A. (2023). Revenge Porn: Digital Crimes and Implications for Victims. *Fakultas Hukum: Kosmik Hukum*, 23(3), 157-171. <https://doi.org/10.30595/kosmikhukum.v23i2.18542>
- Figueiró, M. N. D. (2010). *Educação sexual: Retomando uma proposta, um desafio*. Londrina: Eduel.
- Freitas, D. C. (2021). Uso de tecnologias digitais para relacionamentos sexuais durante a pandemia por COVID19. <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pic/article/download/8342/5165>
- Furlanetto, M. F., Lauermann, F., Costa, C. B., & Marin, A. H. (2018). Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*, 48(168), 550-571p. <https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs/?format=pdf&lang=pt>
- Galdas, P. (2017). Revisitando o preconceito na pesquisa qualitativa: reflexões sobre sua relação com financiamento e impacto. *Métodos Int J Qual*. 2017; 16 (1) doi: 10.1177/1609406917748992. 160940691774899.
- Gerhard, T. B. (2008). Considerações para a prática de investigação. *Sou J Health Syst Pharm*. 2008; 65 (22):2159–2168. doi: 10.2146/ajhp070369.
- Gonçalves, R. C., Faleiro, J. H., & Malafaia, G. (2013). Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. *Holos*, 5(2013). <https://doi.org/10.15628/holos.2013.784>
- Gonzalez-Ortega, E., & Orgaz-Baz, B. (2013). Minors' exposure to online pornography: prevalence, motivations, contents and effects. *Anal. Psicol. Murcia*, 29 (2), 319- 327p. <https://dx.doi.org/10.6018/analesps.29.2.131381>

- Gregersen, E. (1983). *Práticas sexuais: a história da sexualidade humana*. São Paulo: Roca.
- Grov, C., Gillespie, B. J., Royce, T., & Lever, J. (2011). Perceived consequences of casual online sexual activities on heterosexual relationships: a U.S. online survey. *Archives of Sexual Behavior*, 40(2), 429-439. <https://doi.org/10.1007/s10508-010-9598-z>.
- Guimarães, S. S. & Dias, C. M. (2021). Violência doméstica e pandemia de COVID-19: Orientações para profissionais sobre sinais de abuso sexual em crianças e adolescentes. [https://www.pucrs.br/coronavirus/wp-content/uploads/sites/270/2020/10/2020\\_10\\_08-coronavirus-cartilhas-nupsi-orientacoes\\_para\\_profissionais\\_sobre\\_sinais\\_de\\_abuso\\_sexual\\_em\\_crianças\\_e\\_adolescentes.pdf](https://www.pucrs.br/coronavirus/wp-content/uploads/sites/270/2020/10/2020_10_08-coronavirus-cartilhas-nupsi-orientacoes_para_profissionais_sobre_sinais_de_abuso_sexual_em_crianças_e_adolescentes.pdf)
- Guimarães, S. S., & Silva, G. B. (2021). Ofertas e Adaptações de Serviços de Saúde Mental à População T de Porto Alegre em Meio a Pandemia de COVID-19. <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/boletimsis/article/view/21939/1192613496>
- Guimarães, S. S., & Tomasi, L. M. B. (2019). O bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes e a relação com o senso de comunidade. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/209373>
- Guimarães, S. S., & Tomasi, L. M. B. (2020). O bem-estar subjetivo de meninos e meninas de Porto Alegre e o Senso de Pertença à Comunidade. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/226881>
- Hatzenbuehler, M. L. (2009). How does sexual minority stigma “get under the skin”? A psychological mediation framework. *Psychological Bulletin*, 135(5), 707–730. <https://doi.org/10.1037/a0016441>
- Hugo, T. D. O., Maier, V. T., Jansen, K., Rodrigues, C. E. G., Cruzeiro, A. L. S., Minérios, L. C., Pinheiro, R.T., Silva, R., & Souza, L. D. M. (2011). Fatores associados à idade da primeira relação sexual: um estudo de base populacional. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011001100014>
- Jiménez, M. J. R. (2021). Salud sexual y reproductiva del adolescente y COVID-19. *Adolescere. Revista de Formación Continuada de la Sociedad Española de Medicina de la Adolescencia*, VIII (3), Octubre-Noviembre 2020. [http://xuventude.xunta.es/images/Observatorio\\_Galego\\_da\\_Xuventude/ano\\_2021/Salud\\_sexual\\_y\\_reproductiva\\_del\\_adolescente\\_y\\_COVID-19.pdf](http://xuventude.xunta.es/images/Observatorio_Galego_da_Xuventude/ano_2021/Salud_sexual_y_reproductiva_del_adolescente_y_COVID-19.pdf)
- Jones, T. (2007). “Framing the framework”. In *Education research: Who needs it?*, Edited by: Brown, R., Finger, G. and Rushton, C. 47–70. Tenerife: Post Pressed. <https://researchoutput.csu.edu.au/en/publications/framing-the-framework>
- Jones, T. M. (2009). Framing the framework: Discourses in Australia's national values education policy. *Educational Research for Policy and Practice*, 8(1): 35–57. <https://doi.org/10.1007/s10671-008-9058-x>

- Jones, T. M. (2011). Saving rhetorical children: sexuality education discourses from conservative to post-modern, *Sex Education*, 11(4), 369-387. <https://doi.org/10.1080/14681811.2011.595229>
- Kemmis, S., Cole, P., & Suggett, D. (1983). *Orientations to curriculum and transition: Towards the socially critical school*, Melbourne: Victorian Institute of Secondary Education. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED295339.pdf>
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm)
- Lopes, A. S. S. P. (2013). Consumo de pornografia na internet, avaliação das atitudes face à sexualidade e crenças sobre a violência sexual. Tese (Mestrado em Psicologia). Universidade Autónoma de Lisboa: Lisboa, 125p.
- Louro, G. L. (2008). Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2014). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martinez, A. M. (2009). Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 169-177 p. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572009000100020&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100020&lng=pt&tlng=pt).
- Morton, D., & Zavarzadeh, M. (1991). “ Teoria pedagogia política: A crise do 'sujeito' nas humanidades ”. *Texts for change* , Editado por: Morton, D. e Zavarzadeh, M. Urbana e Chicago : University of Illinois Press (11) 12-32 p.
- Organização Mundial da Saúde. (2006). Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health. <https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research/key-areas-of-work/sexual-health/defining-sexual-health>
- Popović, M. (2011). Pornography use and closeness with others in women. *Srpski Arhiv za Celokupno Lekarstvo*, 139(5-6), 353-359. <https://doi.org/10.2298/SARH1106353P>.
- Postal, A. S., Santiago, L. P., Paradella, V. C., Bostelmam, A. A., & Cyrino, L. A. R. (2018). [http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero\\_027/artigos/pdf/Artigo\\_07.pdf](http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_027/artigos/pdf/Artigo_07.pdf)
- Presidência da República. (2018). Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm)

- PVPP. (2021). Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais. <https://pvpp.co/>
- Quiroga, F. L., & Vitalle, M. S. S. (2013). O adolescente e suas representações sociais: apontamentos sobre a importância do contexto histórico. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312013000300011>
- Ribeiro, P. R. M., & Monteiro, S. A. S. (2019). Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. *Revista Ibero-americana de Estudos em Educação*, 14(2), 1254-1264. <https://doi.org/10.21723/riace.v14iesp.2.12701>
- Rodrigues, S. F., & Poletto, L. (2023). Relação professor aluno: a importância da afetividade no ambiente escolar. <http://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaSE/article/view/991>
- Rothman, E., Adhia, Daley, N., & Alder, J. (2018). A Pornography Literacy Program for Adolescents. *American Journal of Public Health* 110 (2) 154-156 p. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2019.305468>
- Saito, M. I., & Leal, M. M. (2000). Educação sexual na escola. *Pediatria*, 22(1),44-48. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-279804>
- Senem, C. J., Silva, A. T., Silva, J. L., Carvalho, L. R. S., & Bosco, M. (2015). Concepções de sexualidade a partir do relato de estudantes de psicologia. <https://unisagrado.edu.br/custom/2008/uploads/wp-content/uploads/2015/05/CONCEP%C3%87%C3%95ES-DE-SEXUALIDADE-A-PARTIR-DO-RELATO-DE-ESTUDANTES-DE-PSICOLOGIA.pdf>
- Santos, I. C. (2022). Crimes cibernéticos - ciberpedofilia. O aumento da atividade do pedófilo virtual em tempos de pandemia. Goiânia: PUC Goiás. <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4546/1/CRIMES%20CIBERN%20C3%89TICOS%20-%20CIBERPEDOFILIA.pdf>
- Silva, K. F. (2016). Pedagogia da sexualidade: O papel do professor. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4317/1/KFS22112016.pdf>
- Silva, D. R. Q., Costa, Z. L. S., & Müller, M. B. C. (2018). Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.29812>
- Silva, J. P. L., Júnior, C. M. S. S., & Parente, M. E. S. A. (2019). Educação sexual na “contramão” à indústria pornográfica nas relações de gênero e sexualidade. [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO\\_EV127\\_MD1\\_SA7\\_ID14321\\_26092019214329.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA7_ID14321_26092019214329.pdf)
- Silva, E. L., Silva, S., Mota, R. M. F., & Souza, R. D. (2015). Educação Sexual no Ensino de

- Ciências. Revista Monografias Ambientais. Santa Maria: 2015(14), 01-09.  
<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/download/20432/pdf>
- Spinola, M. C. R. (2020). Fatores associados à iniciação sexual precoce de adolescentes em Santarém, Pará. Revista De Políticas Públicas: Sanare 19(1).  
<https://doi.org/10.36925/sanare.v19i1.1385>
- Stock, T. O., Silva, M. L. G. M., Guimarães, S. S., & Costa, A. B. (2023). Experiência e Percepção das Trabalhadoras de DEAMs sob Influência da Pandemia de COVID-19. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 23(2), 2518-2527.  
<https://doi.org/10.5935/rpot/2023.2.24052>
- Tronco, C. B., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Caracterização do comportamento sexual de adolescentes: iniciação sexual e gênero. Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia, 5(2), 254-269.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202012000200006&lng=pt&tlng=pt.](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202012000200006&lng=pt&tlng=pt)
- UNAIDS. (2021). UNAIDS reforça necessidade de estabelecer caminhos em direção a uma educação sexual abrangente. <https://unaid.org.br/2021/06/unaid-reforca-necessidade-uma-educacao-sexual-abrangente/>
- World Health Organization [OMS]. (2006). *Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health*. 28–31. January 2002, Geneva.  
<https://www.cesas.lu/perch/resources/whodefiningsexualhealth.pdf>
- World Health Organization [WHO]. (1975). Education and treatment in human sexuality: the training of health professionals. Geneva: WHO; 1975. (Report of a WHO Meeting Ser. T. Rep: 5-33).
- Yin, R. K. (2016). Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 3-18p

## 2.3 Seção Empírica

### **Avaliações de Jovens e Docentes Sobre Características Interventivas em Educação Sexual com Letramento para Interações com Conteúdos Digitais Explícitos**

Stéphanie da Selva Guimarães

Felipe Oliveira

Alexandre Anselmo Guilherme

Camila Nicoli Ferreira

Angelo Brandelli Costa

**Resumo:** O presente estudo tem por objetivo analisar a opinião de docentes e jovens sobre intervenções em educação sexual com letramento para uso e compartilhamento de conteúdos sexuais explícitos digitais por jovens. Foram entrevistados 18 jovens, com idades entre 15 a 19 anos, estudantes de escolas públicas, privadas e militares do Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil; e 5 professores das redes pública, privada e militar, tendo os mesmos distintos gêneros e orientações sexuais. Todos os participantes responderam a uma entrevista *online*, de caráter qualitativo, semiestruturado e com perguntas abertas. Os resultados apontaram para a necessidade de formação de um modelo em educação sexual mais aberto e positivo, que leve em conta não somente os aspectos médico-sanitários, mas que ampliem as abordagens e didáticas de ensino.

**Palavras-chave:** educação sexual; pornografia; escolas; jovens; professores.

**Abstract:** The present study aims to analyze the opinion of teachers and young people about ideal interventions in sexual education and literacy for the use and sharing of explicit digital sexual content by young people. 18 young people were interviewed, aged between 15 and 19, students from public, private and military schools in the South, Southeast and Northeast of Brazil; and 5 teachers from public, private and military networks, having the same different genders and sexual orientations. All participants responded to an online interview, of a qualitative, semi-structured nature and with open questions. The results pointed to the need to create a more open and positive sexual education model, which takes into account not only medical and health aspects, but which expands teaching approaches and didactics.

**Keywords:** sex education; pornography; schools; young people; teachers.

## **Introdução**

Inúmeros formatos de educação sexual estão disponíveis pelo mundo (Ribeiro, 1990). No cenário nacional, os principais formatos desta modalidade de ensino, abordam temáticas relacionadas a necessidades médico-sanitárias e de controle de natalidade (Fonner et. al., 2014). Quando ocorridos no Brasil, e dentro de instituições escolares, estes momentos tendem a pautar-se nos preceitos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2022), com vistas à prevenção de ISTS ou de casos de gravidez na adolescência. Os conteúdos abordados possuem como diretriz, o asseguramento dos direitos sexuais e reprodutivos elencados como direitos humanos fundamentais, onde o Estado possui papel regulador e de efetivação das instâncias que constituem premissas básicas para vivência em sociedade (Souza, 2023; Costa, 2023). Embora exista regulamentação nacional acerca da necessidade de abordagem de tais conteúdos, cabe aos governos estaduais e a gestão das escolas, especialmente das privadas, a escolha sobre a implementação das temáticas que serão de fato abarcadas nos ambientes escolares. A diligência do educador neste processo, torna-se essencial para questionar verdades estabelecidas socialmente sobre as temáticas abordadas em momentos de educação sexual, e asseverar o direito às informações científicas esclarecedoras sobre sexualidade, saúde sexual e direitos sexuais, adequando-as à idades, culturas, direitos, equidade de gênero e às abordagens positivas ao sexo e ao prazer sexual (Worlds association for sexual health, 2014; Costa 2023).

### ***Modelos em Educação Sexual em Contextos Escolares***

O formato conservador de educação sexual, descrito por Jones (2011), torna-se o mais ofertado no contexto brasileiro, onde os encontros que tendem a ocorrer de maneira pontual, guiados por professores a partir do 8º ano do ensino básico, especialmente na disciplina de ciências, quando os estados optam pela abordagem de tais conteúdos em aula (Bandeira & Velozo, 2019). Em casos em que a oferta está vinculada a projetos do governo federal ou do 3º setor, podem-se analisar a presença de oficinairos, estagiários e residentes de saúde mental do ensino superior, vinculados à áreas diversas de conhecimento, como guias de tais encontros. Outros formatos podem ser vistos a partir do fomento de palestras, ações governamentais ou semanas científicas oferecidas em escolas públicas e privadas do país (Costa, 2019).

A possível desatualização à nível de modelo de ensino conservador, que torna-se hierárquico, onde o professor detém o saber e o aluno possui um papel de passividade em relação ao ensino, pode apresentar-se como um dos modos de manutenção do *status quo*, garantindo

ao estado formatos educacionais de controle e submissão, que corroborem com ganho estatal, a partir da qualificação de alunos para futura força de trabalho a partir de modelos educacionais ideológicos (Dal Lin & Schlesener, 2016). Neste sentido, o seguinte formato educacional pouco torna a dizer respeito ao mundo cotidiano dos jovens (Del Roio, 2016), e ao provisionamento de conhecimentos decorrentes de debates sociais atuais que visam o desenvolvimento de pensamentos críticos acerca das práticas sexuais positivas, minorias sexuais e de gênero (MSG) (Catelan & Guimarães, 2023), e da interação de jovens com pornografia virtual- visto a possibilidade destes destoarem o foco do aprendizado, para pautas consideradas diminuidoras do potencial de geração de lucro (Foucault, 1988).

Autoras como Louro (2008), destacam-se a existência de modelos de educação sexual baseados em perspectivas construcionistas pós-modernas, que visam romper com as seguintes normas. Fazem parte destes formatos teorias diversas como: o modelo crítico, feminista pós-moderno e *queer*. Utilizar-se-á neste artigo, a compreensão de ensino pós-moderno de Jones (2011), que se classifica como aquele que pretende diminuir lacunas de desigualdades político-sociais, que abarcam não somente aspectos médico-sanitaristas, mas também a importância de inclusões de pautas sociais em momentos de educação sexual, de prazeres sexuais e suas relações com o bem-estar integral à saúde.

### ***Sexualidade, Adolescência e o Social***

Para a Organização Mundial da Saúde [OMS] (1975), processos envolvendo a sexualidade podem ter dois distintos significados: sexualidade e expressão sexual. A primeira é formada por um conjunto de comportamentos que motivam a busca por amor e por intimidade com pessoas à volta do indivíduo, sendo estas características observadas na forma de sentir e interagir com outros sujeitos (WHO, 1975). Já a segunda, a expressão sexual, refere-se a um componente da sexualidade, expresso a partir da prática sexual, podendo ser compreendida como uma expressão construída de forma multidimensional desde o nascimento, com a construção da sexualidade; até a adolescência, onde majoritariamente iniciam-se as primeiras vivências sexuais que se manifestam a partir de desejos inclinados por marcadores biológicos, psíquicos e sociais (WHO, 1975).

A compreensão sobre sexualidade foi atualizada pelo mesmo órgão internacional, em 2006, reiterando os pontos anteriormente abordados e os interrelacionando com os aspectos econômicos, políticos, culturais, legislativos, históricos, religiosos e espirituais (Senem, Silva, Silva, Carvalho & Bosco, 2015), os caracterizando enquanto ponto central da vida dos indivíduos, onde estão incluídos: o sexo- enquanto prática; o erotismo; o prazer; a intimidade, a reprodução; as identidades de gênero e as orientações sexuais. Indo ao encontro com este

sentido multidimensional e interrelacional, Senem, et al. (2015), citam a perspectiva de Feitosa (2005), que afirma que a sexualidade não está alheia aos aspectos culturais, morais, de grupos específicos, de períodos de tempo e de historicidades, podendo assim ser compreendida como a base para a moralidade, para a organização da sociedade, e peça essencial de um sistema simbólico complexo- individual e social, descolando-se do entendimento de um simples ato de alívio corpóreo (Gregersen, 1983).

Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2009), a idade média para o início das atividades sexuais (sexarca) por pessoas brasileiras é de 14 anos. A diferença de idades entre meninos e meninas para a sexarca, mostra-se atrelada aos diferentes estímulos sociais e culturais, baseados em identidades de gênero demonstrados aos indivíduos ao longo dos seus desenvolvimentos (Brasil, 2009). Ao longo dos processos simbólico-estruturais que perpassam da sexarca à transição à adultez, ensinamentos de diversos atores sociais acerca de práticas sexuais, papéis de gênero, orientações sexuais e racialidades, podem representar-se de maneira dessemelhante, ampliando desigualdades diversas das dissidências (Hugo, et al., 2011; Tronco & Dell'Aglio, 2012).

Estímulos como religião, família, escola, grupos de amigos e mídias digitais, não se descolam desta construção, e corroboram com perspectivas e expressões de códigos sociais e das sexualidades, que os sujeitos levarão para suas vidas (FEBRASGO, 2017). Desta maneira, Figueiró (2010), define que a educação sexual torna-se uma ferramenta de ensino que perpassa estes cenários sociais que adequam os indivíduos à sociedade, podendo se apresentar de duas maneiras: formal, ocorridas em instituições escolares e baseadas em preceitos científicos; e informal, pela partir da família, pares, e por interações de conteúdos digitais explícitos. Redes básicas de suporte formadas por estes atores, tornam-se essenciais para o reforço, ou não, de ensinamentos primários, promovendo a busca por novas formas de vivenciar a sexualidade, quando necessário. Desta maneira, visando a demonstração das necessidades de jovens em momentos de educação sexual, este artigo objetiva apresentar as análises de docentes e jovens sobre possíveis intervenções em educação sexual, que contemplem o letramento para interação de jovens com conteúdos digitais explícitos.

## **Método**

### *Delineamento e Procedimentos do Estudo*

O seguinte estudo possui caráter qualitativo, exploratório e transversal. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas, individuais e online, com tempo médio de 31 minutos para jovens e 54 minutos para professores. Todos os encontros foram gravados para fins de transcrições pós coletas após a autorização dos participantes, e de seus responsáveis, no caso

de pessoas menores de idade.

### *Participantes*

Para o estudo original foram entrevistados 41 participantes brasileiros. Para este recorte de pesquisa, utilizaram-se dados de 18 jovens e 5 professores, descritos abaixo:

<b>Região</b>	<b>Idade</b>	<b>Escola</b>	<b>Gênero Autodeclarado</b>	<b>Orientação Sexual</b>
SUL	15	Privada	Pessoa Não-binária	Lésbica
SUL	15	Privada	Homem Cisgênero	Heterossexual
NE	16	Privada	Mulher Cisgênera	Pansexual
SUL	16	Privada	Pessoa Não-binária	Lésbica
SUL	18	Privada	Mulher Cisgênera	Bissexual
NE	19	Privada	Mulher Cisgênera	Não sabe
SE	15	Pública	Mulher (ND)	Bissexual
NE	15	Pública	Homem Cisgênero	Heterossexual
SUL	18	Pública	Homem Cisgênero	Heterossexual
SUL	18	Pública	Homem Cisgênero	Gay
SUL	18	Pública	Homem Cisgênero	Heterossexual
SUL	19	Pública	Homem Cisgênero	Bissexual
SUL	15	Militar	Mulher Cisgênera	Bissexual
NE	15	Militar	Mulher Cisgênera	Heterossexual
NE	15	Militar	Homem Transsexual	Não tem certeza
SUL	17	Militar	Mulher Cisgênera	Bissexual
NE	18	Militar	Mulher Cisgênera	Não Tem Certeza
SUL	19	Militar	Mulher Cisgênera	Heterossexual

<b>Região</b>	<b>Idade</b>	<b>Escola</b>	<b>Gênero Autodeclarado</b>	<b>Orientação Sexual</b>
SUL	60	Pública e Privada	F (ND) <sup>4</sup>	Heterossexual
SUL	36	Pública e Privada	F (ND)	Heterossexual
SUL	53	Pública	F (ND)	Heterossexual
SUL	34	Pública e Militar	F (ND)	Heterossexual
SE	50	Privada	M (ND)	Gay

### *Instrumentos*

Utilizou-se um questionário próprio de perguntas semiestruturadas formadas por 3

<sup>4</sup> ND (Não declarado): Participante preferiu não declarar ser pertencente à comunidade T (transsexuais, travestis ou pessoas não-binárias) ou cisgênera

blocos não identificáveis pelos participantes.

Para garantir a compreensão dos questionamentos, o roteiro de perguntas das entrevistas foi testado com 2 pessoas de cada grupo de participantes, e adaptadas quando necessário. Todos os dados coletados foram utilizados para as análises finais do projeto.

#### *Procedimentos de Coletas de Dados*

Houve recrutamento por método de conveniência, a partir do contato inicial da pesquisadora e de 10 auxiliares de pesquisa com determinados sujeitos, liberando-se a possibilidade de indicarem ou não, outros participantes. As coletas foram realizadas entre julho de 2022 e fevereiro de 2023.

Os áudios gravados e os materiais transcritos na íntegra, somente poderão ser acessados pelos pesquisadores responsáveis. O armazenamento dos conteúdos deu-se por repositório institucional, cumprindo-se a Lei Geral de Proteção de Dados (2018), onde os mesmos ficarão armazenados por 5 anos.

#### *Procedimentos de Análise dos Dados*

Utilizou-se de Análise Temática Latente e Indutiva (Braun & Clarke, 2006; Burr, 1995), baseando-se no modelo construcionista de Burr (1995), para conhecimento de ideias sociais relacionadas aos fenômenos produzidos e reproduzidos, acerca da educação sexual e do letramento para interação de jovens com conteúdos digitais explícitos.

#### *Procedimentos Éticos*

Todos os responsáveis pelos adolescentes e participantes do estudo preencheram os termos de Assentimento (TALE) e de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponibilizados em formato digital, através da plataforma Google Forms. Direcionaram-se cópias dos documentos preenchidos, via e-mail automático do sistema de formulários do Google, para o endereço eletrônico de preenchimento obrigatório dos participantes.

Responsáveis por menores de idade e docentes, preencheram os termos *online* de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todos jovens preencheram termos *online* de Assentimento (TALE). Cópias dos documentos preenchidos foram encaminhadas via e-mail aos participantes.

A equipe geral do seguinte estudo foi composta pela autora deste artigo, sendo está a

pesquisadora principal, e por 10 auxiliares que participaram das entrevistas e ficavam como corresponsáveis pela captação dos áudios e pelas escritas de suas observações sobre as entrevistas. As análises dos pesquisadores apresentam-se no início da sessão de resultados.

## **Resultados e Discussão**

Observaram-se pelos pesquisadores, experiências de sentimentos negativos vinculados a momentos de educação sexual, interações com conteúdos digitais explícitos e práticas sexuais em geral. Os principais sentimentos destacados foram: culpa, vergonha e medo de julgamento social negativo.

A partir das análises geraram-se 25 temas e 48 subtemas. Para este recorte, apresentar-se-ão os resultados de 4 temas. Não obteve-se saturação nas respostas.

### ***Educação Sexual: Estrutura de Sala de Aula e Didática***

Quanto a organização de sala de aula, observaram-se resistências à modelos conservadores (Jones, 2011) de condução de atividades. Em relação a facilitação do vínculo com a proposta e com os mediadores de momentos em educação sexual, professores e alunos demonstraram preferência por salas de aula com cadeiras em círculos, para observarem o grupo e se sentirem-se participantes ativos. Modelos de ensino que fomentam o poder e a submissão, conforme destacados por (Del Roio, 2016), foram apontados como não adequados, conforme o trecho a seguir: “fazer um círculo, estilo palestra o pessoal não gosta da extensão, dormem, acho que seria mais um, dar a oportunidade de a gente falar também, um círculo de conversas assim que não fosse sei lá, nos constranger por exemplo” (1k).

A nível de periodicidade, aulas contínuas semanais, em disciplinas específicas, seriam ideais para aumentar a atenção dos jovens. Tal resultado apresenta-se de forma contrária ao modelo de maior oferta de Bandeira & Velozo (2019), mas corrobora com avaliações de participantes, que cogitaram a impossibilidade de ofertas de ensino em educação sexual a longo prazo. Elencaram-se como ideais, a utilização de espaços semanais em disciplinas já existentes na grade curricular, sendo principalmente citada a disciplina de ciências, utilizando-se conteúdos mais abrangentes e tendo maior espaço para diálogo conforme descrito no do modelo crítico de ensino de Jones (2011). Somente 2 participantes citaram que manter o padrão esporádico de palestras ou ações seria o ideal. Para Maia & Ribeiro (2011), ao se tratar dos aspectos presentes no ensino em educação sexual adequada, apontam-se que momentos de reflexão e questionamento são fundamentais, especialmente sobre os mecanismos sutis da repressão sexual no ensino. Uma vez que a educação sexual de ótica pós-moderna não pretende restringir a temática a modelos biomédicos, momentos de discussão sobre aspectos sócio-

históricos se fazem tão relevantes quanto aspectos biológicos vinculados à reprodução humana. Desta forma, intervenções pontuais em modelo informativo podem se apresentar inefetivas, uma vez que possibilitam pouca construção ou maturação dos novos conhecimentos adquiridos (Maia & Ribeiro, 2011).

Relativo a didática, formatos de ensino não hierarquizados e com o protagonismo dos adolescentes, tornavam-se mais engajadores. Elencaram-se que professores ou outros profissionais que participassem, deveriam ocupar papéis de mediação somente em momentos em que as dúvidas não pudessem ser sanadas por outros colegas, corroborando com os modelos críticos e pós-modernos de Jones (2007; 2011).

Os melhores métodos disparadores para debates foram suscitados pelo uso de brincadeiras e de “perguntas e respostas”, sendo estes iniciados pelo mediador com intuito de diminuir sentimentos de vergonha, relativos aos tabus das temáticas; e fomentar o aumento da atenção e à participação em debates, conforme avaliado no seguinte trecho: “perguntas e respostas é um ótimo caso pra poder ajudar a pessoa a se soltar aos poucos e a cada pergunta ir ligando com a outra” (1s).

Como forma de lidar com sentimentos negativos vinculados às experiências e tabus relacionados à sexualidade, expuseram-se atitudes como piadas e deboches por parte dos estudantes, levantando-se por muitas vezes casos que culminavam em violências verbais, LGBTfobia e bullying. Com intenção de diminuir estas atitudes, alguns jovens apontaram que as turmas deveriam ser divididas entre meninas e meninos, conforme narrativa: “grupos menores, e meninas separadas de meninos para não ter aquele... aquela piadinha vindo de cá, vindo de lá... Pra ser uma conversa séria, mas de uma forma leve e sem essa parte de piadas, querendo ou não, desconfortáveis” (1o).

### ***Profissionais de referência para ensino em sexualidade***

Apontaram-se, respectivamente, os seguintes profissionais como referência de ensino e acolhimento para momentos de educação sexual dentro das escolas: professores de biologia, professores com didáticas abertas e flexíveis (não atrelados a disciplinas biológicas), profissionais que trabalham com sexualidade, enfermeiros e médicos, confirmando os achados de Zimmermann et al. (2022) e Figueiró (1997), que identificam a presença de áreas diversas no ensino em sexualidade com formação científica.

Destacaram-se por jovens, necessidades de profissionais de Psicologia que fossem neutros de conhecimentos e julgamentos sobre eles. Estudantes de instituições com psicólogos na rede psicopedagógica e que mantinham contato direto e acolhedor com eles, destacaram

maior necessidade destes profissionais, vinculados a equipes multidisciplinares em tais momentos. Para preservação do ensino não estigmatizante e com maior garantia de saúde, no ano de 2019 foi aprovada a Lei 13.935/19 que prevê a prestação de serviços de psicologia e assistência social na educação básica do Brasil, estando está em vigor desde 2020 (Brasil, 2019). A reconhecida pluralidade de atuação destas áreas na garantia de direitos fundamentais para jovens, e a entrada de ambos pode ser promissora também na qualificação de trabalhos com professores para educação sexual, abordagem de aspectos subjetivos, gêneros, orientações sexuais, interações com conteúdos digitais explícitos, e a estimulação de práticas de autoconhecimento.

### ***Educação Sexual e Letramento para Interação com Conteúdos Digitais Explícitos: Conteúdos e Abordagens***

A maior parte dos participantes demonstrou ser importante manter os conteúdos médico-sanitários e pró-natalistas unindo-os a temáticas como: práticas sexuais heterossexuais e não heteronormativas; prazer; identidade de gênero; orientação sexual; cuidados em saúde sexual para dissidências sexuais e de gênero; interações e compartilhamentos com conteúdos digitais explícitos próprios ou sem consentimento de outrem; reconhecimento de consentimentos e respeito aos limites físicos ou digitais; saúde mental enquanto garantidora de avaliações saudáveis sobre interações com conteúdos digitais explícitos e com respeito à dissidências.

Citaram-se também, importâncias em se trabalhar diferenças entre conteúdos em educação sexual baseados em preceitos científicos, *versus* aqueles aprendidos através de plataformas midiáticas informais *online*, como o *tik tok* e o *Google*, sendo estas as principais fontes de conhecimento informal sobre sexualidade citadas por jovens que relataram vergonha, medo ou falta de espaço para diálogos sobre sexo em instituições escolares e familiares. Para Velasco & Gil (2017), as mídias digitais têm sido cada vez mais utilizadas como fontes primárias de acesso à informação. A exposição sem supervisão aos mais diversos conteúdos como os eróticos e digitais explícitos, podem gerar influências não saudáveis na expressão e nas práticas sexuais, assim como, em outros comportamentos sociais, o que coloca em voga a necessidade de debater as mesmas em momentos de educação sexual, não somente como forma de adequar a disciplina ao momento atual dos jovens e da tecnologia, mas também promovendo conhecimentos sobre hábitos saudáveis que envolvem tais práticas, podendo propiciar a diminuição de sentimentos negativos sobre sexualidade que podem aparecer a partir de narrativas culpabilizadoras e estigmatizantes, conforme destacado a seguir: “se eu não tivesse tido aquela aula, eu não teria tido mais nenhuma outra aula sobre, então não teria tido noção

nenhuma disso... oque eu aprendi depois disso foi pesquisa, tiktok e *Google*” (1x).

Em sala de aula, docentes relatavam desafios vinculados a lidar com os processos que envolvem a sexarca e com as interações com conteúdos digitais explícitos por jovens. Para estes, as dificuldades de abordagem destes conteúdos em sala de aula não se elenca pela forma como os jovens os recebem, mas sim, pelo medo de retaliações das famílias destes indivíduos. Reconhecem-se também, às disparidades de abordagens de conteúdos sobre sexualidade em momentos de educação sexual por alguns professores, avaliando-se que por vezes, as mesmas estão relacionadas as dificuldades dos alunos, principalmente do gênero masculino, em lidarem de forma madura com tais conteúdos, por conta de processos próprios do desenvolvimento humano.

Para alunos, as problemáticas envolvendo a abordagem de conteúdos em momentos de educação sexual variavam. Para homens cisgêneros e heterossexuais as respostas sobre os conteúdos essenciais, tornavam-se mais rasas e objetivas, quando comparadas à membros da comunidade LGBTQIAP+. De maneira geral para estes, os conteúdos ideais deveriam se basear em evitação da gravidez e de IST's. Quando questionados novamente, recordavam por vezes, sobre a necessidade de ensino sobre consentimentos em relações amorosas e sexuais, sinalizando-se dificuldades de reconhecimentos de limites emocionais e físicos, conforme elucidação: “Acho que deveria ter algo onde explicar isso pros guris, o que é certo, ou como, eu não sei se é “certo” a palavra correta pra se usar, mas assim, o que não pode fazer quando/ pra chegar numa guria, por exemplo. Porque tem muito guri que tem uma visão totalmente distorcida vindo de dentro de casa, e aí acaba fazendo besteira porque ele acha que aquilo é algo natural, só que ele tá basicamente assediando” (1t).

Em contrapartida, jovens LGBTQIAP+, expuseram necessidades mais amplas de conteúdos, não deixando de citar os pontos destacados pelos participantes anteriormente citados, mas adicionando necessidades de se trabalhar temáticas relativas à comunidade LGBTQIAP+, como: visibilidade e o respeito; práticas sexuais e particularidades do uso de preservativos, em especial, em relações entre mulheres que fazem sexo com mulheres; e a necessidade de integração destes conteúdos com saúde mental. Para muitos docentes, a abordagem de tais conteúdos demonstrou-se desafiadora, visto a falta de abordagem destes nas suas formações iniciais e continuadas, e pelo excesso de demandas laborais cotidianas. Ressaltaram-se confortos maiores na abordagem destes, caso houvesse formações específicas sobre estas temáticas, mas majoritariamente, professores destacaram preferência por estes conteúdos serem trabalhados por profissionais externos vinculados à áreas da saúde e/ ou por equipes interdisciplinares.

Para Lúcio et. al (2019), há ampla necessidade de abordagem de trabalhos direcionados

principalmente no que tange à saúde de mulheres lésbicas, nestes ambientes. Para os autores, os achados referem-se a marginalização do cuidado integral destas populações e do déficit da formação em educação sexual para abordagem sobre saúde de populações LGBTQIAP+ no Brasil. Considera-se, portanto, que apesar das discussões atuais sobre sexualidades, orientações sexuais e identidades de gênero estarem mais amplas, ainda há necessidade destas abordagens com jovens em escolas, assim como, de formações específicas voltadas à professores.

Sobre conteúdos digitais explícitos, apontamentos de jovens e professores, demonstraram necessidades em se trabalhar a interação dos primeiros com conteúdos digitais explícitos *mainstream* e caseiros (Guimarães & Costa, *prelo*). Salientaram-se por jovens, que conteúdos *mainstream* possuem padrões irreais de práticas sexuais e de corpos, tendo vistas ao favorecimento do prazer masculino heterossexual, conforme avaliado a seguir: “não acho que é um conteúdo que dá pra você se basear para aprender coisas por que ele não é real, é uma coisa performática [...] dá pra ser apresentado justamente dessa forma: óh... isso daqui não é real... não se baseiem nisso” (1c). Enquanto principais produtos desenvolvidos e de interação por jovens para auto e heteroestimulação, citaram-se os conteúdos caseiros. Para Guimarães & Costa (*Prelo*), conteúdos digitais explícitos *mainstream* referem-se aos modelos de pornografia feitas para larga disseminação; com vistas ao lucro; e com roteiros baseados no que se denomina de gosto erótico coletivo, que se trata de um formato de conteúdos que entrega ao público padrões de comportamentos que seriam esperados do que compreende-se socialmente enquanto feminino e masculino. Para os autores, tais roteiros facilitam o gosto popular por tais conteúdos, tornando-os os principais formatos de pornografias acessados no mundo, e reiterando de maneira nem sempre benéfica, papéis de gênero, principalmente para jovens, visto que estes, por vezes, baseiam-se em tais conteúdos para formação de scripts sexuais que perdurarão ao longo da vida. Quanto a estes, Guimarães & Costa (*Prelo*), os classificam enquanto àqueles conteúdos desenvolvidos pelos próprios indivíduos, sem intervenção das indústrias pornográficas, com vistas a auto e/ou heteroestimulação. No caso dos jovens entrevistados, o grande desenvolvimento destes conteúdos mostrou-se majoritariamente deslocado do julgamento de que estes também são considerados conteúdos pornográficos. Quando questionados, compreendiam-se principalmente conteúdos *mainstream* como pornografias, tendo maiores julgamentos morais sobre estes, a partir dos papéis de gênero lá desempenhados. Ao se tratar de conteúdos digitais explícitos caseiros, os mesmos eram vistos principalmente como fotos e vídeos rápidos, realizados para trocas com pares, principalmente masculinos, como forma de manutenção das relações amorosas, e sem tantos preceitos negativos vinculados.

Para docentes, interações de jovens com conteúdos *mainstream* e caseiros eram

relatados principalmente em conversas para auxílio aos alunos ou sabidos por relatos nas escolas. Demonstrações de preocupações tornavam-se principalmente relacionadas a casos de *revenge porn* nas escolas, e pelo autojulgamento de não aptidão e de grande carência de direcionamentos educacionais, por parte das direções das escolas e do governo, para tratar destes assuntos em sala de aula, salientando-se novamente a necessidade de formações específicas para tais abordagens.

### ***Linguagem e dificuldades de abordagem na escola e na família***

Observaram-se ao longo das narrativas dos jovens, dificuldades de engajamento em momentos de educação sexual, com vistas a obstáculos na compreensão por conta da utilização de linguagens científicas. Parte dos professores elucidaram que a dificuldade e os sentimentos de inseguranças, medos, culpa, vergonha e julgamentos conservadores, tornam-se driblados pelo uso de linguagens acadêmicas, que visam garantir a prática dos pressupostos abarcados na BNCC, conforme demonstram-se a seguir: “colocávamos adolescentes dentro de uma sala, faziam a exposição de material via PowerPoint e iam explicando as coisas conforme os slides iam aparecendo. Mas sem muito aprofundamento, sem levantamento de questões mais ligadas a desejo, a orientação sexual, a identidade de gênero, isso nunca foi mencionado, isso nunca foi tocado” (3k). Docentes que demonstraram utilizar linguagens mais desvoltas e acessíveis aos jovens, assim como abertura para abordagem de diversas temáticas relacionadas à sexualidade que fluíam de aspectos médico-sanitários a abordagem de interações com pornografia, avaliaram possuir grandes procuras de alunos para soluções de dúvidas.

O fortalecimento e o acolhimento das demandas dos docentes, demonstrou-se como uma das maneiras de diminuir vieses conservadores que mascaram dificuldades de lidar com as sexualidades e ampliar, a partir das trocas com os grupos de professores, estratégias de linguagens mais dinâmicas na abordagem de assuntos sobre sexualidade e letramento para interações de jovens com conteúdos digitais explícitos. A seguir, destaca-se a fala de um dos docentes, sobre formas autônomas de desenvolver os conhecimentos em sexualidade para auxiliar os alunos, e reitera-se a falta de momentos próprios para o ensino dos professores sobre tais didáticas: “Eu nunca tive aula de educação sexual. [...] Nunca me foi ofertado isso. O que eu sei é do que eu pesquiso, né? Fruto da minha curiosidade. Então para o meu conhecimento pessoal, e obviamente pra poder em algumas circunstâncias dar alguma orientação pros alunos, mas uma didática? Eu não tenho uma didática pra dar aula de educação sexual” (3d).

Para docentes e discentes, destacaram-se necessidades de trabalhar de maneira coletiva, a fim de diminuir vieses conservadores e ansiedades, visando facilitar a abrangência

de conteúdos, linguagens e a flexibilização dos formatos de ensino, para modelos mais críticos e abrangentes, convergindo com a existência dos modelos de ensino pós-modernos, conforme citado por Jones (2011), e avistado na seguinte colocação: “Eu acho que pra começar assim, a gente está falando de escola, teria que trabalhar com o professor pra desconstruir no professor essas concepções que foram encucadas ao longo do seu próprio processo de socialização, fazendo com que ele perceba que o que ele pensa, o que ele acredita, o que ele acha, diz respeito à própria criação dele. Mas não diz respeito a uma natureza, como se aquilo sempre existisse. Talvez construir ou desconstruir com o professor as suas certezas fosse o caminho mais certo. Agora em termos de adolescentes, eu acho que é ouvir. Ouvir esse adolescente, acolher esse adolescente, pra que ele possa ter na escola um espaço onde ele possa se sentir seguro pra falar” (3k).

Os aspectos conservadores de atuação sobre sexualidade de alguns profissionais e a falta de instrumentalização específica para docentes e coordenações escolares, conforme narradas, podem fomentar a manutenção do *status quo* das sexualidades enquanto *tabus* sociais. Desta forma, as latentes necessidades de tais atores, demonstram o desencaixe de certas metodologias de ensino atuais, e possibilitam a presença de sentimentos negativos sobre as temáticas por conta das dificuldades e tabus nas abordagens. A falta de letramento para interações com conteúdos digitais explícitos e capacitação para momentos de educação sexual, expõem os docentes a cenários de manejos complexos, que podem tornar a dificultar as vinculações com os alunos, conforme narrado “Justamente porque os professores têm essa concepção conservadora, de que o mundo é dado e que o mundo é uma coisa imóvel e que sempre foi assim e sempre vai ser assim... e isso é uma coisa que ... professor tem dificuldade de pensar de forma crítica, né, talvez com os quais eu trabalhei, mas eles não queriam aceitar nada que fugisse daquilo que eles achavam normal, então era difícil acolher o adolescente porquê [...] eles achavam que era um comportamento equivocado, que devia ser consertado. [...] Eles se sentiam mais habilitados a tirar dúvidas entre si e procurar informações na internet, mas conversar com os professores em si? Não. Era muito difícil.” (3k). Neste sentido, ao promover informações qualificadas que fomentam conhecimento sobre sexualidade e interações com conteúdos digitais explícitos, reconhece-se a educação como um campo amplo que deve responsabilizar-se não só pelo desenvolvimento técnico-científico, mas também para a libertação política e social (Freire, 1968), de jovens e professores.

### **Considerações Finais**

O presente estudo é um recorte da pesquisa de mestrado "Educação Sexual e Letramento para Interação de Jovens Brasileiros com Conteúdos Digitais Explícitos" e teve como objetivo conhecer as análises de docentes e discentes sobre educação sexual e a presença

de letramento para interações de jovens com conteúdos digitais explícitos. Apresentaram-se assim, críticas a respeito da unicidade de utilização de modelos biomédicos em momentos de educação sexual, argumentando o caráter sinérgico destes modelos com a manutenção de desigualdades pela falta de acessos a informações sobre sexualidades dissidentes e pela presença tabus relacionados a abordagem das temáticas em ambientes escolares.

A partir dos resultados, analisaram-se que dinâmicas de ensino que adequem-se a modelos críticos ou pós-modernos, levando em conta estimulações ativas nas práticas escolares, tendem, a mostrar maiores engajamentos em cuidados em saúde sexual, reprodutiva e integral, mas podem encontrar empecilhos na aplicabilidade dada a dissonância destes com os modelos conservadores e com os tabus de abordagens em escolas. A formação e o ensino em educação sexual, bem como, o letramento para interação de jovens com conteúdos digitais explícitos, mostrou-se de grande valia para preservação do que preconiza-se como um formato de “educação transformadora” para a sociedade, levando em conta as bases sócio-políticas existentes atualmente e os direitos humanos. Neste sentido, a educação escolar em sexualidade pós-moderna e as instituições que tornam a fomentar tais ensinamentos, visam o fornecimento de novas perspectivas de vida aos aprendizes, sejam eles jovens ou professores, impelindo-os à responsabilidades na manutenção política, de cidadania, e ordem social (Vasconcelos, 2007). Como ponto de análise, coloca-se neste estudo a urgência e o desejo de docentes e jovens à novas perspectivas interventivas em educação sexual que abordem o letramento para interação de jovens com conteúdos digitais explícitos. Porém, destacam-se as necessidades de formações específicas para que docentes possam ofertar ou compreender de maneira mais abrangente os fenômenos que envolvem as sexualidades, as práticas sexuais digitais, e os casos de *revenge porn* na juventude, mesmo para casos em que a ministração das aulas seja feita por equipes multidisciplinares. Sugere-se, que se desenvolvam intervenções que avaliem a aplicabilidade dos modelos suscitados, tanto para alunos, quanto para professores, com jus a garantia de direitos, de bem-estar, autonomia e cuidados em saúde adequados.

## Referências

- Bandeira, A., & Velozo, E. L. (2019). Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências. *Revista Ciências e Educação*. Bauru: 25(4), 1019-1033.  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132019000401019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132019000401019&lng=en&nrm=iso)

Brasil. (2009). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações

Programáticas Estratégicas. Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais.

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos\\_sexuais\\_reprodutivos\\_metodos\\_anticoncepcionais.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf)

Brasil. (2018). Programa de Saúde nas Escolas [PSE]. Ministério da Educação.

<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>

Brasil. (2018). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm)

Brasil. (2019). Secretaria Geral. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm)

Brasil. (2022). Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)

Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Brown, T. N. T., & Herman, J. (2020). Exploring International Priorities and Best Practices for the Collection of Data about Gender Minorities: A Focus on South America. Los Angeles, CA: The Williams Institute.

<https://williamsinstitute.law.ucla.edu/publications/gender-minority-data-south-am/>. Acesso em 28/07/2021.

Burr, V. (1995) *An introduction to Social Constructionism*. London: Routledge.

Catelan, R. F. & Guimarães, S. S. (2023). Conceitos básicos em gênero e sexualidade. Manual de gênero e sexualidade na psicoterapia: fundamentos teóricos e intervenções clínicas. (Orgs) Catelan, R. F., & Sardinha, A. Novo Hamburgo : Sinopsys Editora, 2023.

Costa, J. (2023). A análise jurídica da educação sexual de crianças e adolescentes. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre*, 14(2), 33, 326-346 p. <https://revistadpers.emnuvens.com.br/defensoria/article/view/565/418>

- Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 14(2), 33, 326-346 p.  
Disponível em: <https://revistadpers.emnuvens.com.br/defensoria/article/view/565/418>
- Dal Lin, A., & Schlesener, A. H. (2016). Observações acerca do pensamento de Marx para a educação. In Schlesener, A. H., Masson, G., & Subtil, M. J. D. (Orgs). *Marxismo(s) e educação*. 63-65 p.
- Del Roio, M. (2016). Prefácio. In Schlesener, A. H., Masson, G., & Subtil, M. J. D. (Orgs). *Marxismo(s) e educação*. 9-11 p.
- FEBRASGO. (2017). *Sexualidade na adolescente*. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Série Orientações e Recomendações FEBRASGO. 2(3)2017. ISSN 2525-6416 p.
- Feitosa, L. C. (2005) *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume.
- Figueiró, M. N. D. (1997). Educação sexual: qual profissional está designado para esta tarefa?. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 8(2).  
<https://doi.org/10.35919/rbsh.v8i2.723>
- Figueiró, M. N. D. (2010). *Educação sexual: Retomando uma proposta, um desafio*. Londrina: Eduel.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal.  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod\\_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf)
- Fonner, A. S., Kennedy, C. E., O'Reilly, K. R., Sweat, M. D. (2014). School based sex education and HIV prevention in low- and middle-income countries: a systematic review and meta-analysis. *PLoS One*, 9(3), e-89692 p. Recuperado de: <http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0089692>
- Freire, P. (1968). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (17). Recuperado de: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>
- Gergen, K. J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *Revista*

*Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 06 (01), 299-325 p.

- Gregersen, E. (1983). *Práticas sexuais: a história da sexualidade humana*. São Paulo: Roca.
- Guimarães, S. S., & Costa, A. B. (prelo). Breves debates sobre pornografia: feminismos pró-censura, pró-pornografia e discursos pós-modernos feministas e *queer*. In: SANTOS, E.C., MACHADO, J. P., SANTOS, E. K., SANTOS, J. J. (Orgs). *Psicologia e Sexualidade: Debates em Educação*.
- Hatzenbuehler, M. L. (2009). How does sexual minority stigma "get under the skin"? A psychological mediation framework. *Psychological Bulletin*, 2009,(135)707–730 p.
- Hugo, T. D. O., Maier, V. T., Jansen, K., Rodrigues, C. E. G., Cruzeiro, A. L. S., Minérios, L. C., Pinheiro, R.T., Silva, R., & Souza, L. D. M. (2011). Fatores associados à idade da primeira relação sexual: um estudo de base populacional. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011001100014>
- Jones, T. M. (2007). "Framing the framework". In *Education research: Who needs it?*. Brown, R., Finger, G. and Rushton (Eds.). Tenerife: Post Pressed, 47–70 p. Recuperado de <https://researchoutput.csu.edu.au/en/publications/framing-the-framework>
- Jones, T. M. (2009). Framing the framework: Discourses in Australia's national values education policy. *Educational Research for Policy and Practice*, 8(1): 35–57. <https://doi.org/10.1007/s10671-008-9058-x>
- Jones, T. M. (2011). Saving rhetorical children: sexuality education discourses from conservative to post-modern, *Sex Education*, 11(4), 369-387. <https://doi.org/10.1080/14681811.2011.595229>
- Louro, G. L. (2008). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica. ISBN 8575261169.
- Lúcio, F. P. da S., Zerbinati, J. P., Bruns, M. A. T., & Souza-Leite, C. R. V. de. (2019). Saúde sexual da mulher lésbica e/ou bissexual: especificidades para o cuidado à saúde e educação sexual. *Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação*, 14(esp.2), 1465–1479. <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12611>
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação sexual: princípios para ação. *doxa*, 15(1), 75-84.
- Ribeiro, P. R. M. (1990). *Educação sexual além da informação*. São Paulo: EPU, 15-66.
- Senem, C. J., Silva, A. T., Silva, J. L., Carvalho, L. R. S., & Bosco, M. (2015). Concepções de sexualidade a partir do relato de estudantes de psicologia. <https://unisagrado.edu.br/custom/2008/uploads/wp-content/uploads/2015/05/CONCEP%C3%87%C3%95ES-DE-SEXUALIDADE-A-PARTIR-DO-RELATO-DE-ESTUDANTES-DE-PSICOLOGIA.pdf>

- Souza, I. A. (2023). Os direitos sexuais e reprodutivos da mulher no Brasil na perspectiva do feminismo decolonial. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, 12(1), 81–9 p.  
<https://doi.org/10.17566/ciads.v12i1.969>
- Tronco, C. B., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Caracterização do comportamento sexual de adolescentes: iniciação sexual e gênero. *Gerai* : Revista Interinstitucional de Psicologia, 5(2), 254-269 p.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202012000200006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202012000200006&lng=pt&tlng=pt).
- Vasconcelos, T. (2007). A importância da educação na construção da cidadania. *Saber(e)Educar*. Porto: ESE de Paula Frassinetti. (12), 109-117 p.
- Velasco, A., & Gil, V. (2016). La adicción a la pornografía: causas y consecuencias.  
<https://salutsexual.sidastudi.org/resources/inmagic-img/DD39399.pdf>
- World Health Organization [WHO]. (1975). Education and treatment in human sexuality: the training of health professionals. Geneva: WHO, 1975, 5-33 p.
- Zimmermann, K. A. C., Araújo, M. M., Araújo, M. C. P., Bianchi, V. (2022). Olhar da educação e da saúde sobre a sexualidade na infância: à luz de Fleck. *Salão do conhecimento: Unijuí*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação objetivou, de maneira geral, investigar a avaliação de jovens sobre as necessidades e ofertas de educação sexual em ambientes escolares, assim como, avaliar se há necessidade de letramento para interação de adolescentes com conteúdos digitais explícitos.

Para tal, a pesquisa estruturou-se a partir de 3 estudos, sendo o primeiro teórico, e os 2 seguintes, empíricos. Ao longo do estudo teórico introduziu-se de forma breve, os principais debates teóricos sobre pornografia, assim como alguns de seus marcadores histórico-políticos formativos, e apresentando principalmente os conceitos de pornografia pró-sexo e pós-modernas feministas, retomadas ao longo da dissertação.

Coloca-se como desfecho do seguinte capítulo, que os debates teóricos acerca da pornografia, compuseram-se majoritariamente, a partir de movimentos político-sociais que demonstravam avaliações da pornografia enquanto sintoma social de diversas relações desiguais de poder, como o machismo, o racismo e a lgbtfobia. Tais estruturas puderam ser avaliadas a partir de diversos pontos de vista dentro das distintas narrativas teóricas. Como ponto de convergência dos discursos, suscitaram-se principalmente os papéis das violências, do apagamento laboral e do prazer sexual feminino dentro dos contextos de trabalho das pornografias e a partir das análises de formações de scripts sexuais baseados no consumo de pornografia *mainstream*.

A partir disto, tracejam-se narrativas que buscam soluções para tais problemáticas em diferentes tempos e a partir de múltiplos movimentos sociais grupais, que evidenciam distintas realidades femininas dentro do que contempla-se enquanto estudos feministas sobre pornografia. Aliam-se a estas distintas demandas, os nascimentos de diversos formatos de pornografias baseadas em necessidades dissidentes, que dão voz a grupos à margem social, e impõem na indústria, pornografias específicas onde as mulheres tornam-se ativas nas relações sexuais, e são representadas por diferentes corpos, racialidades e com menores apelos para serem vistas enquanto objeto de ganho da indústria. Nestas, o papel da educação sexual perpassa, desde a avaliação de cenas de sexo mais próximas da realidade, até a pornografia enquanto método de aprendizagem de scripts sexuais mais saudáveis e reais, que não necessariamente são feitos para causar excitação em quem assiste, sendo por vezes unicamente uma ferramenta de aprendizagem destes modelos, sendo os mesmos avaliados nas narrativas pró-sexo e pós-modernas.

Partindo deste ponto amplo, sobre o que são pornografias e distintas formas de educação sexual, o primeiro artigo empírico buscou compreender as necessidades de adolescentes em relação à educação sexual e ao letramento para interação com conteúdos digitais explícitos e possíveis divergências nas ofertas destes momentos à eles. Neste estudo exploratório transversal, destacaram-se divergências entre as necessidades dos adolescentes e as ofertas de educação sexual no Brasil, que são majoritariamente destacadas na bibliografia como intervenções médico-sanitárias, focadas no controle de natalidade e de ISTS.

Como resultados, encontraram-se avaliações sobre divergências entre as necessidades e ofertas destes momentos, elencando-se a presença dificultosa de estruturas conservadoras tanto em professores, ambientes de ensino, pais e adolescentes, que dificultavam os processos de entrada e aprendizagem de temáticas em educação sexual em escolas e faziam a manutenção do sexo enquanto *tabu* social, sob a ótica de manutenção do *status quo*.

Mesmo nestes cenários, boa parte dos entrevistados relataram ter tido ao menos um momento de educação sexual ao longo da vida, que demonstraram ser de grande valia ao longo do desenvolvimento, e corroboraram com a perspectiva de que a vinculação com professores torna-se uma ferramenta de extrema importância para dirimir sentimentos e avaliações negativas sobre o sexo e suas práticas.

Desta forma, o seguinte estudo suscita a compreensão da perspectiva de adolescentes sobre educação sexual, ressaltando a necessidade do protagonismo dos adolescentes em momentos de educação sexual pós-moderna, e suscitando a necessidade de estudos mais amplos sobre as características das necessidades de adolescentes nos ensinamentos sobre sexualidades.

Partindo de tal problemática, o estudo 3, caracterizado por um artigo empírico, elucidada de maneira mais abrangente as características de momentos de educação sexual, considerados ideais para os adolescentes e seus professores.

Apontaram-se assim necessidades de formação de modelos em educação sexual mais abrangentes à dissidências sexuais, de gênero, raciais, e que suscitem de maneira mais positiva as diferentes práticas sexuais de integrantes da comunidade LGBT, não levando em conta somente os aspectos médico-sanitários, comumente abordados em momentos de educação sexual conservadora. Avaliaram-se também, a necessidade de abordagem direta sobre o uso, compartilhamento e produção de conteúdos digitais explícitos por adolescentes, visto aos relatos de casos de *revenge porn*, que tornam-se associados a estruturas sociais patriarcais e machistas.

Análises críticas em relação aos modelos de educação sexual, também suscitaram a necessidade de maior autonomia dos adolescentes em momentos de educação sexual na escola, demonstrando também a importância da entrada de temáticas histórico-sociais e de saúde pública, que trabalhem na ampliação das perspectivas sobre sexualidades e suas práticas saudáveis, não dirimindo-se de debates acerca de violências direcionadas a populações sexualmente ou racialmente dissidentes.

Elencaram-se assim, formatos também relacionados às estruturas e organizações de salas de aula e de diálogos entre professores e alunos, com vias de facilitar as comunicações efetivas e de sinalizar a importância de formações específicas em educação sexual para professores e adolescentes, como forma resistência ao conservadorismo social e a pautas vinculadas à ele, como o patriarcado, machismo, LGBTfobia, racismo e a diminuição da valorização das falas de adolescentes por parte de cuidadores.

Desta maneira, a seguinte dissertação retrata diferentes necessidades de grupos dissidentes, elencando diversas interseccionalidades entre os processos de vulnerabilizações, e apontando que momentos de debates críticos ou pós-modernos em educação sexual, tornam-se locais de grande potencialidade, não somente para debates em sexualidades, mas também para aprender e questionar as historicidades de distintas realidades sociais.

Coloca-se assim, que as temáticas da pornografia e da educação sexual, tornam-se sintomas de processos histórico-políticos-sociais, que são atravessados por marcadores de relações de poder, que tornam a deixar determinados sujeitos à margem da sociedade em prol do que considera-se “correto” socialmente, sendo este padrão de normatização social, destacado ao longo desta produção, enquanto o que avalia-se como “conservador”.

Sugere-se assim, que novos estudos que contemplem os aspectos sociais e políticos de tais campos, sejam realizados, como forma de ofertar a diminuição de determinadas lacunas sociais, que tornam a assujeitar determinados indivíduos, e ampliar as violências direcionadas à eles.

Considera-se também, que seja de grande valia o fomento à estudos que contemplem vieses pró-sexo, como forma de diminuir as perspectivas do sexo enquanto canal de disseminação de patologias ou de culpa, visto que a presença de tais avaliações também pode obstaculizar a vivência da saúde integral para adolescentes. Aliando-se a estes, sugere-se a criação de formações específicas em educação sexual para professores, tanto das redes públicas, privadas e militares, com vias de qualificá-los para os questionamentos cotidianos dos alunos, assim como para dirimir agruras relacionadas à momentos de educação sexual em sala de aula.

## ANEXOS

### ANEXO A- ROTEIRO QUALITATIVO DE PERGUNTAS PARA ADOLESCENTES

(Faixa etária de 15 a 19 anos)

1. Em qual categoria dessa pesquisa você se encaixa? Respostas: Adolescente; Pais/ cuidadores; Professores; Profissionais da saúde; Gestores da saúde ou da educação.
2. Quantos anos você tem?
3. Em qual cidade você mora?
4. Você estuda em que tipo de escola/serviço de saúde estuda/trabalha?  
Respostas: Escola pública ou privada; Serviço de saúde público ou privado
5. O que você entende por educação sexual?
6. Na sua escola tem ou já teve alguma aula de educação sexual? Caso tenha tido, conte um pouco de como foi essa experiência e o que você gostou ou não.
7. Você gosta do conteúdo abordado nestas aulas?
8. Tem algum conteúdo em específico que você acha que esses encontros deveriam abordar?
9. Em casa, você tem diálogo com seus pais sobre sexualidade?
10. O que costumam conversar?
11. Você gosta desses momentos?
12. Você se sente apoiado pelos seus pais em relação à sua sexualidade e a prática dela?
13. Você entende que essas conversas com seus pais/ cuidadores podem ser consideradas educação sexual?
14. Como foi o seu contato inicial com assuntos relacionados à sexualidade?
15. Com quais pessoas você costuma conversar quando tem alguma dúvida ou quando gostaria de conversar sobre assuntos relacionados à sexualidade?
16. Por que essas pessoas?
17. Você tem acesso a algum serviço de saúde, público ou privado, que possa tirar suas dúvidas em relação à sexualidade?
18. Dos serviços de saúde aos quais você tem acesso, quais você se sente ou

acredita que se sentiria mais acolhido para esclarecer dúvidas sobre sexualidade?

19. O que você entende como conteúdo digital?
20. O que você entende como conteúdo digital explícito?
21. Breve explicação sobre o que consideramos conteúdo digital explícito para este estudo.
22. Dentro desta perspectiva sobre conteúdo digital explícito, como você acredita que este conteúdo poderia ser relacionado com a educação sexual?
23. Você tem ou já teve contato com algum conteúdo de pornografia ou nudez explícita?
24. Como você se sentiu nas primeiras experiências com este conteúdo?
25. Você já contou a alguém sobre ter visto esses vídeos? Por quê?
26. Você já compartilhou um conteúdo seu? Em caso de resposta positiva: Com quem e por quê?
27. Você acredita que a sua escola, sua família e os serviços de saúde deveriam lhe orientar sobre as práticas relacionadas ao uso e ao compartilhamento de conteúdos digitais explícitos?
28. Você acredita que seria interessante se essa temática fosse trabalhada dentro destes momentos de educação sexual?
29. Qual seria o modelo de aula/ oficina ou conversa sobre sexualidade que você gostaria de ter?
30. Neste modelo, quais os assuntos que você gostaria que fossem abordados?
31. Você se considera uma pessoa conservadora no sentido político ou em algum aspecto da sua vida?
32. Como você foi designada(o) ao nascimento, nos seus registros civis?  
Respostas: Feminino; Masculino; Prefiro não declarar; Não sei.
33. Como você compreende sua identidade de gênero atualmente? Respostas:  
Feminino; Masculino; Prefiro não declarar; Não sei.
34. Quais das seguintes, descreve a forma a qual você se identifica hoje?  
Respostas: Heterossexual; Gay ou Lésbica (homossexual); Bissexual; Outro –Qual?; Não tenho certeza/não sei; Prefiro não declarar.
35. No último ano, com quem você fez sexo? Respostas: Somente com homens; Somente com mulheres; Homens e mulheres; e “Eu não fiz sexo”; Prefiro não declarar.

36. Qual das seguintes opções descreve melhor sua atração sexual?” Respostas: Só se sente atraída(o) por mulheres; Majoritariamente atraída(o) por mulheres; Igualmente atraída(o) por mulheres e homens; Majoritariamente atraída(o) por homens; Atraída(o) apenas por homens; Não tem certeza/não sabe; Prefiro não declarar.

## **ANEXO B- ROTEIRO QUALITATIVO DE PERGUNTAS PARA PROFESSORES**

1. Em qual categoria dessa pesquisa você se encaixa? Respostas: Adolescente; Pais/ cuidadores; Professores; Profissionais da saúde; Gestores da saúde ou da educação.
2. Quantos anos você tem?
3. Em qual cidade você mora?
4. Você estuda em que tipo de escola trabalha? Respostas: Escola pública ou privada; Serviço de saúde público ou privado
5. O que você entende por educação sexual?
6. Na sua escola tem ou já teve alguma aula de educação sexual? Caso tenha tido, conte um pouco de como foi essa experiência e o que você gostou e não gostou nela.
7. Tem algum conteúdo em específico que você acha que as aulas de educação sexual deveriam abordar?
8. Você se sente apto a abordar temas relacionados à sexualidade em aula ou a tirar dúvidas pessoais dos alunos?
9. Quais as dificuldades e facilidades encontradas na abordagem às questões relacionadas à sexualidade dos alunos?
10. Você acredita que seus alunos conversam com os pais/cuidadores sobre educação sexual ou sobre dúvidas relacionadas à iniciação sexual?
11. Você observa, a partir do comportamento dos alunos, possíveis diferenças de apoio familiar e abertura para o desenvolvimento da sexualidade pautados em diferenças de gênero?
12. Você entende que as conversas com pais/ cuidadores podem ser consideradas educação sexual?
13. Você acredita que algum serviço de saúde ou programa relacionado a área da saúde, deveria guiar aulas de educação sexual?

14. Você acredita que exista um espaço seguro e acolhedor nos serviços de saúde públicos e privados, para que adolescentes possam tirar suas dúvidas sobre início e desenvolvimento da sexualidade?
15. Como você observa que é o primeiro contato dos alunos com a sexualidade?
16. O que você entende como conteúdo digital
17. o que você entende por conteúdo digital explícito
18. Qual a relação entre conteúdo digital explícito e educação sexual?
19. Você acredita que a pornografia faz parte desses primeiros contatos com a sexualidade?
20. Em caso de aulas de educação sexual, você considera que o uso de pornografia ou conteúdos explícitos digitais, deva ser abordado como forma de educar acerca dos mitos e cuidados em saúde, relacionados a estas mídias?
21. Como você acha que deveriam ser abordados de forma efetiva, o uso de conteúdos explícitos digitais com adolescentes, para aumentar o engajamento dos mesmos em cuidados em saúde?
22. Você se considera uma pessoa conservadora no sentido político ou em algum aspecto da sua vida?
23. Como você foi designada(o) ao nascimento, nos seus registros civis?  
Respostas: Feminino; Masculino; Não sei; Prefiro não declarar.
24. Quais das seguintes, descreve a forma a qual você se identifica hoje?  
Respostas: Heterossexual; Gay ou Lésbica (homossexual); Bissexual; Outro – Qual?; e Não tenho certeza/não sei; Prefiro não declarar.
25. No último ano, com quem você fez sexo? Respostas: Somente com homens; Somente com mulheres; Homens e mulheres; e “Eu não fiz sexo”; Prefiro não declarar.
26. Qual das seguintes opções descreve melhor sua atração sexual?” Respostas: Só sesente atraída(o) por mulheres; Majoritariamente atraída(o) por mulheres; Iguamente atraída(o) por mulheres e homens; Majoritariamente atraída(o) por homens; Atraída(o) apenas por homens; Não tem certeza/não sabe; Prefiro não declarar.

## ANEXO C- TERMO DE ASSENTIMENTO (TALE)

O Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, convida você a participar de uma pesquisa sobre oferta e possíveis melhorias na educação sexual oferecida atualmente no país, e o auxílio desta para visualização de conteúdos pornográficos por jovens de 15 a 19 anos.

O estudo será realizado a partir de entrevistas individuais semiestruturadas, a fim de conhecermos melhor a realidade sobre as temáticas abordadas pelo estudo. Para isso, escutaremos adolescentes, professores, trabalhadores da saúde, gestores da educação e da saúde, e os pais/ cuidadores de adolescentes que se encontrem na faixa etária do estudo.

Para isso, solicitamos sua autorização para participar de uma entrevista individual, para conhecermos melhor a sua realidade frente a estas temáticas. A entrevista terá duração de cerca de 1 hora, e ocorrerá de forma online, conforme combinado com as(os) participantes da pesquisa, através do e-mail apontado na assinatura deste termo. Todas as suas falas ao longo do encontro serão gravadas via áudio para fins de transcrição e análise dos conteúdos abordados, onde somente terão acesso às gravações os pesquisadores principais. Todo o conteúdo trazido por você será mantido em sigilo, ou seja, não será identificado com seu nome, e só ficará disponível para os pesquisadores. Se você decidir que não deve participar ou que deve desistir, pode fazer isso a qualquer momento sem qualquer prejuízo. O áudio gravado será arquivado pelo pesquisador responsável, e descartado após o período de 5 anos, conforme as normas éticas de pesquisas com seres humanos.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em formato de artigo científico, e seus dados pessoais não serão passíveis de identificação. Os benefícios deste estudo para os participantes, seguem em torno da construção de avaliações para novas formas de educação sexual para jovens, a partir da escuta de necessidades específicas dos mesmos, a fim de promover medidas de engajamento mais efetivas para a prevenção de IST 'S e para a saúde sexual dos adolescentes. Esta pesquisa não oferece danos diretos, mas durante a coleta de dados online, há riscos leves que poderão ocorrer, tais como constrangimento ou desconforto em falar sobre a temática, falhas técnicas, problemas de sistema, problemas de sinal de Internet e perda das informações. Caso, você sinta que precisa de algum auxílio psicológico por conta de algum dos temas abordados na pesquisa, você pode contatar algum dos pesquisadores desta pesquisa, sendo o pesquisador responsável o Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa, telefone (51) 84054408 ou pelo e-mail: [angelo.costa@pucri.br](mailto:angelo.costa@pucri.br); ou a mestrandia que está conduzindo esta pesquisa,

Stéphanie da Selva Guimarães, telefone (51) 98047-2712 ou pelo e-mail stephanie-sg@hotmail.com.

Esta pesquisa foi enviada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS), localizado na Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre –RS, e com funcionamento de segunda à sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. Caso queira entrar em contato com o CEP-PUCRS, você pode entrar em contato também pelo e-mail: cep@puers.br, e pelo telefone (51) 3320-3345.

E-mail\*(Campo para preenchimento do participante)

Por favor, nos indique seu nome completo na caixa de texto abaixo (suas respostas durante a pesquisa, não serão relacionadas ao preenchimento do seu nome neste formulário, assim comonenhum outro dado de identificação ou resposta dada ao longo do estudo, será passível de identificação individual). \*(Campo para preenchimento do participante)

Data de preenchimento deste Termo de Assentimento\*(Campo para preenchimento do participante)

Ao marcar a opção abaixo você aponta o seu posicionamento sobre participar desta pesquisa, e seu aceite é considerado como sua assinatura de concordância de participação no estudo:\*( Campo para o participante assinalar sua resposta- alternativas descritas abaixo)

Aceito participar do estudo. \* (Opção para o participante marcar sua resposta)

Não gostaria de participar do estudo. \* (Opção para o participante marcar sua resposta)

#### **ANEXO D- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(TCLE)**

##### ***pais/ cuidadores***

O Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, convida você a participar de uma pesquisa sobre oferta e possíveis melhorias na educação sexual oferecida atualmente no país, e o auxílio desta para visualização de conteúdos pornográficos por jovens de 15 à 19 anos.

O estudo será realizado a partir de entrevistas individuais semiestruturadas, a fim de

conhecemos melhor a realidade sobre as temáticas abordadas pelo estudo. Para isso, escutaremos adolescentes, professores, trabalhadores da saúde, gestores da educação e da saúde, e os pais/ cuidadores de adolescentes que se encontrem na faixa etária do estudo.

Para isso, solicitamos sua autorização para você e/ ou sua(seu) filha(o) participar de uma entrevista individual, para conhecemos melhor a realidade frente as temáticas de oferta de educação sexual e uso de pornografia por jovens. A entrevista terá duração de cerca de 1 hora, e ocorrerá de forma online, conforme combinado com as(os) participantes da pesquisa, através do e-mail apontado na assinatura deste termo. Todas as suas falas ao longo do encontro serão gravadas via áudio para fins de transcrição e análise dos conteúdos abordados, onde somente terão acesso às gravações os pesquisadores principais. Todo o conteúdo trazido por você será mantido em sigilo, ou seja, não será identificado com seu nome, e só ficará disponível para os pesquisadores. Se você decidir que não deve participar ou que deve desistir, pode fazer isso a qualquer momento sem qualquer prejuízo. O áudio gravado será arquivado pelo pesquisador responsável, e descartado após o período de 5 anos, conforme as normas éticas de pesquisas com seres humanos.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em formato de artigo científico, e seus dados pessoais não serão passíveis de identificação. Os benefícios deste estudo para os participantes, seguem em torno da construção de avaliações para novas formas de educação sexual para jovens, a partir da escuta de necessidades específicas dos mesmos, a fim de promover medidas de engajamento mais efetivas para a prevenção de IST 'S e para a saúde sexual dos adolescentes. Esta pesquisa não oferece danos diretos, mas durante a coleta de dados online, há riscos leves que poderão ocorrer, tais como constrangimento ou desconforto em falar sobre a temática, falhas técnicas, problemas de sistema, problemas de sinal de Internet e perda das informações. Caso, você sinta que precisa de algum auxílio psicológico por conta de algum dos temas abordados na pesquisa, você pode contatar algum dos pesquisadores desta pesquisa, sendo o pesquisador responsável o Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa, telefone (51) 84054408 ou pelo e-mail: [angelo.costa@puers.br](mailto:angelo.costa@puers.br); ou a mestranda que está conduzindo esta pesquisa, Stéphanie da Selva Guimarães, telefone (51) 98047-2712 ou pelo e-mail [stephanie-sg@hotmail.com](mailto:stephanie-sg@hotmail.com).

Esta pesquisa foi enviada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS), localizado na Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre –RS, e com funcionamento de segunda à sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. Caso queira entrar em contato com o CEP-PUCRS, você pode entrar em contato também pelo e-mail: [cep@puers.br](mailto:cep@puers.br), e pelo telefone (51) 33203345.

E-mail\*(Campo para preenchimento do participante)

Por favor, nos indique seu nome completo na caixa de texto abaixo (suas respostas durante a pesquisa, não serão relacionadas ao preenchimento do seu nome neste formulário, assim comonenhum outro dado de identificação ou resposta dada ao longo do estudo, será passível de identificação individual). \*(Campo para preenchimento do participante).

Data de preenchimento deste Termo de Assentimento\*(Campo para preenchimento do participante).

Ao marcar a opção abaixo você aponta o seu posicionamento sobre seu filho participar desta pesquisa, e seu aceite é considerado como sua assinatura de concordância de participação no estudo:\*( Campo para o participante assinalar sua resposta- alternativas descritas abaixo)

Aceito que minha/ meu filha(o) participe do estudo. \* (Opção para o participante marcar sua resposta)

Não gostaria que minha/meu filha(o) participasse do estudo. \* (Opção para o participante marcar sua resposta)



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone: (51) 3320-3513  
E-mail: [propesq@pucrs.br](mailto:propesq@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)